



**Mestrado em Gestão e Administração de Escolas**

**Dissertação**

***Como avaliam os alunos a ação da Assembleia de Alunos na  
perspetiva da gestão democrática?***

Docentes: Prof. Dr. Agostinho Bucha

Prof. Dr. Jorge Pinto

Docente Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gomes da Silva

Discente: **Ana Isabel Espada Pereira (N.º 170335003)**

**novembro 2019**

*“a participação terá que ser entendida como direito e como condição de cidadania, (...) apresentando-se ela, no actual modelo de sociedade, como um direito fundamental ligado à natureza da educação. (...), trata-se de garantir o direito de todos acederem à capacidade de intervir no projecto da sua própria existência.”*

*(Galego, 1993, citado por Homem, 1998)*

## Dedicatória

À minha filha, por todas as horas que não podemos passar juntas, pelas conversas que não tivemos, pelos livros que não lemos e pelos jogos que não jogámos.

Ao marido, pelos passeios que não demos, por todas as horas em que me ausentei e pelos momentos de silêncio que ouvi.

Aos meus pais, colegas e alunos por todo o apoio, compreensão e carinho nesta demanda.

“Isto não é o fim, nem sequer o princípio do fim. Mas é, talvez, o fim do princípio.”

Winston Churchill

## Resumo

O presente trabalho centra-se na influência da Assembleia de Alunos na gestão democrática da escola, dando especial enfoque à intervenção dos alunos sobre a tomada de decisões da gestão do seu agrupamento de escolas e à percepção que estes têm sobre a sua intervenção.

O corpo teórico discute, fundamentalmente, o conceito de gestão democrática de escola. Sendo ainda discutidos alguns eixos temáticos que colocam em prática o exercício de uma gestão democrática envolvendo os alunos, nomeadamente os conceitos de cidadania e democracia, e ainda de educação para a cidadania.

O estudo visa: 1) identificar a percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia; 2) Identificar a percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos; 3) Identificar a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento; 4) Compreender se os alunos consideram as Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a sua acção sobre a gestão do agrupamento; 5) Analisar se a percepção dos elementos das Mesas das Assembleias quanto ao papel destas na gestão do agrupamento difere da dos restantes alunos; 6) Analisar se a percepção dos Delegados de Turma relativamente ao papel das Assembleias de Alunos na gestão do agrupamento difere da dos restantes alunos.

Este trabalho foi desenvolvido através de metodologia de estudo de caso, de natureza qualitativa do tipo transversal, com recolha de dados a acontecer entre janeiro e fevereiro de 2019 por meio de inquéritos por questionários e entrevista de *focus group*.

Os intervenientes neste estudo (alunos) consideraram-no como uma mais-valia para a sua escola (entenda-se agrupamento de escolas), reconhecendo o seu resultado como relevante para a valorização do papel dos alunos na gestão da escola e assim da melhoria da mesma.

Palavras-chave: Democracia, cidadania, assembleias de alunos, gestão democrática

## Abstract:

The present work focuses on the influence of the Student Assembly on the democratic management of schools, with a special focus on the students' intervention on the decision-making of the management of their school grouping and on their assumption about their intervention.

The theoretical body fundamentally discusses the concept of democratic school management. Also being discussed some thematic axes that put into practice the exercise of a

democratic management with students, namely the concepts of citizenship and democracy, and also of education for citizenship.

The main objectives of the study are: 1) identify students' perceptions about the role of a citizen in democracy; 2) identify students' perceptions of their role in Student Assemblies; 3) Identify students' perceptions of their role in group management; 4) Understand if students consider that Student Assemblies are mechanisms that increase their action on group management; 5) Analyze if the perception of the members of the Assembly Tables regarding their role in managing the grouping differs from that of the other students; 6) Analyze whether the perception of the Class Delegates regarding the role of the Student Assemblies in managing the grouping differs from that of the other students.

Developed from a case study perspective, it was supported by a qualitative cross-sectional methodology, with data collection taking place between January and February 2019 through questionnaire surveys and focus group interviews.

The participants in this study (students) considered it as an asset to their school (meaning grouping of schools), recognizing its result as relevant to the appreciation of the role of students in school management and thus the improvement of same.

Key-words: democracy, citizenship, student assembly, democratic management

## Índice Geral

	Pgs.
Resumo	
Abstract	
Índice Geral	6
Introdução	9
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
1. <i>Conceitos de Cidadania e Democracia</i>	10
2. <i>Educação para a Cidadania</i>	15
3. <i>Gestão democrática</i>	19
4. <i>Gestão democrática de escola</i>	20
5. <i>Assembleias de Alunos</i>	26
PARTE II – CONTEXTO E OBJETO DE ESTUDO	31
1. <i>Contextualização do estudo</i>	31
2. <i>Caracterização do Estabelecimento Educativo</i>	36
3. <i>Identificação do problema</i>	38
4. <i>Objetivos específicos</i>	39
5. <i>Pergunta de Partida</i>	39
PARTE III - MODO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PRÁTICA	41
1. <i>Tipo de estudo e metodologia temáticas</i>	41
2. <i>Instrumentos de recolha de dados</i>	42
3. <i>Caracterização dos entrevistados</i>	45
4. <i>Análise de dados</i>	46
5. <i>Os resultados obtidos</i>	46
5.1. <i>Os inquéritos</i>	46
5.1.1. <i>Caracterização dos inquiridos</i>	46
5.1.2. <i>Análise por grupos de questões temáticas</i>	48
5.1.2.1. <i>Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</i>	48
5.1.2.2. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos</i>	50
5.1.2.3. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</i>	52
5.1.2.4. <i>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento</i>	57
5.1.2.5. <i>Validação da participação nas Assembleias de Alunos</i>	63
5.2. <i>Análise por objectivos de estudo e grupos de inquiridos</i>	68
5.2.1. <i>Alunos com presença nas Assembleias de Alunos</i>	68
5.2.1.1. <i>Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</i>	68
5.2.1.2. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos</i>	69
5.2.1.3. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</i>	71
5.2.1.4. <i>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento</i>	71
5.2.2. <i>Alunos sem presença nas Assembleias de Alunos</i>	72
5.2.2.1. <i>Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</i>	72
5.2.2.2. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos</i>	72
5.2.2.3. <i>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</i>	74
5.2.2.4. <i>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento</i>	74
5.2.3. <i>Alunos das Mesas das Assembleias de Alunos</i>	75

5.2.3.1.	<i>Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</i>	75
5.2.3.2.	<i>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos</i>	76
5.2.3.3.	<i>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</i>	76
5.2.3.4.	<i>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a acção dos alunos sobre a gestão do Agrupamento</i>	77
5.2.4.	<i>Alunos Participantes versus Alunos Não Participantes versus Alunos das Mesas das Assembleias de Alunos</i>	78
5.2.4.1.	<i>Comparação entre as percepções dos Alunos Participantes e dos Alunos das Mesas com as dos Alunos Não Participantes relativamente ao papel das Assembleias na gestão do Agrupamento</i>	78
6.	Considerações finais	79
6.1.	<i>Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</i>	79
6.2.	<i>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos</i>	80
6.3.	<i>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</i>	81
6.4.	<i>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a acção dos alunos sobre a gestão do Agrupamento</i>	82
6.5.	<i>Percepção dos elementos das Mesas das Assembleias relativamente ao papel das Assembleias de Alunos</i>	84
6.6.	<i>Validação da participação nas Assembleias de Alunos</i>	85
	CONCLUSÃO	86
	BIBLIOGRAFIA	91

### Índice de Quadros

Quadro 1:	<i>Caracterização dos Alunos Participantes</i>	47
Quadro 2:	<i>Caracterização dos Alunos Não-Participantes</i>	47
Quadro 3:	<i>Frequência do ano de escolaridade dos inquiridos</i>	47
Quadro 4:	<i>Representantes das turmas por cargos</i>	47
Quadro 5:	<i>Significados para Democracia</i>	48
Quadro 6:	<i>Significados para Cidadão</i>	49
Quadro 7:	<i>Significados para Democracia e Cidadão atribuídos pelos alunos das Mesas das Assembleias</i>	50
Quadro 8:	<i>Relevância atribuída pelos alunos às Assembleias de Alunos</i>	51
Quadro 9:	<i>Relevância atribuída pelos alunos das Mesas às Assembleias de Alunos</i>	52
Quadro 10:	<i>Interesse em participar na gestão do Agrupamento</i>	52
Quadro 11:	<i>Argumentação dos Alunos Participantes quanto à participação na gestão</i>	53
Quadro 12:	<i>Argumentação dos Alunos Não Participantes quanto à participação na gestão</i>	55
Quadro 13:	<i>Argumentação dos Alunos das Mesas quanto à participação na gestão</i>	57
Quadro 14:	<i>Recetividade da Direção às decisões tomadas nas Assembleias de Alunos</i>	58
Quadro 15:	<i>Fundamentação da recetividade da Direção face às deliberações das Assembleias de Alunos</i>	58 e 59
Quadro 16:	<i>Fundamentação da não Recetividade da Direção face às deliberações das Assembleias de Alunos</i>	59
Quadro 17:	<i>Grau de influência da acção dos alunos na gestão do Agrupamento</i>	59
Quadro 18:	<i>Benefícios para o Agrupamento resultantes da participação na Assembleia de Alunos</i>	60
Quadro 19:	<i>Enunciação dos benefícios das Assembleias de Alunos segundo os Alunos Participantes</i>	60 e 61
Quadro 20:	<i>Enunciação dos benefícios das Assembleias de Alunos segundo os Alunos Não Participantes</i>	61 e 62

<i>Quadro 21: Assembleia de Alunos como mecanismo que aumenta a ação na gestão segundo os alunos das Mesas da Assembleias</i>	62
<i>Quadro 22: Interesse em voltar a participar nas Assembleias de Alunos</i>	63
<i>Quadro 23: Temas a debater nas Assembleias de Alunos</i>	64
<i>Quadro 24: Justificação para a indicação dos temas a debater nas Assembleias de Alunos, segundo os Alunos Participantes</i>	64 e 65
<i>Quadro 25: Justificação para a indicação dos temas a debater nas Assembleias de Alunos, segundo os Alunos Não Participantes</i>	66
<i>Quadro 26: Justificação para a indicação dos temas a debater nas Assembleias de Alunos, segundo os Alunos das Mesas das Assembleias</i>	67 e 68

## **APÊNDICES**

**Apêndice 1:** Guião de entrevista em Focus Group realizada a 5 alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior (3 da Mesa da Assembleia de Alunos e 2 da Assembleia Júnior).

**Apêndice 2:** Protocolo da Entrevista em Focus Group realizada a 5 alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior (3 da Mesa da Assembleia de Alunos e 2 da Assembleia Júnior).

**Apêndice 3:** Grelha de análise da entrevista em Focus Group realizada a alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior.

**Apêndice 4:** Guião do questionário aplicado aos Delegados de Turma (1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo)

**Apêndice 5:** Guião do questionário aplicado aos alunos sem cargos (1º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo)

## Introdução

“(…) reinventar o ideal democrático ou, pelo menos, dar-lhe nova vida. Deve estar na primeira linha das nossas prioridades, pois não há outro modo de organização, quer política quer civil, que possa pretender substituir-se à democracia, e que permita levar a bom termo, uma acção comum pela liberdade, a paz, o pluralismo vivido com autenticidade e a justiça social. (...) Trata-se duma criação contínua, apela à colaboração de todos. Esta colaboração será tanto mais positiva quanto mais a educação tiver alimentado, em todos nós, o ideal e a prática da democracia.” (Delors; 1996; pg.47)

O mundo complexo, plural e em constante mudança em que vivemos atualmente, requer a todos os cidadãos uma vivência mais global e participativa do que em qualquer outro momento da história mundial.

O sistema educativo e, mais concretamente a instituição escolar, não podem ignorar esta realidade atual, e devem assumir um papel decisivo nos processos de integração e de construção de uma cidadania de todos, com todos e para todos.

É por isso importante o modo como a Escola se organiza, funciona, garante a comunicação e promove a formação cívica do aluno: formação para os valores, a autonomia e a participação ativa na sociedade.

Estas são questões sobre as quais reflecto com frequência, oriundas de uma sensibilidade pessoal para as questões da Educação para a Cidadania e que se infiltram no meu papel diário de docente no ensino básico. Há muito que sinto que não me posso alhear e que devo agir sobre a realidade envolvente, na qual os jovens demonstram uma aparente falta de vontade em participar nas questões que envolvem decisões políticas na sua comunidade. E foi assim, com estes temas em mente e na sequência do desenvolvimento de atividades no mesmo âmbito em anos anteriores num contexto escolar em profunda mutação, que no ano letivo 2017/2018 dei início à implementação dos projetos “Assembleia Júnior”(1.º ciclo) e “Assembleia de Alunos” (2.º e 3.º ciclos) no Agrupamento de Escolas Amarelo, onde ainda me encontro a leccionar.

O presente estudo surge assim na sequência do trabalho desenvolvido com alunos, professores e órgão de gestão no âmbito das atividades destes projetos, visando analisar e compreender o impacto das atividades desenvolvidas nos alunos e as concepções destes sobre a sua intervenção na gestão democrática do agrupamento.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1. *Conceitos de Cidadania e Democracia*

O termo Democracia, “governo do povo”, das palavras gregas *demos* (povoado/povo) e *kratos* (poder/governo), surgiu assim para o mundo ocidental na Grécia antiga, implantada por volta de 507 a. C.

Segundo Aristóteles, citado por Rocha (2016; pg.889), este era o “regime em que os mais pobres, sendo muitos em número, estão no poder”. O regime político ateniense assentava assim no princípio de que “ todos os cidadãos têm o mesmo direito perante as leis”, embora na prática esta democracia fosse considerada já nesta época como *governo de maioria* e não como governo de todos. Verificava-se então uma forma de “ostracismo”, em que só os homens livres eram considerados cidadãos, excluindo assim da participação na *Ekklésia*<sup>1</sup> os escravos, as mulheres e os estrangeiros. Curioso é reparar que este ostracismo perdurou no tempo, afirmando-se nas democracias liberais até aos inícios do séc. XX.

Este conceito de democracia sofreu contudo alterações ao longo do tempo, a ação dos acontecimentos históricos sobre a democracia alterou-lhe o sentido. Atualmente, já não se encara a democracia como uma forma de governo, mas sim como um sistema de organização política que confere à maioria relativa do povo competências de direção geral dos interesses coletivos segundo convenções e normas jurídicas que garantem a efetiva participação dos cidadãos na forma do governo.

Segundo Schmidt (2016; pg. 63), o qual cita Vilani (2000), a experiência democrática atual advém do final da Idade Média pois “os principais fundamentos da democracia moderna foram preconizados pelo pensamento político que emergiu da Europa cristã, entre os séculos XIII e XIV”.

Durante a era Medieval na Europa aceitava-se a existência de dois poderes, o do mundo terreno, exercido pelos Reis (o das armas) e o espiritual, exercido pelo Papa (o da moralidade), o qual sendo o representante de Deus sobre a Terra encabeçava uma monarquia eclesiástica universal. A maioria da população nesta época mantinha-se assim afastada, e alheia, ao processo político sendo submissos às decisões de monarcas e eclesiásticos.

Nos séculos XVI e XVIII verifica-se a ampla repercussão da teoria do contrato social, como explicação da origem do Estado e do Direito. Defendia-se então a ideia de que os homens poderiam organizar a sociedade e o Estado de acordo com a sua vontade e pensamento, substituindo-se assim a legitimidade dinástica pelo princípio de uma soberania popular de raiz contratual. Segundo este

---

<sup>1</sup> Principal assembleia da democracia ateniense na Grécia antiga.

contrato social, o soberano assumia a responsabilidade de manter a ordem social estável e afastar as guerras civis da sociedade.

No século XVIII, o do Iluminismo, o mundo ocidental começa assim a refletir sobre a necessidade de se estabelecerem critérios de cidadania mais amplos, fundamentados na igualdade jurídica entre indivíduos e na separação entre assuntos políticos e religiosos, e na criação de Estados laicos.

Tal como sublinha Schmidt (2016, pg.79), se a origem indireta dos diferentes poderes é Deus, então a direta é o povo, pelo que é a vontade popular que deve deter o poder, controlá-lo e, se necessário, destituir quem o exerce.

Rousseau, Voltaire e Montesquieu defenderam nesta época ideias que confluíram na fundação dos Estados alicerçados em consensos e com a participação de todos na produção de leis e em igualdade de direitos. Com a chegada do Estado Liberal em França no século XVIII, concretizam-se então estes ideais, laicidade do Estado e soberania popular, alterando a relação entre os governantes e o povo e a concepção da génese do poder, agora com uma nova abordagem democrática. Abordagem esta que vem sendo desenvolvida até à atualidade.

O contraste das ideias sobre democracia é de facto evidente, evoluindo para uma democracia conceptualizada no âmbito de um governo representativo, de um Estado constitucional e da defesa da garantia das liberdades individuais, premissas e valores desconhecidos da Grécia Antiga.

Tal como referido no início deste capítulo, na Antiguidade o foco da liberdade do cidadão estava na participação política, contudo ao chegar à era Moderna o foco tornou-se a proteção e segurança do indivíduo perante o Estado, em que o cidadão se tornou um valor em si próprio.

Ainda Rocha (2016; pg.896) citando Bobbio refere, “não por casualidade, na base das democracias modernas estão as declarações dos direitos do homem e do cidadão, desconhecida na democracia dos antigos. A democracia moderna repousa sobre uma concepção individualista da sociedade”.

O voto, instrumento da participação cívica individual, vem assim acrescentar a este caminhar da democracia uma nova variável que se irá tornar num princípio básico da democracia moderna, cuja principal função é a escolha dos representantes dos cidadãos. Representantes estes que passam a deter poderes que lhes são delegados ainda por uma pequena porção dos cidadãos, pois só alguns homens tinham direitos políticos, para encarregar-se dos assuntos políticos da comunidade.

Segundo António Costa Pinto (2013; pg.19), *boa democracia* é entendida como um regime em que é concedido “um alto grau de liberdade, igualdade política e controlo sobre as políticas públicas e os políticos através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis”.

A acrescentar ainda a esta análise que, decorrente deste percurso histórico da democracia, podemos encontrar três diferentes modalidades do seu exercício: a democracia direta, a indireta e a semidireta.

A democracia direta, já aqui abordada, remonta à prática na Grécia Antiga, onde por viverem numa sociedade escravagista os cidadãos podiam dedicar-se unicamente aos negócios públicos, estando livres de outras actividades.

A democracia indirecta encontra-se directamente relacionada com o sistema representativo. Nesta forma de democracia, considera-se que as decisões dos governantes representam legitimamente o povo, como se cada cidadão se expressasse e defendesse o seu próprio interesse através do seu representante.

Por último, a democracia semidireta permite aos cidadãos além da participação política também a jurídica, uma vez que possuem também o poder de legislar através de cinco mecanismos diferentes: o *referendum*, o plebiscito, a iniciativa, o veto e o direito de revogação.

Concretizando, o *referendum* confere aos eleitores o poder de ratificar as leis aprovadas pelo parlamento, enquanto que o plebiscito depende só da vontade dos eleitores e pode ter por objeto medidas políticas, matéria constitucional e tudo o que se refere ao Estado e ao Governo. Através da iniciativa os eleitores podem propor a matéria a ser legislada e até mesmo redigir o respetivo texto a ser discutido pelos representantes. O veto é um instrumento através do qual os cidadãos podem pronunciar-se dentro de um determinado prazo pela não concordância com uma lei ou qualquer medida proposta para ser colocada em prática. Por sua vez, o direito de revogação confere aos cidadãos a possibilidade de requerer o fim do mandato de um eleito parlamentar, caso o desempenho não venha a agradar a um conjunto significativo de eleitores.

Na democracia semidireta o eleitor é assim um agente que atua com as armas necessárias para ratificar ou propor formalmente legislação, vetar medidas ou leis em vias de execução ou até afastar um eleito que não reúna a confiança popular.

Em conclusão, a concepção de um sistema de governo baseado na vontade da maioria dos membros da comunidade política não foi um processo contínuo, desenrolou-se com avanços e recuos derivados das revoluções burguesas na Europa e na América dos séculos XVII e XVIII, e que promoveram a concepção de que os homens nascem livres e iguais. Os homens deixam de ser súbditos e transformam-se novamente em cidadãos. Estes acontecimentos foram assim o prelúdio para a Declaração dos Direitos Humanos, e de onde deriva o moderno conceito de cidadania, com base nos princípios da igualdade e liberdade, e que abrange os direitos civis, políticos e sociais.

Por último, e para fechar esta breve análise da evolução das concepções de democracia sublinhar através Rocha (2016, pg.893) uma perspetiva deste conceito que atravessou os tempos, e refere que “pensar como democrata é, portanto, crer na eficácia relativa da palavra de cada um sobre a ação de todos, assim como na eficácia da nossa ação sobre o mundo”.

Tal como para Democracia, também os conceitos atuais de cidadania começaram a ser traçados na antiga Grécia. Após o século VI a.C, as revoluções políticas ocorridas foram no sentido de definirem o cidadão como aquele que possuía um conjunto de direitos e deveres, pelo simples facto de ser originário de uma dada cidade-estado. Estes direitos eram iguais para todos e estavam consignados em leis escritas. O mais levado dos direitos era o da participação dos cidadãos nas decisões da cidade (exceção feita para mulheres e estrangeiros), podendo ser escolhido ou nomeado para qualquer cargo público.

Também o Império Romano demonstrou preocupação com a definição deste conceito. Para o direito romano a cidadania foi definida como um estatuto jurídico-político conferido a um dado indivíduo, independentemente da sua origem ou condição social anterior. Este estatuto (*status civitas*) uma vez adquirido atribuía-lhe um conjunto de direitos e deveres face à lei do Império. É neste estatuto que se inspiram os conceitos mais modernos de cidadania.

Contudo a preocupação com este tema nem sempre foi igual, tendo sofrido alguns revés ao longo da história. Tal como refere Kymlicka (1998), “a cidadania era um tema proeminente entre os filósofos das repúblicas da Grécia e Roma antigas, mas desapareceu do pensamento feudal, sendo apenas reavivado com o renascer do republicanismo no Renascimento.”

Entre os séculos XVI e XVIII, desenvolvem-se em toda a Europa três importantes movimentos políticos (Humanismo, Luteranismo, Iluminismo) que conduzem a uma nova visão sobre a cidadania. Em Inglaterra colocam fim ao próprio poder absoluto da monarquia e é consagrado o princípio da igualdade de todos face à lei. Nesta nova forma de governo, o Estado enquanto instituição só se justifica, como instrumento para a garantia dos direitos fundamentais, como a liberdade, a igualdade e a propriedade.

Segundo Jorge Sampaio (citado em Paixão, 2000), a cidadania “é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e ação que se pensa”.

Tal como Gomes da Silva (2014; pg.52) refere “a cidadania surge como um meio de atenuar conflitos e produzir consensos em torno de um ou vários objetivos comuns mas a construção/manutenção da democracia no quotidiano exige o exercício de uma cidadania consciente. Porém, esta assunção implica que cada indivíduo faça uso da sua liberdade, tanto no envolvimento em causas comuns como no caminho individual e emancipado do cidadão.”

Em termos filosóficos, a cidadania refere-se a um ideal normativo substancial de pertença e participação numa comunidade política. Ser um cidadão requer um pensamento reflexivo sobre a comunidade onde se insere e a consequente participação no bem comum, visando o exercício da

democracia e expressando a sua liberdade de pensamento e ação em igualdade para os restantes elementos dessa comunidade.

Assim, ser um cidadão “é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de participar no processo político. Como tal, trata-se de um ideal distintamente democrático. As pessoas que são governadas por monarquias ou ditaduras militares são súbditos e não cidadãos” (Kymlicka; 1998).

Esta ligação entre a cidadania e a democracia é evidente na história do pensamento ocidental, patente nos dicionários onde de forma resumida referem, na sua generalidade, que por democracia se entende que é o tipo de governo em que o povo exerce a soberania, direta ou indiretamente<sup>2</sup>.

Porém, as teorias da democracia encontram-se centradas fundamentalmente nas instituições e nos seus processos (ex.: partidos políticos, eleições, legislaturas e constituições), enquanto que as teorias da cidadania centram-se no papel de cada cidadão.

Contudo, para alguns pensadores esta forma de governança ainda não era a mais adequada, pois independentemente do seu estado-nação qualquer indivíduo era detentor de direitos intransmissíveis. Durante o séc.XVII, alguns pensadores como John Locke, vieram acrescentar variáveis a esta discussão para a definição do conceito de cidadania.

E na sequência destas convulsões nascia deste modo também o conceito de direitos humanos e da própria cidadania mundial.

Mais tarde, a batalha pela consagração dos direitos políticos e económicos na Europa do século XIX e por uma melhor distribuição de riqueza e a garantia de condições de vida mínimas para todos os cidadãos no século XX, vieram dar continuidade a esta procura/ação de uma cidadania plena assegurada por um ideal de sociedade de pertença.

Atualmente assistimos a uma diluição dos estados-nação em organizações supra-nacionais, nas quais os seus cidadãos têm cada vez menos poder de decisão. Na realidade, na atual sociedade globalizante e face à enorme mobilidade de pessoas, caminha-se para um novo conceito de cidadania.

E no decorrer de todas estas convulsões sociais, e tal como refere o relatório da Rede Eurydice (2005), citado por Dias e Menezes (2009; pg. 1994), torna-se cada vez mais fundamental em crianças e jovens, a promoção da consciência de uma cidadania ativa e participativa e o desenvolvimento de conceitos de cidadania responsável, a qual constitui a preocupação de qualquer sociedade fundada em valores democráticos, e tem sido uma questão-chave em todos os países europeus individualmente e na União Europeia como um todo.

---

<sup>2</sup> In <https://www.priberam.pt/dlpo/democracia>

No que concerne à compreensão dos jovens sobre a sua própria cidadania, Dias e Menezes (2009; pgs. 1999 e 2000) referem que num estudo realizado por Lister e colaboradores (2003), estes autores concluíram que o conceito de cidadania não faz parte integrante do vocabulário dos jovens enquanto elemento do seu discurso e definiram neste âmbito cinco modelos: estatuto universal, a independência económica respeitável, participação social construtiva, social-contratual e o direito a uma só voz.

Assim, no modelo “estatuto universal”, os jovens consideram que todos os indivíduos se assumem como cidadão a partir do momento em que se encontram inseridas numa comunidade, numa nação. No modelo de “independência económica respeitável”, os jovens consideram cidadãos as pessoas que têm emprego, pagam impostos e contribuem para o equilíbrio financeiro da comunidade onde vivem, constituíram família e casa; este modelo está diretamente associado com o estatuto económico e financeiro. Para o modelo de “participação social construtiva”, os jovens reconhecem um modelo de cidadania ativa e participativa junto da comunidade, contribuindo para a organização da sociedade e auxiliando os outros. O modelo “social contratual” refere que o cidadão é visto como um alguém com direitos e com deveres, regido por leis nas quais vive e se organiza, e por último, no modelo “Direito a uma voz” o cidadão é visto como tendo o direito a exprimir-se e a ser ouvido e valorizado, a partilhar a sua opinião e a aceitar a opinião dos outros.

Para finalizar este tema, regressar então a Kymlicka (1998), no seu artigo “Cidadania”, no qual refere que “as teorias da cidadania são importantes porque as instituições democráticas desmoronar-se-ão se os cidadãos carecerem de certas virtudes, tais como um espírito cívico e boa-vontade mútua”. Podendo ilustrar esta visão com a apatia dos eleitores em muitas democracias ou a intolerância racial e religiosa. Este autor realça ainda que “a saúde de uma democracia depende não apenas da estrutura das suas instituições mas também das qualidades dos seus cidadãos: por exemplo, das suas lealdades e de como eles encaram identidades nacionais, étnicas ou religiosas potencialmente rivais; da sua capacidade para trabalhar com pessoas muito diferentes de si mesmos; do seu desejo de participação na vida pública; da sua boa-vontade para serem moderados nas suas exigências económicas e nas suas escolhas pessoais que afetem a sua saúde e o meio ambiente”.

## **2. A Educação para a Cidadania**

A partir do século XVIII a noção presente era de que a Educação deveria estar ao serviço das necessidades de um país, da construção de um Estado, da afirmação de uma nação. Segundo esta lógica, diversas aprendizagens transitavam dos seus tradicionais contextos familiares e comunitários para uma nova instituição que teria como principal função consolidar “une éducation qui se veuille

d'abord une formation «aux différentes professions de l'État», d'une «éducation civile». (...) il ne s'agit plus de modérer les passions d'une jeunesse turbulente, ni de former une élite aux usages du monde, il s'agit de «former des citoyens utiles» avec un souci d'efficacité sociale et économique et en considérant d'abord le bien supérieur de la Nation; bref, on passe de l'idée d'une éducation mondaine à l'idée d'une «éducation nationale» (Galland, 1991 citado em Gomes da Silva; 2014; pg. 94).

Em Portugal, com a revolução de 1974, ocorreu uma significativa transição democrática que pôs fim a um longo regime ditatorial, restaurando através da Constituição da República Portuguesa direitos fundamentais e liberdades dos cidadãos. Direitos e deveres estes que, muitas vezes são desconhecidos de grande número de cidadãos. Além disso, verifica-se atualmente que, para um elevado número de cidadãos apesar de os conhecerem não os colocam em prática, desvalorizando assim os valores de uma luta social de décadas no país.

Esta realidade, cada vez mais visível na abstenção demonstrada nos momentos em que os cidadãos são chamados a participar democraticamente na vida da sua comunidade e do seu país, necessita ser contrariada. A defesa de um Estado democrático e a urgência da revalorização do papel ativo do cidadão é nos dias de hoje essencial, e neste campo a escola assume um papel fundamental facultando o espaço e o tempo para a reflexão, o debate e a formação dos novos cidadãos.

Esta preocupação com a educação para as temáticas da cidadania, vem também sendo demonstrada pelas entidades nacionais com responsabilidade em educação. As referências da valorização atribuída a esta temática podem ser encontradas em diversos diplomas relativos à educação ao longo do tempo, reforçando assim o papel da escola no contributo para a educação cidadã. Como exemplo, podemos encontrar significados para cidadania na página eletrónica da DGE (Direção-Geral da Educação) onde se lê que “a cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social”, assim como a definição de uma Estratégia Nacional ou a inclusão no currículo, apesar desta medida ter-se assumido em diferentes modalidades ao longo do tempo.

Citando Nogueira e Saavedra (2000; pg.591), “Educar para a cidadania implica educar para a consciencialização da relação recíproca entre direitos e deveres. Direitos e deveres não são pólos de uma dicotomia, mutuamente exclusivos, mas sim complementares.” E assim os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre lado a lado, uma vez que ao cumprirmos as nossas obrigações permitimos que o outro exerça também os seus direitos.

E cabe agora refletir sob a forma como se deve proceder ao desenvolvimento deste conceito na educação das crianças e dos jovens, por forma a promover uma verdadeira e coerente cidadania ativa e participativa dos nossos cidadãos.

Tal como refere Gomes da Silva (2014; pg.11) “o trabalho desenvolvido pela escola já não se resume à tríade do ler, escrever e contar, nem a um conjunto de aprendizagens profissionais diretamente utilizáveis no mundo do trabalho. Ela deve ainda formar cidadãos conscientes, participativos, informados, competentes, solidários e responsáveis. Na sociedade contemporânea exige-se cada vez mais esta missão.”

Para Dias e Menezes (2009), referindo o relatório Eurydice (2005; pg.1994), “aprender sobre os direitos e deveres dos cidadãos, respeitar os valores democráticos e os direitos humanos e participar numa sociedade democrática deve ser um meio de preparar crianças e jovens a tornarem-se cidadãos ativos e responsáveis”.

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, no seu artigo 3.º, denota bem a preocupação com a formação cidadã contemplando, no seu artigo relativo aos princípios organizativos do sistema educativo, o seguinte:

- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Relevância também patente na página eletrónica da DGE, onde se pode ler que “a escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania”.

Segundo Paixão (2000; pg.11) “a educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão da vida pública, mas, naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas de uma cidadania ativa.”

No trabalho de Gomes da Silva (2014; pg.69), o qual se encontra em concordância com tantos outros autores, pode ler-se que “quanto mais esclarecidos e conscientes forem os indivíduos, quanto melhor a escola os preparar para o exercício de uma cidadania plena e ativa, mais perto estaremos de uma sociedade democrática em que todos terão competências e oportunidades de participação. Ou seja, estaríamos mais perto de uma democracia participativa, embora ela seja uma realidade distante na maioria das atuais sociedades de regime democrático.”

Tal como se encontra referido no “Guião de Educação para a Cidadania em contexto escolar...Boas Práticas” (Min. Educação, 2007), formar “cidadãos capazes”, com base na democracia e nos valores democráticos, com consciência crítica e social, é situar a cidadania na perspetiva das competências práticas, da intervenção e ação concretas (...).”

E assim surge a necessidade de desenvolvimento da autonomia dos alunos, tanto falado, contudo tão discutível, pois segundo Pinto (2007) “supor a autonomia é procurar perceber que dispositivos se podem desenvolver para - concretamente - tornar o aluno autónomo, porque esta não é um dom. É algo como a capacidade de compreender e dominar as situações... adquire-se através de aprendizagens que a escola deve promover”.

Para que os alunos se tornem cidadãos ativos e participativos necessitam ser autónomos, analisando e gerindo a informação que recebem e agindo de acordo com estas, sendo ainda capazes de expressar as suas ideias e pontos de vista de uma forma clara. Para tal o papel da escola é fundamental, pois “é através do trabalho pedagógico na turma, do desenvolvimento de práticas inovadoras, da invenção de dispositivos, que se pode desenvolver nos alunos competências que os ajudarão a construir a autonomia. Esta construção quotidiana da autonomia é certamente um processo extremamente rico para o futuro do aluno” (Pinto; 2007).

Para a desejada profunda mudança social, educar ou formar para a cidadania representa a possibilidade de se construírem novas práticas verdadeiramente emancipatórias (Nogueira e Saavedra; 2000; pg. 592).

Torna-se portanto urgente que os alunos, dos vários níveis de ensino, desenvolvam a sua autonomia visando questionar a realidade à sua volta, o pensamento crítico e a capacidade oratória, agindo por exemplo através do desenvolvimento de projetos significativos na sua escola e na comunidade local. Esperando assim, que com uma ação direta sobre a sua realidade, desenvolvam o sentido de pertença à escola que frequentam e à sua comunidade, promovendo a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática e participada.

Da análise da literatura referente à Educação para a Cidadania, e no que respeita a referenciais teóricos, constata-se que estes se diferenciam conforme a área do conhecimento que os cita e os propósitos que procuram alcançar, podendo ter como ponto de partida a análise da sociedade, o direito ou a educação.

Para Faulks (2000; pg.4), a cidadania deve assentar em quatro linhas: ética da participação, já que não se pode participar sem a referência a valores éticos; garantia dos direitos sociais, sem os quais a cidadania ficaria em causa; a cidadania íntima, dado que há questões da esfera privada e familiar que são de cidadania; e uma cidadania múltipla, com diferentes vertentes e espaços de intervenção.

Audigier (2000; pg. 23), citando Veldhuis, refere que existem também quatro dimensões: a política e jurídica, a questão do exercício do poder e das leis; a social, as questões sociais e de solidariedade; a económica, as questões do emprego, bens, serviços e consumo; e a cultural, os valores partilhados da herança comum e também as diferentes pertenças.

Por outro lado, o mesmo autor entende que a Educação para a Cidadania deve desenvolver três tipos de competências: as cognitivas, que se relacionam com aspetos políticos e jurídicos, as questões do mundo atual, os processos, e os princípios e valores dos direitos humanos e da cidadania democrática; as éticas e da escolha de valores; e as de ação ou sociais, que pressupõem a intervenção na e com a comunidade, a resolução de problemas e o debate público.

Segundo Fonseca (2001) referenciado por Gomes da Silva (2014; pg.52), “a aprendizagem da cidadania na escola seja feita em associação entre o domínio cognitivo e o domínio vivencial quotidiano, ou seja, que o conhecimento das regras da democracia não dispensa a sua apreensão através da vivência quotidiana, o que obriga a que a presença da cidadania na escola seja transversal e não se resuma a um tempo/espaço fechado na sala de aula. O que está em causa é o próprio funcionamento da instituição e o papel dos seus agentes enquanto cidadãos ativos e participativos.”

O exercício da cidadania é um processo educativo, e assim educar para a prática cidadã é contribuir para a construção da própria cidadania.

E tal como refere Giroux (1991) citado por Nogueira e Saavedra (2000; pg. 595), em detrimento da avaliação, a escola deveria antes questionar-se sobre que tipo de cidadãos pretende educar, que tipo de sociedade pretende construir no actual contexto cultural e étnico e como é possível conciliar as noções de diferença e igualdade com os imperativos da liberdade e da justiça.

### **3. Gestão democrática**

Muito se fala atualmente da importância de uma gestão democrática nas organizações, principalmente no que à gestão das escolas concerne.

Por essa razão, configura-se relevante clarificar o significado desta expressão pois esta será crucial para o presente trabalho. Gestão é pois o processo de planear, organizar, dirigir e controlar a utilização dos recursos postos à disposição da organização (Sebastião, 2013; pg.3).

Para Lima (1998; pg.134) o “conceito de participação, embora complexo e polifacetado, assume um significado relativamente preciso no quadro da democracia como participação, onde é associado à decisão, ao governo, à partilha de poder. É exatamente neste domínio mais expressivo da participação que parece legítimo afirmar que alguns grupos sociais *não participam* no governo de certas organizações”.

E portanto, desenvolver uma gestão democrática numa organização implica desenvolver todas as fases de um processo de gestão mas permitindo a participação dos seus elementos, construindo coletivamente.

A gestão participativa está dependente de vários fatores: o tipo de organização, tendo em conta as suas normas, valores e estratégias formais ou informais; o modo como o indivíduo ou o grupo se situa na organização e o seu grau de comprometimento; e o género de problema/situação (Gouveia, 2013; pg. 40).

A construção de um processo de gestão democrática implica repensar a lógica da organização e participação nas relações e dinâmica da organização, tendo como fundamento a discussão dos mecanismos de participação, as finalidades da organização, a definição de metas e a tomada de decisões, percebendo que a organização não está isolada do sistema social político e cultural.

A gestão democrática participativa é possível acontecer, considerando o empenho daqueles que se envolvem nos processos decorrentes da gestão no âmbito de uma participação coletiva.

#### **4. Gestão democrática de escola**

Atualmente é incontornável atender às relações de poder, e respetivas hierarquias, existentes dentro da escola e desta com o seu meio envolvente. Estimular a participação da comunidade na vida escolar enquadra-se na noção de escola democrática, a qual deve ser desenvolvida de forma adaptada em diferentes áreas de ação nas escolas, constituindo-se como um fim em si mesma por refletir os ideais democráticos.

Mas o que se entende por escola democrática? Como surge esta conceptualização e que implicações pode ter na vivência escolar e na formação dos alunos?

As crises estudantis associadas à luta pelos ideais de liberdade e igualdade em Portugal, tiveram a sua primeira grande vaga de contestação dirigida pela Associação de Estudantes pró-Letras entre 1961 e 1963. Estas abriram caminho para as movimentações de maio de 1968, e que se prolongaram pela década de 70, e que para Lima (1998; pgs. 146 e 147) constituíram um dos fenómenos revolucionários na formação da ideia de escola democrática pois levaram à reflexão sobre o papel da escola na transformação da sociedade. Com estes movimentos, os estudantes defenderam questões

como a igualdade de acesso e igualdade de oportunidades de sucesso, levando à abertura da escola à participação dos alunos.

Para Backman & Trafford (2007; pg.9) a terminologia “gestão escolar” é utilizada no sentido lato de liderança, onde se incluem quer os aspetos instrumentais quer os ideológicos. Sendo que “democrática” indica que esta gestão é baseada nos valores dos direitos humanos e no envolvimento dos alunos, funcionários (docentes e não docentes) e decisores nas principais tomadas de decisão.

Fernandes (1985; pg.77), refere que “a gestão democrática é um dos aspetos da democraticidade do ensino e um dos indicadores mais expressivos do grau de descentralização e de participação introduzidos no sistema de ensino português que, por tradição, se apresenta altamente centralizado e burocratizado”.

No contexto da gestão das escolas, vários autores distinguem “gestão” de “administração” que apesar de muito próximos assumem significados bastante diferentes. E Backman & Trafford (2007; pg.9), citando Halász, referem que “Gestão” é utilizado para enfatizar fortemente a abertura das escolas e dos sistemas de ensino, enquanto que “administração” é aplicado para sublinhar as dimensões técnicas e instrumentais da gestão. Este autor defende que com a crescente abertura das escolas, enraizadas nas especificidades locais (sociais e económicas) e caracterizadas por um complexo conjunto de diferentes necessidades e interesses, faz cada vez mais sentido aplicar a terminologia “gestão” escolar. Este sentido da gestão implica a mediação e a negociação de soluções, uma vez que não se tem o controlo total de quem se governa.

Porém, se se deseja verdadeiramente implementar os valores da democracia na sociedade, é necessário colocá-los em prática no nosso quotidiano, fundamentalmente na vida diária das nossas escolas.

Em 1934, na obra “Democracia”, António Sérgio defendia já que os alunos deveriam experienciar cedo as práticas da democracia e da participação, o que seria alcançado através das práticas de auto-governo (*self-government*) nas escolas. António Sérgio defendia veemente, visível na sua extensa obra, uma educação democrática, para a cidadania, assumindo os alunos um papel fulcral no governo das escolas. Lima (1998; pg.143), cita aliás uma passagem de “Democracia” de António Sérgio (1934), onde reforça esta ideia, “a experiência política, aliás, deveria começar na própria escola, pelos processos do *self-government*, em que temos insistido desde há tanto. Na escola se começaria, outrossim, o conhecimento e a prática da República Cooperativa (ou Socialismo Cooperativista), como a melhor solução imediata dos problemas-sociais”. O mesmo autor cita também o Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho à terceira edição de “Educação Cívica” de António Sérgio, onde refere que se pode ler “o fundamental, na doutrina sergiana, é que na escola os educandos se possam organizar como os adultos num município, e assim vão aprendendo, na prática, a desempenhar os papéis sociais da cidadania, a conhecer pela sua própria experiência como

funciona a sociedade, e a assumir cada vez mais a responsabilidade dos seus atos e decisões, até a plenitude daquilo por que responde o cidadão; treinam-se para tomar decisões e, nas assembleias, as deliberações que a todos eles interessam como seres humanos que se vão realizando”.

A vivência democrática requer prática e ações sucessivas, torna-se necessário compreender o seu significado e a sua relevância desde cedo. Além disso, professores e gestores escolares devem ter consciente que, tal como referem Backman & Trafford (2007; pg.85), citando Follett (1918):

“Democracia não é um objetivo, é um caminho; não é uma realização, mas um processo... Quando entendermos isso e começarmos a viver a democracia, só então teremos democracia”.

Assim, torna-se crucial praticar a democracia desde tenra idade, para que não seja dada por garantida e se perca o interesse na participação cívica.

Contudo, a expansão da gestão participativa encontra-se dependente de um conjunto de fatores: o tipo de organização (considerando as suas normas, valores e estratégias formais ou informais); o modo como o indivíduo ou o grupo se situa na organização e o seu grau de comprometimento; e também o género de problema/situação (Lima; 1998; pg.181).

Ainda segundo Backman & Trafford (2007; pg.11), a gestão democrática das escolas confere cinco benefícios a estas instituições, a saber:

- melhoria da disciplina,
- melhoria da aprendizagem,
- redução dos conflitos,
- tornar a escola mais competitiva,
- assegurar a existência futura de democracias sustentáveis.

Segundo os referidos autores, a investigação mostra que apesar de ser importante o estabelecimento de regras, a atribuição de confiança aos alunos torna-os mais responsáveis. Governar baseado na confiança é muito mais sustentável do que governar por meio de ameaças, melhorando assim a disciplina na escola.

Num ambiente democrático, é também facultada aos alunos maior liberdade para escolher como trabalhar e também, para alguns, o que aprender ou como ser avaliado. Problemas com fraco aproveitamento e falta de motivação são frequentemente reduzidos quando é permitida ao aluno uma maior liberdade de escolha.

No que respeita à redução dos conflitos, os mencionados autores referem que num ambiente autoritário, onde a posição social é mais importante que os direitos individuais, os indivíduos podem considerar necessário estabelecer alianças para sua proteção ou para a concepção de favores pessoais. Estas situações podem assim convergir num diversificado conjunto de conflitos, de onde surgem a discriminação e o *bullying*. Se se implementar um sentido de mútuo respeito, provavelmente os pátios da escola tornar-se-ão locais mais agradáveis e seguros.

Também o nível de competitividade da escola irá melhorar se esta compreender que as crianças hoje têm mais dificuldade em respeitar a autoridade inquestionavelmente. Os cidadãos atuais são bem informados e educados, e assumem como garantidos os direitos civis. Assim, as escolas que demonstrarem tratar os seus alunos com maior respeito, terão maior hipóteses de manter os seus alunos e não os perder para outras da sua área.

Por último, o desenvolvimento do sentido democrático nos alunos será tanto mais sustentável quanto maior for o grau de influência que lhes é conferido, proporcionando-lhes a aprendizagem da responsabilidade da verdadeira participação. Permitindo-lhes pois, participar em matérias centrais para a sua aprendizagem e para a sua vivência na escola, ideia que conflua com a ideologia sergiana.

Atualmente, analisar e avaliar o nível de desempenho das escolas ao nível da Educação para a Cidadania, assume-se assim como fundamental para a formação completa dos seus alunos. Segundo Backman & Trafford (2007; pg. 13), uma forma de medir o nível de desempenho de uma escola em relação à Educação para a Cidadania, é selecionar uma área de atividade e analisá-la à luz dos três princípios definidos pelo Conselho da Europa: direitos e responsabilidades; participação ativa e valorização da diversidade. E para tal, as quatro áreas de atividade da escola que se revelam mais relevantes para a avaliação do seu grau de gestão democrática, foram também identificadas pelos autores: governo, liderança e responsabilidade pública; educação para os valores; cooperação, comunicação e envolvimento (competitividade e determinação); e disciplina dos alunos. E com base na avaliação destas quatro áreas, através dos princípios do Conselho da Europa, compreender-se-á se a escola caminha através de uma gestão democrática ou em contra-ponto, pelo autoritarismo.

A participação dos vários protagonistas do processo educativo, na gestão e organização escolar é pois um instrumento-chave na implementação efetiva do modelo de escola democrática. Na opinião de Backman & Trafford (2007; pg.86), a mudança democrática tende a ser sustentável se se continuar a trabalhar de forma consistente neste sentido, pois esta fica embutida e cresce entre todos os atores deste processo.

Segundo Torres & Palhares (2009; pg.97), “embora culturalmente constrangidos e politicamente cerceados, os órgãos de governação da escola auferem de um estatuto central no aprofundamento dos valores democráticos, cabendo-lhes a difícil missão de reinventarem fórmulas de mobilização local dos atores e de reposição quotidiana do sentido cívico e democrático inerente à escola pública. A construção de uma escola como oficina de cidadania democrática”.

Contudo, o desenvolvimento de uma gestão democrática por parte da escola e “a introdução de modalidades de gestão participativa pressupõe a existência de um espaço de real autonomia da escola e o reconhecimento das diferentes competências e atribuições dos atores organizacionais” (Barroso; 1995; pg.18).

Segundo Luck (2000; pg.21), a “Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas. Trata-se de um conceito que se realiza dinamicamente, de acordo com as manifestações de participação local, e as determinações externas”.

Barroso (1995; pg.18) realça também neste contexto, a necessidade de se encontrar um “equilíbrio dinâmico entre: a autoridade delegada do poder central ou local na escola; as competências profissionais dos professores e de outros trabalhadores não docentes; os direitos dos alunos enquanto “autores” do seu próprio crescimento; e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos”.

A autonomia assume-se assim como fundamento da concepção democrático-participativa de gestão escolar. Mesmo de uma forma relativa, pois a organização escolar obedece a normas e critérios de funcionamento bem definidos, a autonomia é definida como faculdade das pessoas se autogovernarem e decidirem sobre o seu próprio destino, além de possibilitar o desenvolvimento de condições que podem garantir o cumprimento dos objetivos educacionais em articulação com a comunidade. Assim, as escolas definem autonomamente o seu próprio caminho, envolvendo e responsabilizando professores, funcionários, comunidade e, fundamentalmente os alunos, pelo sucesso da instituição.

O modelo de gestão democrática-participativa encontra na autonomia um dos mais elementares pilares, requerendo a livre escolha de objetivos e metodologias e a construção conjunta do ambiente de trabalho.

“A autonomia não se resume, portanto, à questão financeira, nem é mais significativa nessa dimensão, e sim na política, isto é, no que se refere à capacidade de tomar decisões compartilhadas e comprometidas e usar o talento e a competência coletivamente organizada e articulada, para a resolução dos problemas e desafios educacionais, assumindo a responsabilidade pelos resultados dessas ações, vale dizer, apropriando-se do seu significado e da sua autoria. Portanto, a descentralização é um meio e não um fim, na construção da autonomia, assim como esta é, também, um meio para a formação democrática dos alunos” (Luck; 2000; pg. 21).

De sublinhar por fim, no âmbito da autonomia a desenvolver nas escolas, que esta é um processo coletivo e de responsabilidade participada. Sendo necessária, para a construção da autonomia, habilidade para interagir com todos os que constituem a comunidade escolar, numa perspetiva de gestão democrática participativa.

Participação esta que, difere muito de escola para escola. A forma de participação da comunidade escolar, nesta perspetiva de prática democrática apresenta-se em diferentes modalidades, dependendo estas da política de gestão de cada uma.

Assim, no que concerne às diferentes modalidades de participação da comunidade educativa na gestão escolar Veloso, Craveiro, & Rufino (2012; pg.817), no seu estudo, estabelecem uma tipificação das organizações distinguindo-as da seguinte forma:

- *organizações escolares inovadoras* - caracterizam-se por uma larga oferta educativa com uma clara articulação entre professores, pela prática do reconhecimento do desempenho académico e cívico dos alunos, pela promoção da dinamização e do desenvolvimento de atividades pelos alunos, pelo envolvimento dos encarregados de educação e dos alunos na construção dos documentos estruturantes, e pela intervenção da Assembleia de Escola na vida escolar;

- *organizações escolares tradicionais* – onde se verifica uma fraca articulação curricular, não se reconhe o mérito escolar e cívico dos alunos, não se implicam os alunos na organização das atividades, não se promove a participação dos alunos e encarregados de educação ao nível da construção de documentos e pela atribuição à Assembleia de Escola de um papel ausente ou formal;

- *organizações escolares difusas* – apresentam um corpo docente menos estável e uma população escolar com maiores carências económicas, contudo apresentam práticas de integração e reconhecimento da comunidade educativa e do trabalho colaborativo entre docentes.

Visando atingir o *estatuto de escola inovadora*, através da participação da comunidade a escola pretende criar potenciais impactos na melhoria do contexto de aprendizagem dos alunos, na promoção da participação pública na vida escolar, no incremento dos recursos na escola ou na transformação de práticas e culturas escolares (Veloso, Craveiro, & Rufino; 2012; pg. 819).

Por todo o exposto, fica claro que tal como sublinha Gouveia (2013; pg.40) “dependendo ainda muito a gestão escolar dos normativos estabelecidos, o papel/ação dos gestores das escolas será determinante para a implementação e/ou desenvolvimento de uma cultura de participação e, consequentemente de uma gestão democrática da escola. Por meio da definição de uma política educativa centrada na escola, proporcionando e promovendo práticas de análise/reflexão para a resolução de problemas, desenvolvendo processos de interação entre o conhecimento e a prática dos vários elementos educativos, contribuindo para a tomada de decisões pela comunidade escolar e ultrapassando o estritamente definido pelas indicações normativas”. Ou seja, um processo de gestão democrática significa definir um projeto de cidadania que valide as práticas democráticas na escola, e que valorize a confiança em todos os elementos da comunidade escolar:

“Reformar e reinventar a escola para a sua função de comunidade de aprendizagem só pode ser alcançado com sucesso se a confiança for estabelecida como um princípio nos sistemas educativos e

tornar-se um sinal visível dos responsáveis pelas políticas educacionais para as escolas e para os profissionais de educação.” (Backman & Trafford; 2007; pg. 23)

A implementação eficaz das estratégias para uma gestão democrática da escola, onde se inclui o desenvolvimento das Assembleias de Alunos, depende do efetivo envolvimento da escola e das suas lideranças. Sublinhando Menezes (2003) citado por Carvalho, Alão, & Magalhães (2017; pg.48), a implementação destas estratégias depende do “envolvimento institucional da escola que deve garantir a genuidade da participação dos alunos na definição das regras, o que implica a disponibilidade para partilhar de *facto* o poder”.

## 5. Assembleias de Alunos

A sociedade está a mudar de forma constante e muita rápida. Atualmente vivemos uma época onde a informação se encontra disponível a todo o momento, informação de variadas fontes e num tal fluxo que se torna impossível qualquer forma de controlo. Portanto, não é possível orientar as crianças a todo o instante quanto à fiabilidade da informação encontrada e à sua interpretação. A forma mais segura será ensiná-los desde tenra idade a seleccionar e a avaliar a informação encontrada, e assim em vez de tentativas desnecessárias de censura ou restrições devemos apostar no desenvolvimento do seu sentido crítico e capazes de pensarem de forma autónoma.

Para tal é importante, manter as nossas crianças bem informadas e participantes na vida em sociedade. “Para aumentar o interesse na cidadania ativa, devemos pois provar às nossas crianças ao longo dos seus anos de formação que participar na tomada de decisões comuns vale o esforço – e é divertido também” (Backman & Trafford; 2007; pg.6).

No mesmo sentido, Crick (1998) citado por Dias e Menezes (2009; pg.1994), considera que a “democracia, enquanto processo dinâmico, exige práticas de participação crítica e ativa por parte dos seus cidadãos. Trata-se de uma tarefa essencial nas sociedades livres que associa as diferentes dimensões da cidadania: responsabilidade social e moral, participação na comunidade e literacia política “.

Para Jacques Delors (1996; pg.53), nas atuais sociedades complexas, é necessário preparar cada pessoa para a participação democrática em projetos comuns, mostrando-lhe não só os seus direitos e deveres, mas também desenvolvendo as suas competências sociais e estimulando o trabalho em equipa na escola. Num processo em que o mesmo autor designa por “alfabetização política elementar”, defende que a escola deve assumir-se como um modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres e como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e liberdades dos outros.

Considerando que a democracia alimenta-se em si própria e nos efeitos que gera, formar e educar para a cidadania através de práticas locais, de participação individual e coletiva nos espaços de intervenção social envolventes, pode ser exercitado na escola. Tal como referem Dias e Menezes (2009; pg. 2003), verifica-se com as condições sociopolíticas da atualidade a necessidade de se assumir que a escola tem como meta maior a criação condições para que os alunos se tornem cidadãos que pensem e atuem por si mesmos.

Assim, se a democracia for promovida dentro da escola nessa perspetiva, rapidamente desencadeará nos alunos a necessidade de terem voz através de espaços como as Assembleias de Alunos. Estas assembleias assumem-se como uma modalidade de participação dos alunos nas decisões relativas à vida da escola. Com o desenvolvimento das sessões, a prática e a experiência melhorarão a eficiência destas assembleias e irão promover as capacidades democráticas dos alunos, o pensamento crítico, a comunicação, o relacionamento interpessoal e a resolução de problemas.

As Assembleias de Alunos são um espaço de diálogo, negociação e construção participada, em que os alunos são protagonistas da ação e da mudança, com impacto na vida da escola. Além de constituir um espaço de mediação, estas assembleias visam constituir-se como um espaço de democracia participativa, reconhecendo-se as diferenças e os pontos de vista comuns dos diferentes intervenientes e incentivando-se o respeito e a convivência no espaço escola enquanto espaço coletivo de diversidade (Araújo; 2008; pg. 118).

Para Menezes (2003), citado por Carvalho, Alão, & Magalhães (2017; pg.47) esta modalidade de participação tem a sua origem nas assembleias comunitárias, constituindo-se como uma estratégia de participação democrática dos alunos, fundamentalmente no que concerne ao processo de definição de regras e de resolução de problemas.

Tal como referem Nogueira & Saavedra (2000; pg.592), “o trabalho em grupos, o debate de assuntos (implicando consciencialização, debate e reflexão crítica), o envolvimento dos estudantes nas estruturas administrativas da escola, assim como projetos externos de participação (por exemplo através de ações de voluntariado em instituições de solidariedade social próximas) são ações positivas de educação para a cidadania, numa lógica de envolvimento educativo amplo. Desta forma a educação para a cidadania seria um processo de potenciação (empowerment) que resultaria num verdadeiro sentimento de agentividade social”.

Segundo Abrantes (2003; pgs.120-121) “os jovens não vão simplesmente à escola: apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são influenciados por ela... a maioria dos jovens permanece hoje numa situação indefinida face à escola, sendo sensíveis às dinâmicas cruzadas que rodeiam o seu processo de escolaridade”.

Através deste tipo de metodologias, a participação torna-se num exercício de poder coletivo dos cidadãos. Desta forma, os alunos passam a querer exercer o seu poder participando nas decisões,

uma vez que adquirem consciência de que estas afetam a sua vida escolar. É através do sentimento de pertença que se gerem compromissos, envolvimento e desafio na busca de uma verdadeira cidadania.

Por tudo o que foi exposto anteriormente, é necessário reconhecer aos alunos o direito de interferirem na organização do seu próprio trabalho, em parceria com os professores, diretores e os órgãos de gestão, no respeito das suas competências próprias e de um modo ajustado à sua idade e esfera de influência (Barroso; 1995; pg.52).

E é assim que a democracia cresce exponencialmente. Um desenvolvimento leva a outro, o qual por sua vez cria outro. Não é necessário provocar mudanças numa ordem específica para o construir. Basta aproveitar as oportunidades (Backman & Trafford; 2007; pg.81).

Pedro & Pereira (2010; pg.749), assinalam a necessidade por parte das escolas, de promover um maior envolvimento e uma maior responsabilização dos alunos para “a instauração de uma verdadeira cultura democrática participativa”.

Para Lima (1998; pgs.183-189), verificam-se formas diferenciadas de participação na escola, dependendo estas de como se articulam os critérios de: *democraticidade*, *regulamentação*, *envolvimento* e *orientação*.

Por *democraticidade* entende que se verifica onde a participação possibilita moderar determinados tipos de poder promovendo a livre manifestação de ideias e projetos, e assim valorizando o processo de tomada de decisões. Sendo possível encontrar neste processo dois tipos de intervenção, a *direta* – em que o indivíduo participa na decisão com direito a voto - e a *indireta* – em que a participação é de caráter representativo.

A *regulamentação*, respeita à participação permanentemente orientada por normas, permitindo aos diversos intervenientes direcionar a sua forma de atuar, independentemente da sua posição hierárquica. Esta participação pode ser formal, não formal e informal. Formal se resultar de regras decretadas que regimentam o grau e a forma de participação, não formal quando sucede na sequência de um conjunto de regras/orientações criadas pela escola, e informal se surge a partir de regras informais partilhadas em pequenos grupos.

O critério relativo ao *envolvimento*, caracteriza a forma como os diferentes elementos estão empenhados nas ações da organização defendendo pontos de vista e apresentando soluções. E também para este critério são estabelecidos diferentes níveis, a participação ativa (onde se verificam níveis de extraordinário envolvimento na organização e na tomada de decisões), a participação reservada (onde se verifica um comportamento expectante, que observa/analisa para tomar uma decisão mais esclarecida, protegendo os seus interesses) e a participação passiva (onde se observam atitudes de desinteresse e alheamento, onde o indivíduo desaproveita as oportunidades/direito de participação).

Por último a *orientação*, que para Lima, está relacionada com a consensualidade, ou não, dos objetivos formais das organizações. E assim a participação dos vários elementos pode apresentar-se convergente (direcionada para a realização das metas definidas pela escola) ou divergente (apresenta-se como uma rutura com os objetivos definidos, apresentando os vários elementos ideias/argumentos em sentido contrário ou diferente dos definidos pela escola).

A construção do processo de participação é pois o caminho para o desenvolvimento do indivíduo como agente transformador da escola numa estrutura social dinâmica e como agente de transformação social. Será assim a forma mais eficiente para atingir a gestão democrática da escola, envolvendo todos os seus elementos no processo de tomada de decisões e funcionamento da escola. Constitui-se assim como forma de promover a aproximação entre todos os elementos da comunidade educativa, dando a conhecer os objetivos desta, a sua estrutura organizacional e as suas dinâmicas.

Como sublinham Dias e Menezes (2009; pg.2009) “a maneira mais eficaz de promover a compreensão política e participação é a de proporcionar oportunidades para participarem em experiências significativas, enquanto, em simultâneo, é promovida informação explícita acerca de diferentes questões que envolvem instituições públicas. Sendo a escola um contexto privilegiado que favorece a cidadania democrática, devido à sua organização, esta pode constituir um elemento fundamental na formação de base das crianças e jovens enquanto cidadãos ativos e participativos.”

Porém, a participação dos alunos nas organizações educativas levanta ainda inúmeras questões, por um lado, devido às concepções dos adultos sobre as competências e direitos de participação de crianças e jovens e, por outro lado, porque a própria escola continua a ser alvo de um grande controlo político e administrativo por parte do poder central que dita as normas e as regras e é também muito hierarquizada, a todos os níveis (estatutários, curriculares, sociais, culturais, etc.).

Neste sentido, ao conceito de participação é inerente o conceito de poder que implica a capacidade de intervenção nos processos de decisão e não apenas a consagração do direito de ser ouvido ou ser informado (Lima e Afonso; 1990; pg 31).

Tal como referem Nogueira & e Saavedra (2000; pg.593), “uma educação entendida como prática de liberdade e de democracia implica a participação livre e crítica dos educandos, o diálogo e a discussão como as bases indispensáveis à partilha e à construção coletiva do conhecimento: verdadeiros métodos da construção democrática”.

Cabe assim às escolas, utilizando a sua capacidade de decisão e autonomia, construir os caminhos necessários para que a escola seja efetivamente uma organização de todos. Uma organização que respeite os ideais democráticos, de liberdade e igualdade, na prossecução dos objetivos do bem comum. Onde todos contribuem para a sua construção e onde o seu papel de formação de cidadãos conscientes das estruturas democráticas da sociedade e civicamente ativos

surja como um elemento essencial dos Projetos Educativos estabelecidos. Pelo demonstrado, as Assembleias de Alunos assumem-se assim como mecanismos que facilitam o alcance destes propósitos, consubstanciando-se em experiências significativas e permitindo aos alunos desde tenra idade experienciar e praticar uma democracia participativa.

Independentemente dos critérios utilizados, e da articulação entres estes, para a participação dos alunos, as escolas podem através das Assembleias de Alunos criar o processo de participação destes nas tomadas de decisão incluindo a sua livre manifestação de ideias e projetos.

## **PARTE II – Contexto e Objeto de Estudo**

O ano letivo de 2017/2018 no Agrupamento de Escolas Amarelo (nome fictício), do concelho de Sesimbra, permitiu o desenvolvimento de um conjunto de novos projetos e de metodologias pedagógicas nas suas diversas unidades escolares. Esta nova realidade deveu-se ao facto de pertencer ao grupo restrito de sete agrupamentos do país convidados pela Direção Geral de Educação a desenvolver Projetos Piloto de Inovação Pedagógica (medida que melhor se apresenta no capítulo seguinte).

Neste contexto, a autonomia deste agrupamento foi substancialmente reforçada, e em virtude desta foi possível delinear e colocar em prática um mecanismo de participação dos alunos na gestão do Agrupamento.

O presente estudo surge assim com base neste contexto, dispondo da experiência vivida pelos alunos e pretendendo analisar a visão destes sobre o papel das Assembleias de Alunos na gestão democrática do Agrupamento.

Para a realização deste estudo foi obviamente necessário proceder a uma recolha de dados junto dos alunos deste agrupamento. Porém, e tal como referem Quivy e Campenhoudt (1998; pg. 159), nem sempre é possível, ou sequer útil, reunir informações sobre os dados de cada um dos casos do Universo. E assim neste estudo a recolha de dados decorreu de duas formas relativamente aos casos em análise: para os Alunos Participantes na Assembleia de Alunos foi possível estudar toda a unidade; e para os Alunos Não Participantes, devido ao seu elevado número, foi necessário criar uma amostragem. Amostragem esta selecionada, tal como afirma ainda o supracitado autor, de forma representativa do Universo para assegurar a validade dos resultados e a sua extrapolação a este.

No agrupamento de escolas selecionado encontravam-se inscritas 37 turmas. Assim, para o grupo de Alunos Participantes foram questionados 37 alunos, enquanto que para os alunos Não Participantes, a amostra selecionada é constituída por um aluno de cada turma (1.º ciclo, do 2.º ciclo e do 3.º ciclo) do Agrupamento de Escolas Amarelo.

### **1. Contextualização do estudo**

No que à contextualização deste estudo concerne, serão aqui realizadas duas abordagens a níveis distintos. Uma de cariz mais global e referente ao enquadramento normativo e legislativo das questões da cidadania na educação em Portugal, e outra mais focalizada na conjuntura existente no

Agrupamento de Escolas Amarelo que proporcionou a criação da Assembleia de Alunos e consequentemente este estudo.

Segundo Lima (1998), a “participação organizada” na escola impôs a criação de estruturas e de órgãos, ou seja a sua reorganização para a participação, visando a formalização do sentido democrático nas escolas, mais visível após o Abril de 1974, onde fundamentalmente professores e alunos passaram a poder participar. A participação de docentes e discentes na administração das escolas transporta em si uma tradição de luta pelos ideais democráticos, conquistada com a Revolução de abril, e que posteriormente se viu consagrada e decretada.” O mesmo autor referia ainda que participar é um direito reclamado e conquistado através da afirmação de certos valores (democráticos) e da negação de outros que estiveram na base de uma situação de não participação forçada, ou imposta”.

Com a reforma de Veiga Simão, Lei n.º5/73, de 25 de julho, e mais tarde com o Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro, surge a consolidação da gestão democrática das escolas em Portugal. Mais tarde, com a Lei de Bases de 1986 e com Decreto-Lei n.115-A/98, de 4 de maio, a participação democrática nas escolas é reforçada, tendo este último diploma expresso um aumento da responsabilidade dos alunos e da possibilidade destes intervirem no quotidiano escolar e nas decisões, através da participação em reuniões e na elaboração de documentos orientadores das escolas.

Nesta fase, e para melhor contextualização deste trabalho, assume-se como necessidade fulcral a enunciação de alguns dos princípios organizativos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto, presentes nas alíneas b) e c) do seu art. 3.º, as quais referem que o sistema educativo organiza-se para:

“b) contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens”.

Em 2012, com a Lei 51/2012 de 5 de setembro, o seu artigo 7.º vem aprovar o Estatuto do Aluno e Ética escolar, estabelecendo os direitos e os deveres dos alunos dos ensinos básico e secundário, e demais agentes da comunidade educativa na educação e formação destes. Este diploma confere ao aluno o direito de participar, através de representantes, na criação e execução do projeto educativo e na elaboração do regulamento interno da sua escola. A partir deste momento os alunos passaram assim a ter o direito a eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, o direito de apresentar críticas e sugestões

relativas ao funcionamento da escola, tal como a serem ouvidos pelos professores e demais elementos de administração e gestão da escola nos assuntos que justificadamente forem do seu interesse.

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º55/2018 vem desafiar as escolas para implementar algumas medidas, como a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, visando preparar os alunos para o exercício de uma cidadania ativa e informada e reforçando a relevância dada pelos governantes a esta área. Esta nova disciplina é criada no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania publicada em 2017, documento o qual “propõe que os alunos e as alunas na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento realizem aprendizagens através da participação plural e responsável de todas e todos na construção de si como cidadãos/ãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos.”

No mesmo documento pode ler-se ainda que a “Cidadania e Desenvolvimento assume-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural”.

Além da implementação destas medidas, o Ministério da Educação vem ainda desafiando as escolas para projetos que visem a inovação pedagógica e o desenvolvimento metodologias ativas de ensino-aprendizagem. E neste conjunto de desafios o Agrupamento de Escolas Amarelo abraçou dois de grande dimensão, constituir-se uma escola com Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (na sequência do projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular) e instituir as Comunidades de Aprendizagem no 1.º ciclo.

Relativamente à definição de Autonomia e Flexibilidade Curricular, o Despacho n.º 5908/2017 do Secretário de Estado da Educação, menciona que “a faculdade conferida à escola para gerir o currículo dos ensinos básico e secundário e a organização das matrizes curriculares base, ao nível das áreas disciplinares e disciplinas e da sua carga horária, assente na possibilidade de enriquecimento do currículo com os conhecimentos, capacidades e atitudes que contribuam para alcançar as competências previstas no «Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória»”.

Em termos do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP), este visa promover o sucesso e a qualidade das aprendizagens de todos os alunos, reforçando a autonomia das escolas para conceção e aplicação de projetos educativos inovadores. Esta escola teria assim uma maior liberdade para introduzir alterações de âmbito organizacional e pedagógico, tanto ao nível didático como da gestão curricular, promovendo um maior alinhamento das práticas educativas com as dinâmicas da sociedade de hoje. Liberdade esta que no âmbito do PPIP aumenta para 100% a capacidade de autonomia dos vários níveis de gestão para definição das suas propostas.

Por sua vez, no que respeita às Comunidades de Aprendizagem a página electrónica da Direção Geral de Educação refere que a construção destas “pressupõe a apropriação dos princípios da Aprendizagem Dialógica (Diálogo Igualitário, Inteligência Cultural, Transformação, Dimensão Instrumental, Criação de Sentido, Solidariedade e Igualdade de Diferenças), nos quais a comunidade se irá alicerçar para que a transformação aconteça e se abra espaço para a implementação das Ações Educativas de Sucesso, em função das necessidades da comunidade em geral”. Também de acordo com os pressupostos deste projeto, as metodologias comunicativas assentam num conjunto de premissas que visam a universalidade da linguagem e ação, as pessoas como agentes sociais transformadores, a racionalidade comunicativa, o desaparecimento da hierarquia interpretativa e o conhecimento dialógico ( INCLUD-ED project, 2010).

De acrescentar ainda que, e salientando como todos estes projetos e normativos legais se encontram focados na mesma visão, os princípios que sustentam as Comunidades de Aprendizagem (Diálogo Igualitário, Inteligência Cultural, Transformação, Dimensão Instrumental, Criação de Sentido, Solidariedade e Igualdade de Diferenças) também vêem claramente ao encontro do desenvolvimento dos valores preconizados pelo “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”, nomeadamente: responsabilidade e integridade; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e inovação; cidadania e participação; liberdade.

Assim, ao nível mais global estavam criadas as condições para iniciar no Agrupamento de Escolas Amarelo um trabalho mais incisivo no âmbito da Educação para a Cidadania, porém era essencial que ao nível local o campo de trabalho também permitisse este caminho.

E para tal, constatou-se que o Agrupamento de Escolas Amarelo tendo respondido em maio de 2017 de forma positiva ao desafio lançado pelo Ministério da Educação para integrar o projeto de autonomia e flexibilidade curricular, em regime de experiência pedagógica e assumindo-se depois como agrupamento com Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP), abriu o campo adequado para o desenvolvimento de um conjunto de projetos locais diversificados.

Ainda no mesmo sentido, e ao nível do 1.º ciclo, em consonância com a visão da política educativa nacional em construir uma escola de qualidade de todos e com todos, e considerando a inclusão e articulação com as famílias e com a comunidade, este Agrupamento aceitou também o desafio de desenvolver uma Comunidade de Aprendizagem numa das suas unidades de 1.º ciclo (EB1 B).

Ao aceitar todos estes novos desafios a direção do Agrupamento sublinhou assim a valorização que atribui, e de uma forma vertical, às questões da comunicação, da cidadania e da participação e ainda ao reconhecimento das pessoas como agentes sociais transformadores.

De acrescentar ainda a existência de outro elemento que abre caminho para a criação das Assembleias de Alunos, o Contrato de Autonomia celebrado em 2014 com a DEGstE. Ao construir o seu Contrato de Autonomia, o agrupamento necessitou dar resposta aos aspetos que a Avaliação Externa considerou serem mais fracos. E assim, no que à temática em causa respeita, o contrato refere no seu ponto 3, relativo à Avaliação Externa, que um dos pontos a melhorar é “a participação dos alunos nas questões relativas ao funcionamento do Agrupamento de modo a corresponsabilizá-los nas decisões”.

Com todo o enquadramento apresentado, fica obviamente claro como este Agrupamento de Escolas se encontra envolvido em tão expressivas transformações na sua metodologia e na sua ação, nas quais os alunos devem assumir agora um papel mais interventivo.

Com base no exposto quadro referencial, e com o elevado grau de autonomia conferida pela implementação do Projeto Piloto de Intervenção Pedagógica no Agrupamento foi então concebido neste Agrupamento o projeto para 1.º, 2.º e 3.º ciclo, “Assembleia Júnior” e “Assembleia de Alunos”, que visa incluir os alunos na experiência do diálogo e da análise da sua realidade e proporcionar condições de verdadeira participação na procura de soluções para os problemas, atribuindo-lhes competências para poder optar e decidir em relação a si mesmos, e onde são convidados a participar numa gestão cada vez mais democrática da sua escola.

Estas assembleias foram então delineadas visando abranger quatro áreas de competências espelhadas no Perfil do Aluno, a saber: informação e comunicação, raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e pensamento criativo, relacionamento interpessoal e desenvolvimento pessoal e autonomia.

Além das áreas de competência, foram ainda consideradas para a concretização destas assembleias algumas das implicações práticas expostas no Perfil do Aluno, tais como:

- organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e extra-escolares;
- promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;
- criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente;
- valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.

Sendo que de acordo com Backman e Trafford (2007, pg.6), “a participação democrática é melhor aprendida em etapas desde o início da escolaridade, onde os mais jovens prontamente assimilam e vivem os valores e as práticas de democracia”, surge então neste contexto vivido a partir de julho de 2017, a oportunidade e o espaço para a apresentação e desenvolvimento dos projetos

“Assembleia de Alunos”(2.º e 3.º ciclos) e “Assembleia Júnior”(1.º ciclo). Estes assumiram-se como órgãos consultivos aos quais compete dar parecer acerca de todas as matérias de interesse relevante para a vida do Agrupamento de Escolas Amarelo. Estes projetos visam fundamentalmente, constituir-se como órgãos promotores de uma cidadania ativa, onde cada aluno tem direito a manifestar a sua opinião, tornando possível uma tomada de decisão conjunta sobre vários assuntos em debate no seio escolar, e com este momento mensal, que os alunos sejam mais autónomos, responsáveis, socialmente ativos, com capacidade de resolução de problemas e que desenvolvam uma consciência cívica coerente.

Por motivo de falta de espaço físico para contar com a presença de todos os alunos nas sessões das supra-referenciadas Assembleias, as turmas são representadas pelo seu Delegado de Turma (ou na falta deste pelo seu Sub-delegado). Contudo, os temas a trazer à assembleia, as argumentações e a votação sobre as propostas, são previamente debatidas em Assembleia de Turma, por forma a garantir a participação de cada turma e não exclusivamente a opinião dos seus representantes.

Na perspetiva de Westrupp (2003) citado por Guerreiro (2013; pg.7), “numa democracia representativa, são escolhidos os representantes dos grupos interessados, aos quais se delegam poderes decisórios em nome do grupo que este representa; não se tem a garantia de que a voz da maioria será ouvida. Já numa democracia participativa, todos opinam, todos ajudam a decidir, sem a incerteza da usurpação de poder por parte de cada um dos envolvidos”. Desta forma, pode-se concluir que por definição a gestão democrática é sempre participativa, mas que nem sempre a gestão participativa é democrática.

Aquilo que o projeto das Assembleias de Alunos no Agrupamento de Escolas Amarelo pretende ao envolver todos os alunos em diferentes momentos para as tomadas de decisão é garantir a participação de todos os alunos, promovendo assim uma gestão democrática cada vez mais alicerçada na opinião e argumentação de todos os alunos.

E assim, no âmbito desta contextualização global mas também local, deu-se início no Agrupamento de Escolas Amarelo no ano letivo 2017/2018 ao desenvolvimento das Assembleias de Alunos, mecanismos sobre os quais o presente trabalho respeita.

## ***2. Caracterização do Estabelecimento Educativo***

O Agrupamento de Escolas Amarelo foi criado em Julho de 2009 e situa-se no concelho de Sesimbra.

A sua constituição física assenta na existência de 4 unidades escolares, organizadas por ciclos de ensino da seguinte forma:

<b>Escolas do Agrupamento</b>	<b>Níveis de Ensino</b>
Escola Básica Integrada A	Turmas de 1.º, 2.º e 3.º ciclos Unidade de Apoio à Multideficiência de 1.º, 2.º e 3.º Ciclo
Escola Básica de 1.º ciclo com Jardim de Infância B	Pré-escolar, 1.º ciclo e Unidade de Apoio à Multideficiência de 1.º ciclo
Escola Básica de 1.º ciclo C	Pré-Escolar, 1.º ciclo e Unidade de Apoio ao Ensino Estruturado
Jardim de Infância D	Pré-escolar

Acrescente-se ainda que, como constatável no quadro supra, a Escola Básica Integrada é uma escola de referência para a multideficiência, recebendo alunos de três concelhos.

No que ao número de alunos concerne, este agrupamento possui aproximadamente 1800 (à data do estudo), distribuindo-se percentualmente da seguinte forma: 13% no Pré-escolar, 51% no 1.º ciclo e 36% no 2.º/3.º ciclo.

Carece agora contextualizar a freguesia em termos sócio-económicos, histórico, cultural e social.

Durante a década de setenta começou a registar-se o aumento significativo de residentes que procuravam terrenos para construção de moradias, com valores de compra mais acessíveis em relação a outras áreas urbanas circundantes, fazendo assim face a uma crise habitacional que o país enfrentava na época. Estes terrenos resultaram do parcelamento clandestino de uma propriedade rústica e conseqüente venda de lotes onde os novos proprietários foram construindo moradias.

Em 1985, foi elevada a freguesia e dez anos depois passou a vila. Segundo o XIV Recenseamento Geral da População registou, em termos relativos, o crescimento demográfico mais acelerado do país. A população passou de 7958 residentes, em 1991, para os 16389 de 2001, dos quais 25 por cento com menos de 30 anos. “O crescimento demográfico do concelho de Sesimbra resulta em grande parte, da entrada de população proveniente de outros concelhos, de fluxos imigratórios de outros países, embora com menor expressão numérica, e do aumento significativo da natalidade. Este crescimento foi mais acentuado na década de noventa (108,2%), registando agora um abrandamento, estimando-se um crescimento de 51,3%.” (retirado de Projeto Educativo Concelho 2010).

O índice de envelhecimento da população contraria as médias crescentes a nível nacional. Na última década, apesar de um aumento do número de população idosa (sendo esta um quarto da população ao nível do Concelho de Sesimbra) a fixação crescente do número de residentes, o aumento das taxas de natalidade e dos fluxos migratórios contribuíram para um índice baixo de envelhecimento da população do concelho.

“O crescimento da população residente foi acompanhado pelo aumento do número de famílias (perto de 6000 novas famílias). Na dimensão média da família e da tipologia familiar verifica-se uma redução do número de pessoas em cada família (cerca de 2,7 em 2001, para 2,5 em 2007) e o aumento de famílias monoparentais.”(retirado de Projeto Concelho 2010).

Analisando a população na perspetiva do grau de escolaridade atingido, verifica-se que a população residente no concelho concluiu, no geral, a escolaridade básica bem como o ensino secundário, tornando residual o número de indivíduos não possuidores de qualquer nível de ensino:

<b>Nível de Escolaridade da População (2001)</b>	
Conclusão do Ensino Básico	54,9%
Conclusão do Ensino Secundário	21,2%
Licenciados	9%
Sem qualquer nível de ensino	14,3%

*Nível de Escolaridade de população no concelho de Sesimbra (Projeto Educativo Concelho, 2010)* <sup>3</sup>

A população escolar é constituída por 94,6% de alunos de nacionalidade portuguesa, sendo os restantes de proveniências muito diversas, de que podemos destacar o Brasil e os países de leste, que constituem uma referência importante da heterogeneidade da população escolar e que implica afetação de recursos, nomeadamente de apoios sociais (31,4% dos alunos têm apoio de Ação Social Escolar).

Em relação aos Encarregados de Educação, e relativamente às suas profissões, 54,8% não identificam profissão específica, sendo que, dos restantes 45,2%, cerca de 13% são operários de indústria ou trabalhadores similares, 9% em serviços, 7% trabalha em comércio sendo ainda aproximadamente 13% técnicos intermédios ou superiores, docentes, especialistas de diversas áreas e dirigentes. Estes Encarregados de Educação são interessados e interventivos, nomeadamente ao nível do pré-escolar e do 1.º ciclo e organizam-se em 2 Associações de Pais (uma na EB1/JI do Pinhal General e outra na EBI da Boa Água, a qual tem polos na EB1 nº2 da Quinta do Conde e no JI do Pinhal General).

### **3. Identificação do problema**

“Nenhuma democracia é perfeita; nenhuma escola é perfeita; e nenhuma escola é perfeitamente democrática!” (Backman e Trafford, 2007; pg.5)

Com a frase de Backman e Trafford como pano de fundo, e após um ano de aplicação dos projetos “Assembleia de Alunos” e “Assembleia Júnior”, pretende-se com este estudo compreender

<sup>3</sup> In Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas da Boa Água

a relação que os alunos estabelecem entre a sua participação nestas Assembleias de Escola e o desenvolvimento de uma efetiva gestão democrática do agrupamento.

Assim, para o estudo em causa, considerando o seu contexto e a questão de estudo definida, o tema geral enquadra-se na Gestão Democrática de Escolas com o enfoque na participação dos alunos, sendo o seu propósito o de:

Compreender como avaliam os alunos do Agrupamento de Escolas Amarelo a ação das Assembleias de Alunos e da Assembleia Júnior na gestão democrática deste agrupamento.

#### **4. Objetivos específicos**

No decorrer do objetivo geral surge então a necessidade de definição de objetivos com um maior grau de especificidade, relacionando com maior profundidade o objecto de estudo com as suas particularidades.

Desta forma, os objetivos específicos deste estudo são:

- Identificar a perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Identificar a perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos;
- Identificar a perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento;
- Compreender se os alunos consideram que as Assembleias de Alunos são mecanismos que aumentam a sua ação sobre a gestão do agrupamento;
- Analisar se a perceção dos elementos das Mesas das Assembleias quanto ao papel destas na gestão do agrupamento difere da dos restantes alunos;
- Analisar se a perceção dos Delegados de Turma relativamente ao papel das Assembleias de Alunos na gestão do agrupamento difere da dos restantes alunos.

#### **5. Pergunta de Partida**

De acordo com Quivy (2005; pg.32) uma pergunta de partida constitui normalmente um primeiro meio para romper com o senso comum e deve ao mesmo tempo, ter três qualidades essenciais: clareza, exequibilidade e pertinência, pois através da pergunta de partida consegue-se ter uma ideia clara acerca do objetivo a alcançar. Além disso deve ser precisa, realista e compreensível: "(...) com esta pergunta o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que se

procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação”.

Assim, com base nas premissas apresentadas nasceu a pergunta de partida para a presente investigação: Como avaliam os alunos as Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática?

Questão a qual se subdivide em 3 subquestões de estudo visando encontrar uma resposta adequada e completa para a questão inicial, a saber:

- Qual a ação das Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática?
- Qual o papel das Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática?
- Quais as vantagens das Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática?

Para a questão em investigação, algumas são as hipóteses que inicialmente surgem a si agregadas. Assim, após reflexão, e tendo por base a minha própria experiência no desenvolvimento destes projetos e a análise bibliográfica considero que se podem assumir as seguintes hipóteses de estudo:

- O reforço da autonomia do agrupamento através do PPIP aumentou a intenção dos alunos participarem positivamente na gestão do agrupamento;
- Os alunos assumem que as Assembleias de Alunos são mecanismos criados para que a direção do agrupamento tome conhecimento das suas preocupações;
- Os alunos assumem que as Assembleias de Alunos são mecanismos criados para lhes dar a possibilidade de agir sobre a gestão do agrupamento;
- Os delegados de turma (presentes nas assembleias) possuem diferentes perceções sobre a ação das Assembleias de Alunos na escola em relação aos restantes colegas.

E assim, com base nas premissas apresentadas desenvolveu-se o presente trabalho, o qual pretende não só realizar a necessária revisão teórica relativa aos temas da Cidadania, Educação para a Cidadania e Gestão Democrática de escola, como estudar a perspetiva dos alunos sobre estas temáticas. E assim, à luz destes encontrar respostas que visem a evolução dos projetos em causa. Sempre numa perspetiva de eficiência escolar e contributo para o desenvolvimento de um dos princípios da educação, veiculados pela Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), a promoção e o desenvolvimento “do espírito democrático e pluralista respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

### PARTE III - MODO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PRÁTICA

Todo o estudo, independentemente do tema, exige o recurso a métodos e técnicas de investigação, como confirma Hill e Hill (2002; pg.33), “na fase de planeamento é essencial pensar nos métodos de recolha e análise dos dados”. A opção metodológica assume-se pois como uma das principais questões na realização de uma investigação, sendo que a definição da metodologia a utilizar é fortemente influenciada pelos objetivos a que a investigação se propõe responder.

Assim, e de acordo com os objetivos definidos, a primeira secção deste capítulo visa justificar a classificação deste estudo no âmbito das metodologias qualitativas e de cariz interpretativo, as quais se afiguraram como as mais apropriadas ao estudo em causa. Em seguida, é explicitado o processo de recolha de dados e por último, a respetiva análise dos dados recolhidos.

#### 1. Tipo de estudo e metodologia utilizada

Para a realização deste estudo optou-se por uma investigação interpretativa, nomeadamente um estudo de caso, e do tipo transversal, uma vez que se realizou num tempo determinado, nomeadamente entre maio de 2018 e abril de 2019, cuja recolha de dados decorreu entre janeiro e fevereiro de 2019.

Sendo que o foco da investigação interpretativa é o significado que os indivíduos dão aos fenómenos, revela-se esta metodologia a indicada para o desenvolvimento do presente estudo. A investigação interpretativa coloca o “interesse central no significado humano na vida social e na sua elucidação e exposição por parte do investigador” (Erickson; 1986; p. 119), e assim norteada para a análise dos pontos de vista dos indivíduos observados.

Ao fazer intervir o investigador na “elucidação e exposição” do significado, Erickson não pretende impor os significados do investigador aos de quem é observado — antes pelo contrário. Trata-se aqui de reconhecer, como explica Merriam (1988; pg.19), o papel de mediação do investigador na explicitação dos significados daquele que observa: “O significado está embebido nas experiências das pessoas e é mediado através das perceções pessoais do investigador. O investigador não pode colocar-se ‘fora’ do fenómeno”. Assim, há que admitir a natureza intersubjectiva dos significados construídos, que resultam da interação entre os alunos e o investigador, o qual funciona como o “instrumento primordial para a recolha e análise de dados” (Merriam; 1988; p. 36).

O estudo de caso é um método de análise holística, cujo grande objetivo é encarar o todo e não as partes. Isto significa que o seu uso é adequado quando se pretende uma compreensão aprofundada de comportamentos e fenómenos sociais, usando as pessoas e as organizações analisadas como quadro de referência. Os estudos de caso são preciosos na identificação dos efeitos

produzidos indutivamente pelos programas, desenvolvendo pressupostos em relação aos fenómenos, estabelecendo assim uma ligação causa-efeito. Pressuposto este que se adequa aos objetivos do presente estudo.

Recorrendo a uma metodologia de natureza qualitativa, pois não será realizada correlação entre variáveis, os dados serão recolhidos por meio de inquéritos por questionários e entrevista de *focus group*.

A abordagem de carácter qualitativo que para Gil (1991; pg.78) se caracteriza “(...) pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir um conhecimento amplo e detalhado do mesmo (...)”, permite, “(...) observar indivíduos, grupos, instituições, métodos e materiais, com o fim de descrever, comparar, constatar, classificar, analisar e interpretar, as entidades e os acontecimentos (...)” (Comen e Manion; 1990; pg.10).

## 2. Instrumentos de recolha de dados

Assim, dado o que se encontra referido no subcapítulo anterior, para recolha de dados neste estudo, foram utilizados inquéritos por questionários a dois tipos de público-alvo. Um será aplicado aos Delegados de Turma (ou sub-delegados) de 1.º, 2.º e 3.º ciclo em funções no ano letivo 2017/2018 do agrupamento de Escolas Amarelo, em virtude de terem estado presentes nas sessões das Assembleias de Alunos. O outro inquérito por questionário foi aplicado a uma amostra dos alunos dos 3 ciclos que não estiveram presentes nestas assembleias, visando assim recolher informação e compreender se a participação nas assembleias é uma variável que influencia a visão que os alunos têm sobre o papel destas na gestão democrática do agrupamento.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1994; pg.164), o inquérito é uma forma indireta de recolher informação sobre a realidade para a qual o sujeito contribui ao responder às perguntas. E de acordo com Tuckman (2005; pg.308), “os questionários são processos para adquirir dados acerca das pessoas, sobretudo interrogando-as”, refere Hill e Hill (1998; pg.87), que “chamam-se ‘casos’ da investigação aos respondentes ao questionário”. Para recolher a informação pretendida dos alunos selecionados foi escolhido como instrumento de investigação, o inquérito por questionário escrito que, como afirma Tuckman (2005; pg.307), possibilitou “o acesso ao que está ‘dentro da cabeça de uma pessoa’”. Adianta o mesmo autor que este processo possibilita medir o que uma pessoa sabe, gosta, pensa e ainda revelar as experiências realizadas por cada um.

Trata-se de um instrumento que apresenta vantagens de autonomia, padronização, celeridade na recolha dos dados e facilidade no tratamento dos mesmos. No entanto, “não é fácil elaborar um bom questionário”, como menciona Hill e Hill (1998; p. 83) e que revela também que

aquando da elaboração do questionário devemos pegar nos objetivos e decidir que perguntas utilizar para medir as variáveis.

A recolha de dados assentou na aplicação de um questionário que, tal como na perspetiva de Hill e Hill (1998; pg.84), inclui uma nota introdutória com o propósito de apresentar o investigador, dar instruções de preenchimento, transmitir a razão do estudo, e garantir a confidencialidade das respostas assim como o anonimato.

Este questionário foi partilhado e preenchido pelos inquiridos através do Google Forms, permitindo assim uma mais eficiente recolha e posterior tratamento das respostas.

Na construção do questionário, Ghiglione e Matalon (1993; pg.93), referem ser necessário compreender com precisão o que se investiga, mas também garantir que as questões sejam claras e que tenham o mesmo significado para todos. Assim, o questionário foi elaborado quer com base na análise de documentos de revisão bibliográfica quer na minha experiência profissional referente ao desenvolvimento de trabalho com Assembleias de Alunos. Foram elaboradas questões que não tivessem significados ambíguos e que por outro lado fossem claras de modo a melhor se adequarem ao estudo. Resultou um questionário composto maioritariamente por um conjunto de itens de resposta fechada, com o qual pretende-se recolher a opinião dos grupos de alunos inquiridos sobre a problemática em questão de entre as alternativas de respostas propostas, e um pequeno conjunto de respostas abertas com o objetivo de recolher a opinião livre dos alunos, para as quais responderam de forma construída e escrita com as suas próprias palavras (Hill e Hill; 1998; pgs. 15 e 16).

O questionário no que respeita à sua organização geral é formado por três partes distintas:

Introdução – para informar os alunos da temática e dos objetivos em estudo, dar algumas instruções de preenchimento e garantir a confidencialidade dos dados recolhidos assim como o anonimato;

Dados pessoais – para caracterizar a amostra da população em estudo;

Dados de opinião – para recolher a opinião dos alunos relativamente à sua perceção sobre como avaliam as Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática.

Os questionários elaborados são constituídos por 17 itens, divididos pelas três partes, como consta nos apêndices 5 e 6.

Para a recolha de informação dos alunos não-Delegados de Turma (Não Participantes), dado o elevado número de alunos desta categoria, tornou-se fundamental constituir uma amostra. Nesta matéria, Quivy e Campenhoudt (2005; pg.159) referem que nem sempre é possível, ou necessário, recolher informações sobre todas as unidades da população. Os autores referem ainda que a técnica de amostragem “impõem-se quando estão reunidas duas condições:

- quando a população é muito volumosa e é preciso recolher muitos dados para cada indivíduo ou unidade;

- quando, sobre os aspetos que interessam ao investigador, é importante recolher uma imagem globalmente conforme à que seria obtida interrogando o conjunto da população, resumindo quando se põe um problema de representatividade”.

Condições estas que se verificam para o estudo em causa, fundamentalmente devido ao elevado número de alunos que não estiveram presentes nas sessões das assembleias e que, tendo essa característica comum, representam uma determinada opinião global.

Esta será uma amostragem probabilística (ou aleatória), em que cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida e não nula de integrar a amostra, e constituir-se-á como amostra estratificada em virtude de ser necessário estratificar a população (alunos) em ciclos de escolaridade (Almeida e Pinto; 1995; pg.115).

Os elementos das sub-amostras foram escolhidos como nas amostras simples, numa só operação de tiragem sistemática (ex: 1 em cada 10 numa lista ordenada) após numeração dos elementos da amostra.

A população deste estudo foi de 37 inquiridos para Delegados de Turma (Alunos Participantes) e de 38 para os não representantes das turmas nas Assembleias de Turma (Alunos Não Participantes), constituindo este uma amostra representativa deste grupo de alunos .

Nesta abordagem de natureza qualitativa realizou-se também uma entrevista em *focus group*, para a qual foi criado um grupo de discussão de 5 elementos, constituído pelos alunos que pertenceram às mesas das duas assembleias.

Morgan (1996, 1997), citado por Silva, Veloso e Keating (2014; pg. 177) define *focus group* como uma técnica de investigação de recolha de dados através da interação do grupo sobre um tópico apresentado pelo investigador. Tal definição, segundo o autor, comporta três componentes essenciais: os *focus group* são um método de investigação dirigido à recolha de dados; localiza a interação na discussão do grupo como a fonte dos dados; e, reconhece o papel ativo do investigador na dinamização da discussão do grupo para efeitos de recolha dos dados. Esta metodologia foi selecionada para o presente estudo considerando também que os participantes que o compõem possuem em comum o facto de terem pertencido à mesa das assembleias, coordenando e dirigindo os trabalhos destes ao longo do ano letivo e assim terem opinião relevante sobre o tema.

Por último, neste capítulo é importante referir que este tipo de estudo, não possibilita a generalização dos resultados a outros casos, mesmo que sejam semelhantes.

### 3. Caracterização dos entrevistados / inquiridos

Para este estudo os entrevistados foram divididos em 3 categorias diferentes, considerando os objetivos propostos para esta recolha de dados.

Assim, a primeira categoria é constituída por 5 alunos, que se caracterizaram por terem sido elementos das Mesa das Assembleias de Alunos/Júnior no ano lectivo 2017/2018. Destes, três alunos pertenceram à Mesa da Assembleia de Alunos, sendo um de 2.º ciclo (vice-secretário) e dois de 3.º ciclo (presidente e vice-presidente) e dois pertenceram à Mesa da Assembleia Júnior (dois de 1.º ciclo, presidente e secretária).

Os oito elementos das duas Mesas foram convidados a participar na entrevista *focusgroup*, contudo três não apresentaram as devidas autorizações dos Encarregados de Educação para a participação.

A segunda categoria é constituída por 37 alunos, seleccionados em virtude de terem integrado as Assembleias no ano letivo de 2017/2018, eleitos Delegados de Turma, Sub-delegados ou Representantes de Turma pelos seus pares.

Dos 39 pedidos de autorização entregues, 37 foram devolvidos devidamente autorizados, o que representa um total de 95% de respostas positivas à participação neste estudo.

Por último, a terceira categoria remete-se aos alunos que não participaram nas reuniões da Assembleia de Alunos/Júnior em todo o ano letivo em análise. Esta categoria foi constituída por amostragem simples (1 por turma) num total de 38 Alunos. De acordo com Almeida & Pinto (1976; pg. 114), no âmbito da *amostragem probabilística* “a seleção dos indivíduos componentes da amostra efetua-se através de uma só operação”, caracterizando-se neste quadro de *Elementar*, uma vez que “todos os elementos da população estão referenciados por um número. Representando cada um deles por um papel que se introduz numa urna ..., é possível seleccionar aleatoriamente o conjunto de elementos constitutivos da amostra (tiragem à sorte).”

Para a seleção destes alunos, foi sorteado um número entre 1 e 28 (número máximo de alunos por turma no agrupamento em estudo no ano lectivo 2017/2018), constituindo-se num acontecimento totalmente aleatório. Foi assim sorteado o número 11, pelo que a grande maioria dos alunos desta categoria estão inscritos nas suas turmas com o número de ordenação 11. De acrescentar que, sempre que o aluno n.º11 tivesse sido transferido (para outro agrupamento ou integrado neste agrupamento em 2018/2019), integrasse o Decreto-Lei 54/2018 usufruindo das medidas adicionais ou tivesse participado na Assembleia de Alunos/Júnior no ano letivo anterior, procedeu-se à sua substituição pelo aluno imediatamente seguinte na ordem sequencial da turma.

Dos 39 pedidos de autorização entregues, 38 foram devolvidos devidamente autorizados, o que representa um total de 97% de respostas positivas à participação neste estudo.

#### 4. Análise de dados

Após a recolha de dados, procedeu-se à sua organização e análise de acordo com os indicadores previamente selecionados.

Na análise dos dados obtidos pelo questionário foram realizadas algumas operações estatísticas. Para o efeito, efetuou-se em primeiro lugar uma análise descritiva (calculando frequências absolutas e percentuais) para descrever as características dos componentes da população estudada e as respostas recolhidas, convertendo assim os dados obtidos. Em segundo lugar, para se retirar conclusões ou encontrar possíveis factos que confluam para uma posterior conclusão, procedeu-se à análise exploratória.

Relativamente à análise de dados provenientes do *focus group*, esta consistiu em interpretar e comparar a informação dada pelos participantes e procurar as opiniões partilhadas e as divergentes. A informação recolhida foi codificada para se poder organizar os resultados em relação aos objetivos do estudo. A interpretação dos dados terá em conta a distinção entre as seguintes rúbricas de análise:

- Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados;
- Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos;
- Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento;
- Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento;
- Perceção dos elementos da Mesa das Assembleias, relativamente ao papel das Assembleias de Alunos;
- Validação da participação nas Assembleias de Alunos.

O relatório final cita declarações dos participantes que se consideraram merecem ser registadas, juntamente com um resumo da discussão.

Os resultados provenientes dos diferentes grupos de análise, questionários e *focus group*, serão comparados para identificar possíveis convergências.

#### 5. Os resultados obtidos

##### 5.1. Os inquéritos

###### 5.1.1. Caracterização dos inquiridos

Relativamente à caracterização dos inquiridos (alunos participantes e não participantes), espelhada nas respostas às primeiras questões (questões 1, 2 e 3 de ambos os questionários), estes

caracterizaram-se por ter idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, estando matriculados no ano letivo 2017/2018 entre o 2.º ano e 8.º ano de escolaridade.

Ainda no que à caracterização dos entrevistados respeita, de referir que 55,6% (20 alunos) dos alunos que participaram nas Assembleias de Alunos são do género Feminino e 44,4% (16 alunos) do género Masculino. Relativamente aos alunos que não participaram nas Assembleias de Alunos 55,6% (20 alunos) são do género Feminino e 44,4% (16 alunos) do género Masculino.

No que às idades concerne os inquiridos do grupo Participantes nas Assembleias de Alunos, no momento da aplicação do questionário caracterizavam-se da seguinte forma:

Idade	7	8	9	10	11	12	13	14
N.º alunos	1	3	4	7	6	5	1	9
%	2,80%	8,30%	11,10%	19,40%	16,70%	13,90%	2,80%	25%

Quadro 1: Caracterização dos Alunos Participantes

Quanto aos alunos que não participaram nas Assembleias de Alunos, a variação de idades e a Frequência Absoluta das mesmas apresenta-se na tabela seguinte:

Idade	7	8	9	10	11	12	13	14
N.º alunos	0	4	4	4	8	7	2	8
%	0%	10,80%	10,80%	10,80%	21,60%	19%	5,4%	21,60%

Quadro 2: Caracterização dos Alunos Não-Participantes

Relativamente à **frequência de ano letivo** a que este estudo reporta (2017/2018) os alunos encontravam-se matriculados da seguinte forma:

Alunos Participantes	Ano de escolaridade	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
	N.º alunos	3	8	6	6	3	5	4	0
	%	8,60%	22,90%	17,10%	17,10%	9,10%	14,30%	11,40%	0,00%
Alunos Não Participantes	Ano de escolaridade	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
	N.º alunos	3	7	5	7	5	3	5	1
	%	8,30%	19,40%	13,90%	19,40%	13,90%	8,30%	13,90%	2,80%

Quadro 3: Frequência do ano de escolaridade dos inquiridos

Por fim, os alunos que participaram nas Assembleias de Alunos, fizeram-no na representação dos seus cargos na seguinte distribuição:

Delegado	Sub delegado	Representante
26	5	3
76,50%	14,70%	9,40%

Quadro 4: Representantes das turmas por cargos

### 5.1.2. Análise por grupos de questões temáticas

Neste ponto serão analisadas as respostas obtidas ao questionário aplicado aos Alunos Participantes e aos Alunos Não Participantes nas Assembleias de Alunos, organizadas de acordo com as rúbricas de análise estipuladas para este estudo.

#### 5.1.2.1. Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia

Para a “Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia”, foram aplicadas duas questões:

- Para ti o que é a “democracia”?
- Para ti o que é um “cidadão”?

Assim, na tabela seguinte apresenta-se a frequência das respostas obtidas para o significado de Democracia:

Respostas	Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
	N.º alunos	%	N.º alunos	%
Uma forma de organização que permite ouvir a opinião de todos.	5	13,90%	9	24,30%
Uma forma de organizar a sociedade .	1	2,80%	4	10,80%
Forma de promover o respeito pela opinião de todos.	5	13,90%	6	16,20%
Regime em que todos participam na construção de propostas.	1	2,80%	3	8,10%
Regime em que todos participam no desenvolvimento de soluções.	3	8,30%	3	8,10%
Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos.	6	16,70%	3	8,10%
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos.	6	16,70%	1	2,70%
Regime em que todos votam.	0	0,00%	1	2,70%
Não sei o que significa.	10	27,80%	9	24,30%

Quadro 5: Significados para Democracia

Assim, constata-se que quer os alunos Participantes na Assembleia de Alunos quer os Não Participantes, referem em acentuado número que desconhecem o significado do termo **Democracia**. Aproximadamente um quarto para os Não Participantes e uma percentagem ligeiramente superior para os Participantes.

Contudo, os significados mais atribuídos a democracia são, em primeiro lugar “forma de organização que permite ouvir a opinião de todos” e em segundo, em igual número, “forma de

promover o respeito pela opinião de todos” e “regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos”.

Quanto ao significado atribuído pelos alunos ao conceito de **Cidadão**, a tabela seguinte apresenta a frequência de respostas obtidas:

Respostas	Alunos Participantes		Alunos Não participantes	
	N.º alunos	%	N.º alunos	%
O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger.	10	27,80%	10	27,80%
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade.	3	8,30%	3	8,30%
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa.	1	2,80%	2	5,60%
O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais.	1	2,80%	2	5,60%
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados.	11	30,60%	8	22,20%
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos direitos humanos.	9	25%	10	27,80%
O indivíduo que se mostra solidário.	1	2,80%	1	2,80%
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica.	0	0%	0	0%

Quadro 6: Significados para Cidadão

No que concerne ao conceito de Cidadão, as ideias distribuem-se muito, contudo os alunos referem fundamentalmente que este conceito tem como significados “o indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger” e “o indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados”.

Os Alunos Não Participantes indicaram ainda “o indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos direitos humanos” como significado para Cidadão.

De realçar que nenhum dos alunos inquiridos selecionou o parâmetro relativo à ação pela sustentabilidade ecológica e que a vertente solidária também é pouco considerada para o conceito de Cidadão.

Relativamente aos entrevistados em focus group, Alunos das Mesas das Assembleias, o resumo das respostas obtidas neste âmbito encontra-se expresso no quadro seguinte:

<b>Conceito de Democracia</b>	<p>“É ouvir a opinião de todos, da melhor forma possível tentar incutir um pouco do que cada um quer para na decisão final, quase toda a gente fique feliz...”</p> <p>“...é por isso que existem vários partidos, porque várias pessoas têm várias opiniões.”</p> <p>“...sinónimo de organização...todos se ouvem uns aos outros sem discussão...”</p> <p>“...podemos colocar em prática aquilo que nós quisermos ou acharmos melhor de forma ordeira...”</p> <p>“...é mudar as coisas. Cada um dá a sua opinião...”</p>
<b>Conceito de Cidadão</b>	<p>“...pessoa com uma série de direitos e deveres na comunidade...e que os deve proteger...”</p> <p>“todos são considerados cidadãos, mas o máximo de cidadãos... é aquele que quer estar relacionado com as decisões tomadas. ....é o que participa nas decisões...como no simples ato de votar.”</p> <p>“O cidadão é o que tenta participar ativamente, no que pode e acha que deve ser mudado.”</p> <p>“Os cidadãos da escola são os alunos, porque quem tem mais poder são os alunos...cada professor dá a sua opinião enquanto que os alunos andam por aí.”</p> <p>“Os cidadãos podem dar a sua opinião e os professores também. Todos podem.”</p> <p>“Tendo em conta...a Assembleia de Alunos, isto não acontece. Na Assembleia de Alunos os professores não falam, quem toma as decisões são os alunos.”</p> <p>“...eu percebo que os alunos não vão chegar aqui e dizer como as coisas são feitas ...têm que existir regras...”</p> <p>“...a direção faz um ótimo trabalho em incluir os alunos e também todas as pessoas que convivem dentro desta escola, que podem querer mudar alguma coisa, fazem muito bem em incluir essas opiniões, essas novas ideias para melhorar o que pode vir a ser esta escola.”</p> <p>“Entre todas as opiniões podemos fazer aqui uma coisa nova, e agradar dois mundos. Neste caso são centenas de alunos, não será possível agradar a todos, mas agradar a um grande número de alunos, professores, funcionários e membros da direção, porque também são cidadãos. Também querem ver a escola onde eles estão a lecionar e que estão a dirigir prosperar.”</p> <p>“Tal como num país normal, os membros dos órgãos de soberania são todos cidadãos, acontece o mesmo com esta escola”.</p>

Quadro 7: Significados para Democracia e Cidadão atribuídos pelos alunos das Mesas das Assembleias

Os alunos das Mesas das Assembleias demonstraram relacionar o conceito de democracia com participação/dar opinião, organização e mudança (“ouvir a opinião de todos”, “sinónimo de organização”, “é mudar as coisas...”). Quanto ao conceito de cidadão, estes alunos referem que é quem possui direitos e deveres, mas reforçam a sua responsabilidade em protegê-los. Reforçam bastante o papel interventivo de um cidadão e acabam a discussão desta pergunta fazendo o paralelismo entre um cidadão da sociedade/de um país com o papel dos vários elementos da escola e a importância que a Assembleia de Alunos assume na atribuição de voz aos alunos.

#### 5.1.2.2. Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos

Para concluir acerca da “perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos” foi colocada a questão “Assinala com uma cruz (X) o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos da Assembleias de Alunos”, a qual visa compreender qual a relevância que estes atribuem às Assembleias de Alunos.

Os resultados obtidos encontram-se expressos na tabela:

	Muito Relevante		Relevante		Pouco Relevante		Não Relevante	
	Alunos Participantes	Alunos Não Participantes	Alunos Participantes	Alunos Não Participantes	Alunos Participantes	Alunos Não participantes	Alunos Participantes	Alunos não participantes
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola	26	22	10	14	0	1	0	0
Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem	12	11	22	21	3	3	0	0
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas	4	10	6	13	14	7	11	7
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola	15	11	14	24	7	2	0	0
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos	26	13	9	21	1	1	0	0
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente	19	19	16	14	1	5	0	0
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade (1.º, 2.º e 3.º ciclos)	11	20	16	11	8	6	1	1

Quadro 8: Relevância atribuída pelos alunos às Assembleias de Alunos

Assim, a maioria dos alunos questionados consideraram que a Assembleia de Alunos é Muito Relevante para atingir os seguintes objetivos:

- Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola;
- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos, fundamentalmente os Alunos Participantes;
- Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente;
- Permitir um momento de convívio entre alunos dos diferentes ciclos de escolaridade, fundamentalmente os Alunos Não Participantes .

De Relevante importância consideraram ser os objetivos:

- Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem;
- Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas, fundamentalmente os Alunos Não Participantes;
- Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola;
- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos;
- os Alunos Participantes consideraram ainda Relevante “permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade”.

De todos os objetivos apresentados os Alunos Participantes consideraram de Pouco ou Nada Relevante, o objetivo da Assembleia de Alunos em criar um momento para que os alunos se ausentem da sala de aula.

As respostas dos Alunos das Mesas das Assembleias sobre a “perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos” encontram-se expressas no quadro seguinte:

<b>Relevância das Assembleias de Alunos para os alunos</b>	<p>“para se falar sobre o que falta na escola e dar algumas opiniões”</p> <p>“fazer chegar aos adultos o que vai na cabeça dos alunos, o que falta na escola. Para fazer chegar à Direção, a quem manda nisto tudo, as nossas opiniões.”</p> <p>“a Assembleia é como se fosse um upgrade à escola. E em todas as Assembleias há mudanças, opiniões, discussões e novas coisas a inovar.”</p> <p>“A Assembleia de Alunos é quase uma mini- Assembleia da República. Onde não são só algumas pessoas a decidirem.”</p> <p>“São tantas as coisas que ali (na Assembleia de Alunos) foram ditas, que eu tenho a certeza que os professores quando ouvirem disseram: “A sério? Precisam mesmo disso?”.</p> <p>“Por isso é que a Assembleia de Alunos também é importante, porque os alunos têm mais noção das coisas que estão a acontecer no seu espaço do que os professores.”</p>
--	---

Quadro 9: Relevância atribuída pelos alunos das Mesas das Assembleias às Assembleias de Alunos

Da leitura do quadro pode-se constatar que estes alunos têm uma perceção muito forte sobre o importante papel que a Assembleia de Alunos assume para dar voz aos alunos perante toda a comunidade educativa, fundamentalmente perante os professores e direção do Agrupamento.

Realçam também que os alunos são mais conhecedores dos problemas da escola, e que as Assembleias de Alunos lhes permitem expor as suas opiniões sobre a escola.

### 5.1.2.3. Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento

Uma outra rúbrica de análise para este trabalho é a “Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento”. Para concluir sobre este ponto os alunos foram questionados quanto à sua participação nas decisões da Gestão do Agrupamento através da questão “Consideras que, como aluno, deverias poder participar mais nas decisões da Gestão (direção) da tua escola?”, sendo-lhes depois solicitada a justificação da sua opção.

Os resultados obtidos encontram-se expressos na tabela seguinte:

Alunos Participantes		Alunos Não Participantes	
Sim	não	sim	Não
26	10	19	18
72,20%	27,80%	51,40%	48,60%

Quadro 10: Interesse em participar na gestão do Agrupamento

Como se pode constatar, a maioria dos alunos que passaram pela experiência de participar nas Assembleias de Alunos consideraram que deveriam poder participar mais nas decisões tomadas

pela Direção da escola. Contudo, os alunos que não participaram apresentam opiniões muito divididas, não sendo claro que a maioria deseje participar neste tipo de decisões.

Os Alunos Participantes, apresentaram várias justificações para a sua opção à questão anterior, as quais se encontram organizados no quadro seguinte:

		Alunos Participantes
<b>Sem resposta</b>		3 questionários
<b>Respostas Afirmativas</b>	<b>Cientes dos Problemas</b>	<p>“Acho que sim porque às vezes os professores não conseguem saber coisas que acontecem entre os alunos e como tal assim nós, alunos, podemos ajudar.”</p> <p>“Porque nós alunos, sabemos do que necessitamos para o bom funcionamento da nossa aprendizagem e também para o nosso divertimento.”</p> <p>“Porque há decisões que os alunos acham más, mas que a direção acha o melhor do mundo.”</p>
	<b>Para conhecer as decisões</b>	<p>“Porque essa proposta é para a minha escola e eu queria saber.”</p> <p>“Para estar a par das situações e poder uma opinião.”</p> <p>“Porque temos de ter conhecimento do que acontece na escola.”</p>
	<b>Direito à opinião</b>	<p>“Sim, porque a escola é desenvolvida no âmbito de instruir os alunos, é feita para os alunos. Que melhor forma de saber como a melhorar, do que perguntar àqueles que vão ser influenciados diretamente pelas medidas tomadas? Eu acho que é o direito do aluno ter poder na decisão de como quer ser instruído.”</p> <p>“Eu acho que ao participarmos mais nas decisões da direção podemos arranjar melhores soluções para os problemas existentes na escola.”</p> <p>“Eu acho que nós, alunos, poderíamos ser mais questionados, por exemplo, na forma de como nós gostamos mais de trabalhar.”</p> <p>“Porque tem direito a dar a sua opinião.”</p> <p>“Pois enquanto aluna também tenho uma opinião e perspetiva em relação ao que se passa na minha escola.”</p> <p>“Todos têm de dar a sua opinião sobre o que está bem e o que está mal na escola.”</p> <p>“Sim porque os alunos também devem interferir nas decisões para a sua escola.”</p> <p>“Porque gosto da escola e gosto de participar.”</p>
	<b>Elementos da organização</b>	<p>“A escola é “feita” principalmente de alunos e acho que se tivermos uma palavra a dizer será um sítio onde nos sentiremos melhor.”</p> <p>“Porque a escola também é dos alunos por isso penso que os alunos deveriam participar em mais decisões sobre a escola.”</p> <p>“Porque nós (os alunos) vivemos todos os dias alguns problemas da escola e a Direção vive outro tipo de problemas.”</p> <p>“Porque é da escola.”</p> <p>“Porque nós fazemos parte da escola.”</p> <p>“Porque nós como alunos, é que sabemos o que nos faz falta e o que precisamos de melhorar”</p>
	<b>Auxiliar a escola</b>	<p>“Para que possam ajudar a escola.”</p> <p>“Para ajudar mais a escola.”</p> <p>“Para ajudar a escola.”</p> <p>“Porque nesta escola nós podemos dar ideias para como podemos melhorar a escola, ou seja, podemos participar a decidir como melhorar a escola.”</p>
<b>Respostas Negativas</b>	<b>Responsabilidade dos adultos</b>	<p>“Não, porque os adultos têm muita mais responsabilidade quanto a esses assuntos, na minha opinião no máximo poderíamos dar sugestões.”</p> <p>“Eu acho que não, pois acho que a direção saberá decidir melhor o que é melhor para a escola.”</p> <p>“Eu acho que não porque devia ser pessoas com mais responsabilidades que eu.”</p> <p>“Porque é um assunto que cabe à direção tratar da gestão da escola.”</p>
	<b>Imaturidade/ Pouca Experiência</b>	<p>“Pois ainda somos muito jovens, por isso alguns podiam nem sequer saber do que se estava a falar.”</p> <p>“Porque acho que ainda não tenho essa responsabilidade toda.”</p>
	<b>Sem disponibilidade</b>	<p>“Eu não quero porque eu tenho muitos deveres a fazer e não tenho muito tempo livre.”</p>

Quadro 11: Argumentação dos Alunos Participantes quanto à participação na gestão

Assim, organizaram-se as respostas que fundamentam o desejo dos alunos em poder participar mais na gestão do Agrupamento em cinco grupos de acordo com o tronco comum das afirmações prestadas:

- Conhecedores de problemas: alguns alunos referiram que são mais conhecedores dos problemas da escola/agrupamento do que a direção, e que por esse motivo deviam participar nas tomadas de decisão;
- Conhecer as decisões: foi também referido que os alunos têm o direito de conhecer as decisões tomadas;
- Direito à opinião: a maioria dos alunos referiu que tem direito a dar a sua opinião, pois têm o direito de participar na vida da sua escola;
- Elementos da organização: muitos alunos referem que sendo elementos da organização-escola têm o direito e o dever de participar nas tomadas de decisão sobre a sua vida escolar;
- Auxiliar a escola: alguns justificam a sua vontade em participar com o desejo de ajudar a escola.

De um modo geral, a maioria dos alunos refere que considera ter direito a dar a sua opinião sobre as decisões da Gestão do agrupamento, uma vez que são elementos fundamentais da organização e como melhor conhecedores dos problemas desta, consideram encontrar soluções mais adequadas.

Quanto aos fundamentos dos Alunos Participantes para não quererem participar nas decisões da Gestão, aproximadamente 10%, estes agrupam-se fundamentalmente sob três argumentos:

- Responsabilidade dos alunos: alguns alunos referiram que este tipo de decisões devem ser tomadas por pessoas com maior sentido de responsabilidade, ou ainda pela Direção pois é esta que detém essa responsabilidade (Competência);
- Imaturidade/Pouca experiência: dois alunos referiram que se consideram muito novos para tomar decisões desta relevância e que provavelmente nem teriam conhecimentos suficientes para poder decidir;
- Sem disponibilidade: um aluno referiu que não tem disponibilidade para participar nas decisões da Gestão do Agrupamento uma vez que os muitos afazeres lhe ocupam muito tempo.

Quanto aos argumentos dos Alunos Não Participantes para as suas respostas sobre a perceção que têm do seu papel na gestão do Agrupamento, estes encontram-se organizados no quadro seguinte:

		Alunos Não Participantes
<b>Sem resposta</b>		3 questionários
<b>Respostas Afirmativas</b>	<b>Conhecedores dos problemas</b>	<p>“Ao ouvirmos algumas ideias dos professores temos noção do que a escola precisa, e podemos ter dizer algo de importante porque somos nós que utilizamos os materiais e somos nós que os estimulamos.”</p> <p>“Sim porque os alunos podiam contribuir porque a direção não sabe as dificuldades que os alunos têm com os materiais e com os professores.”</p>
	<b>Colegialidade das decisões</b>	<p>“Porque a opinião não é só de um é de todos.”</p> <p>“Porque eu sirvo de impulso para os meus colegas.”</p>
	<b>Direito à opinião</b>	<p>“Porque os alunos têm opiniões diferentes.”</p> <p>“Porque também tenho opinião.”</p> <p>“Porque nós queremos dar opiniões.”</p> <p>“Porque tenho muitas ideias para a escola.”</p> <p>“Porque pode dar mais ideias para a escola.”</p> <p>“Eu acho que sim porque assim poderei apresentar problemas que acontecem, eu tal como alguns colegas.”</p> <p>“Podemos não gostar das decisões da direção.”</p> <p>“Porque ajudava a escolher as decisões dos alunos.”</p> <p>“Porque sou uma boa aluna.”</p>
	<b>Elementos da organização</b>	<p>“Uma vez que quem usufrui das medidas tomadas na escola são os alunos, acho que os mesmos deviam ter mais opinião.”</p> <p>“Tendo em conta que sou aluno também tenho que exprimir a minha opinião.”</p> <p>“Seria importante para que o aluno se sinta bem com as escolhas da sua escola.”</p>
	<b>Auxiliar a escola</b>	<p>“Para ajudar mais a escola.”</p> <p>“Porque gosto da escola.”</p>
	<b>Respostas Negativas</b>	<b>Responsabilidade dos adultos</b>
	<b>Imaturidade/ Pouca experiência</b>	<p>“Porque não tenho idade.”</p> <p>“Porque ainda sou novo.”</p> <p>“Acho que é muito difícil e que é preciso muita responsabilidade.”</p> <p>“Não sei se iria ter essa capacidade.”</p> <p>“Embora o tempo que eu passo na escola seja extenso não temos as informações suficientes para estar dentro dos assuntos da direção.”</p>
	<b>Indisciplina</b>	<p>“Porque alguns alunos são mal educados e não saberiam participar na gestão.”</p>
	<b>Colegialidade das decisões</b>	<p>“Acho que basta uma pessoa de cada turma que carregue a opinião dos restantes.”</p> <p>“Acho que não, porque já participamos em muitas decisões da nossa escola.”</p> <p>“Não acho porque existe um delegado de turma como em todas as outras turmas e aí podemos dar a nossa opinião e depois essa informação é partilhada com a direção.”</p> <p>“Não, porque eu já dei muitas opiniões, e os professores e a delegada aceitam sempre as propostas da nossa turma, menos aquelas que já foram faladas na assembleia.”</p> <p>“Não, porque eu dou propostas e a nossa professora aceita sempre as nossas propostas, menos aquelas que já foram faladas na assembleia.”</p>
	<b>Sem opinião</b>	<p>“Não tenho nada a dizer.”</p>

Quadro 12: Argumentação dos Alunos Não Participantes quanto à participação na gestão

Sendo que para os Alunos Não Participantes o número de respostas que evidencia a vontade em participar nas decisões da Gestão é muito próximo do número dos que respondem que não anseiam por tal, torna-se fundamental analisar as justificações que estes apresentaram.

Assim, as respostas que fundamentam as opções assumidas foram organizadas em cinco grupos de acordo com o tronco comum das afirmações prestadas. Destes, quatro são comuns aos dos Alunos Participantes nas assembleias, a saber:

- Conhecedores de problemas: embora em menor número, alguns destes alunos referiram que são mais conhecedores dos problemas da escola/agrupamento do que a direção, e que por esse motivo deviam participar nas tomadas de decisão;

- Colegialidade das decisões: foi também referido por dois alunos que gostariam de participar nas decisões da Gestão porque as posições a defender para a Gestão do Agrupamento representam a opinião de todos os alunos;

- Direito à opinião: também a maioria destes alunos referiu que tem direito a dar a sua opinião, pois têm o direito de participar na vida da sua escola;

- Elementos da organização: também neste parâmetro, as opiniões são semelhantes. Muitos alunos referem que sendo elementos da organização-escola têm o direito e o dever de participar nas tomadas de decisão sobre a sua vida escolar;

- Auxiliar a escola: dois alunos também referiram que gostariam de participar nas decisões da Gestão por forma a ajudar a escola.

De um modo geral, a maioria dos alunos refere que considera ter direito a dar a sua opinião sobre as decisões da Gestão do agrupamento, uma vez que são elementos fundamentais da organização e assim melhor conhecedores dos problemas desta. Estes alunos também referiram que o facto das deliberações apresentadas à Direção representarem a voz de todos os alunos, reforça a sua vontade em participar nas decisões da Gestão.

Quanto aos fundamentos dos Alunos Não Participantes para não quererem participar nas decisões da Gestão estes agrupam-se fundamentalmente em cinco grupos, a saber:

- Responsabilidade dos alunos: embora em número inferior, também neste conjunto de alunos foi referido que este tipo de decisões devem ser tomadas por pessoas com maior sentido de responsabilidade, adultos com maior consciência sobre os factos em análise;

- Imaturidade/pouca experiência: o número de alunos que referiram este parâmetro aumenta em relação aos Alunos Participantes. Também alguns consideram ser muito novos para tomar decisões desta relevância e que provavelmente não teriam conhecimentos suficientes para poder decidir;

- Colegialidade das decisões: para estes alunos este parâmetro também funciona como justificação para não pretenderem participar nas decisões da Gestão. A maioria destes alunos referiu que se sente representado pelos seus delegados, não sendo necessário participar na primeira pessoa;

- Indisciplina: um aluno referiu que a postura que alguns alunos poderiam assumir poderia comprometer a tomada de decisões, não devendo por isso os alunos tomar parte nas decisões da Gestão;

- Sem opinião: um aluno referiu não ter opinião sobre os assuntos, e logo não deseja participar como decisor.

Quanto às respostas dos Alunos das Mesas das Assembleias sobre a perceção que têm do seu papel na gestão do Agrupamento, encontra-se exposto no quadro seguinte o resumo das mesmas:

<p><b>Participação nas decisões da Gestão do Agrupamento</b></p>	<p>“...os alunos devem participar. Pois por mais que os adultos tentem compreender e compreendam as crianças... nada melhor do que perguntar a uma criança adolescente o que ela quer...e é por isso que eu acho que a Assembleia de Alunos foi uma óptima iniciativa. ... A forma de organização foi muito bem pensada: discutam entre turma, tragam o que querem que mudemos ou arranjos, ou que querem que evolua na escola, a vossa opinião, e depois os vossos representantes que venham cá e nos digam isso. E essas Assembleias de Alunos permitem que todas as turmas do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, digam o que querem mudar.”</p> <p>“Se juntarmos todos os Delegados, estão todas as turmas, está lá a escola inteira.”</p> <p>“...devem participar. As crianças podem ter opiniões que os professores podem não saber”</p>
--	--

*Quadro 13: Argumentação dos Alunos das Mesas da Assembleias quanto à participação na gestão*

Os Alunos das Mesas das Assembleias são unânimes em demonstrar que os alunos devem participar nas decisões da direção do Agrupamento e expressam que a Assembleia de Alunos é o meio adequado para o fazerem. Estes alunos demonstraram ainda concordar com a estrutura criada para o funcionamento da Assembleia de Alunos visando a sua participação na gestão do Agrupamento.

#### **5.1.2.4. Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento**

Quanto ao “Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do agrupamento”, foi solicitado aos alunos que respondessem às seguintes questões:

- “Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos na Assembleia de Alunos/Júnior têm sido consideradas pela Direção do Agrupamento?”. Visando a fundamentação da opinião expressa pelo aluno, foi solicitado aos inquiridos que respondessem "Muitas Vezes" ou "Algumas Vezes" que apresentassem um exemplo de decisão considerada pela Direção. Se o inquirido respondesse “Nunca” deveria então indicar uma decisão para a qual gostaria de ter visto resposta por parte da Direção.

- “Consideras que ser da Assembleia de Alunos/Júnior tem influência sobre a ação dos alunos na gestão do Agrupamento? Em que grau?”

- “Consideras que a Participação dos alunos na Assembleia de Alunos traz benefícios para o agrupamento?” Sendo que, aos inquiridos que responderam nível 2 (poucos), nível 3 (alguns) ou nível 4 (muitos), foi-lhes ainda solicitado que indicassem um benefício que consideraram para responder à questão.

As opiniões dos alunos relativas à consideração que a Direção tem sobre as decisões tomadas por estes nas Assembleias apresentam-se assim:

	Alunos participantes				Alunos não participantes			
	Muitas Vezes	Algumas vezes	Nunca	não sei	Muitas Vezes	Algumas vezes	Nunca	não sei
<b>N.º alunos</b>	6	29	1	0	1	12	1	23
<b>%</b>	16,70%	80,60%	2,80%	0%	2,70%	32,40%	2,70%	62%

Quadro 14: Recetividade da Direção às decisões tomadas nas Assembleias de Alunos

Os resultados obtidos indicam assim que os Alunos Participantes consideram na sua maioria que as suas decisões foram consideradas Algumas Vezes pela Direção. Sendo que, para os Alunos Não Participantes, a grande maioria indica que Não Sabe se as decisões tomadas nas Assembleias de Alunos foram consideradas.

Como fundamento para as respostas “Muitas Vezes” e “Algumas Vezes”, os alunos apresentaram várias respostas, as quais se apresentam em seguida agrupadas por parâmetros comuns:

	Tipologia	N.º referências
<b>Alunos Participantes</b>	Respostas inconclusivas	2
	Microondas	6
	Reabilitação de mobiliário	7
	Limpeza/caixotes do lixo	5

	Novos materiais	6
	Comportamento nos espaços exteriores	3
	Alimentação na cantina	1
	Comunicação com a direção	2
<b>Alunos</b>	Respostas inconclusivas	2
<b>Não Participantes</b>	Microondas	4
	Reabilitação de mobiliário	2
	Limpeza/caixotes do lixo	1
	Novos materiais	0
	Comunicação com a direção	3

Quadro 15: Fundamentação da recetividade da Direção face às deliberações das Assembleias de Alunos

Constata-se assim que a grande maioria dos Alunos Participantes identifica decisões da Assembleia de Alunos que foram tidas em conta pela Direção do Agrupamento. Enquanto que a frequência de exemplos dados pelos Alunos Não Participantes foi bastante mais reduzida, revelando dificuldade em ilustrar como a Direção deu resposta às solicitações da Assembleia de Alunos.

Dada a reduzida frequência das respostas “Nunca”, os fundamentos apresentados resumem-se a uma resposta válida:

	Tipologia	N.º referências
<b>Alunos Participantes</b>	Cacifos	1
<b>Alunos Não Participantes</b>	Inconclusiva	2

Quadro 16: Fundamentação da não Recetividade da Direção face às deliberações das Assembleias de Alunos

Só um Aluno Participante validou as respostas de que “Nunca” as decisões da Assembleia de Alunos haviam sido tidas em conta pela Direção, ilustrando essa opinião com a não disponibilização de cacifos aos alunos.

Relativamente à questão “Consideras que pertencer à Assembleia de Alunos/Júnior tem influência sobre a ação dos alunos na gestão do Agrupamento? Em que grau?”, as respostas obtidas encontram-se expressas na tabela seguinte:

	Alunos Participantes				Alunos Não Participantes			
	1 Nenhuma Influência	2 Pouca Influência	3 Alguma influência	4 Muita Influência	1 Nenhuma Influência	2 Pouca Influência	3 Alguma influência	4 Muita Influência
<b>N.º alunos</b>	1	3	26	5	4	15	16	2
<b>%</b>	3%	8,60%	74,30%	14,30%	11%	40,50%	43,20%	5,40%

Quadro 17: Grau de influência da ação dos alunos na gestão do Agrupamento

Tal como se pode constatar, quase três quartos dos Alunos Participantes consideram que a Assembleia de Alunos tem Alguma Influência sobre a ação dos alunos na gestão do Agrupamento. Sendo que 14% dos alunos desta categoria considera que tem Muita Influência, e uma percentagem reduzida que em conjunto considera a Nenhuma e a Pouca Influência.

Por outro lado, para os Alunos Não Participantes a maioria das opiniões dividem-se entre Pouca e Alguma Influência, sendo pequena a percentagem de alunos que considera que pertencer à Assembleia de Alunos tem Muita Influência sobre a Gestão do Agrupamento.

Ainda para análise desta rúbrica, os alunos foram inquiridos sobre os benefícios para o Agrupamento que consideravam estar associados à sua participação nas Assembleias de Alunos. Sendo-lhes solicitado que primeiro graduassem esses benefícios numa escala de 1 (nenhum benefício) a 4 (muitos benefícios) e depois exemplificassem a sua opção, visando a validação da resposta anterior.

As respostas obtidas a esta questão foram assim organizadas:

	Alunos Participantes				Alunos Não Participantes			
	1 Nenhuns benefícios	2	3	4 Muitos benefícios	1 Nenhuns benefícios	2	3	4 Muitos benefícios
<b>N.º alunos</b>	2	2	16	16	6	2	19	10
<b>%</b>	5,6%	5,6%	44,4%	44,4%	16,20%	5,40%	51,4%	27%

Quadro 18: Benefícios para o Agrupamento resultantes da participação nas Assembleias de Alunos

Relativamente aos Alunos Participantes, a grande maioria destes considera que a Assembleia de Alunos traz Alguns ou Muitos Benefícios ao Agrupamento. Benefícios estes que são referidos nas respostas à questão seguinte e que aqui se apresentam:

Alunos Participantes	
<b>Sem resposta</b>	3 questionários
<b>Melhoria da Comunicação vertical</b>	<p>“ Porque os alunos têm opiniões diferentes da direção e dos professores.”</p> <p>“Os alunos podem saber coisas que provavelmente, professores ou elementos da direção não se tinham apercebido.”</p> <p>“Benefícios que os alunos conhecem e a Direção não conhece.”</p> <p>“Os alunos trazem soluções para o benefício da escola como o apresentar problemas que muitos professores não sabiam que existiam.”</p> <p>“Porque os alunos sabem o que é que a escola precisa, pois são eles que a frequentam.”</p> <p>“As nossas propostas são ouvidas.”</p> <p>“Porque os alunos podem mostrar o seu olhar sobre a escola.”</p> <p>“Partilhar as ideias com a escola.”</p> <p>“Passar a palavra dos outros alunos para os professores .”</p>

	<p>“Houve mais comunicação entre escola e alunos.”</p> <p>“Porque os alunos é que utilizam o espaço da escola e comunicam os problemas à direção.”</p> <p>“A minha voz é ouvida.”</p>
<b>Colegialidade das Decisões</b>	“Discutir opiniões com os colegas.”
<b>Incentivo à autonomia dos alunos</b>	<p>“Sim, ajuda os alunos a terem mais autonomia e a desenvolver o seu vocabulário.”</p> <p>“A autonomia dos alunos.”</p> <p>“Desenvolve a autonomia dos alunos.”</p> <p>“Com as decisões que tomamos sentimo-nos mais confiantes para melhorar a nossa escola.”</p>
<b>Auxiliar a escola</b>	<p>“A escola ganha melhores condições.”</p> <p>“Porque ajudam mais a escola.”</p> <p>“A escola com tantas coisas novas poderá tornar-se melhor.”</p> <p>“Diminuir o barulho nos corredores.”</p> <p>“Por exemplo os alunos pediram espelhos na casa de banho e isso é um benefício.”</p> <p>“As portas da casa de banho.”</p> <p>“Algumas vezes há ideias que melhoram o agrupamento e seguem em frente, porém nem sempre.”</p> <p>“Mudança de pontos negativos.”</p>
<b>Outros</b>	<p>“Por exemplo: a higiene dos alunos.”</p> <p>“A interajuda entre turmas.”</p> <p>“Porque gosto da escola.”</p> <p>“Pode trazer novas regras.”</p> <p>“A diminuição de conflitos entre os alunos e os utentes do Agrupamento.”</p>

Quadro 19: Enunciação dos benefícios das Assembleias de Alunos segundo os Alunos Participantes

Por seu lado, os Alunos Não Participantes também mostram claramente que consideram que a Assembleia de Alunos traz Alguns ou Muitos benefícios para o Agrupamento, porém 16,20% considera que não traz “Nenhuns Benefícios”. Os benefícios encontram-se registados em seguida:

Alunos Não Participantes	
<b>Sem resposta</b>	8 questionários
<b>Melhoria da comunicação vertical</b>	<p>“Porque os alunos também têm opinião.”</p> <p>“Porque conhecem a escola e sabem como resolver os problemas.”</p> <p>“Porque os alunos dão opinião.”</p> <p>“Porque os alunos passam muito tempo na escola e sabem o que precisam.”</p> <p>“Saber a opinião dos alunos.”</p> <p>“O Agrupamento passa a saber melhor a opinião e as necessidades dos alunos.”</p> <p>“Porque ao participarem nessa assembleia representam problemas que estão a acontecer na nossa escola.”</p> <p>“Que os alunos conhecem melhor a escola.”</p>
<b>Incentivo à cidadania Ativa</b>	<p>“Os alunos tornam-se cidadãos ativos.”</p> <p>“Para que os alunos sejam mais ativos na escola.”</p> <p>“Os alunos aprendem mais na assembleia.”</p>
<b>Incentivo ao sentido de responsabilidade</b>	“Sim para terem mais alguma responsabilidade.”
<b>Auxiliar a escola</b>	<p>“Ficam a saber a opinião dos alunos e pode-se vir a ter uma escola que todos gostem.”</p> <p>“Porque os alunos também ficam satisfeitos.”</p> <p>“Sim porque assim temos o benefício de melhorar as condições da nossa escola.”</p> <p>“Temos o benefício de podermos melhorar as condições da nossa escola.”</p> <p>“Por exemplo na reparação de equipamentos danificados ou a ausência deles.”</p> <p>“Conseguir saber de problemas e conseguir ajudar melhorando as escolas.”</p>

	<p>“Porque os alunos sabem resolver os problemas da escola.”</p>
<b>Outros</b>	<p>“Discute-se mais sobre a reciclagem quando deram a opinião de reciclar.”</p> <p>“Porque ajuda os professores.”</p> <p>“Espelhos nas casas de banho melhorias no mobiliário da escola (reparações).”</p> <p>“Partilha de ideias dos alunos sobre a escola.”</p> <p>“As boas ideias.”</p> <p>“Sim eles podem melhorar os problemas.”</p>

Quadro 20: Enunciação dos benefícios das Assembleias de Alunos segundo os Alunos Não Participantes

Os alunos das Mesas das Assembleias, também refletiram sobre a influência da Assembleia de Alunos na gestão do Agrupamento, de cujo debate se apresentam as principais intervenções:

<b>Grau de influência das Assembleias de Alunos</b>	<p>“a Assembleia de Alunos ainda tem um longo caminho a fazer. No ano passado pedimos o arranjo das WCs, já as temos. Ou seja, está a ter resultado. Mas, ainda existe uma grande diferença entre a quantidade de propostas chegadas (à Assembleia) e a quantidade de propostas que foram realizadas. Como é o início dá para perceber que é muita coisa ao mesmo tempo, e eles (direção) vão fazendo pouco a pouco.”</p> <p>“Como a Assembleia de Alunos ainda é nova, acho que o percurso desde que a ideia é tida, a ideia é debatida e a ideia é realizada, ainda é longo. Mas, com o passar do tempo, a partir do momento em que este processo seja todo mais agilizado, esse período de tempo vai diminuir.”</p> <p>“(Na minha escola) mudou a questão dos caixotes do lixo nas salas. Agora já existem caixotes para separarem o lixo nas salas. O resto ainda não melhorou muito.”</p> <p>“Ouvii umas partes mas outras não. (As casas de banho, os horários).”</p> <p>“Algumas coisas foram faladas e depois melhoraram. É o barulho nos corredores, não se houve barulho nos corredores ... Agora quando estamos nas aulas não se houve barulho, quando vamos para o intervalo já se houve barulho.”</p>
<b>Relevância atribuída à Assembleia de Alunos pelos elementos das Mesas</b>	<p>“A participação na Assembleia de Alunos traz muita aprendizagem e muita cultura geral. O conhecimento de outras opiniões que desconhecemos, pois o facto de sermos humanos permite que exista uma grande diversidade de opiniões e que sejamos todos diferentes, o que é muito bom. Mas de vez em quando pode correr para o lado errado, como por exemplo o racismo ou coisas do género. Mas neste caso é uma coisa muito boa.”</p> <p>“aumenta muito a capacidade para falar em público. Principalmente das pessoas que estão na mesa, porque é uma componente cada vez mais importante no trabalhador de hoje em dia, fazer apresentações, saber falar.”</p> <p>“Assembleia de Alunos também ajuda o aluno em si que é o representante da turma, a melhorar essa componente que entra para avaliação, quer agora quer no futuro em termos de trabalho.”</p> <p>“...vai ajudar mais para a frente, quando o processo ficar mais agilizado e conseguirem por em prática mais rápido as coisas que são faladas no ano anterior.”</p> <p>“também pode influenciar a imagem que se tem do Agrupamento, ... o Agrupamento pode melhorar.”</p> <p>“para nós, quando nós melhoramos as coisas ficamos mais confortáveis. Então melhora a escola.”</p> <p>“É os alunos poderem informar, dar opinião sobre aquilo que consideram não estar bem... poderem participar e reclamar...É dizer não são só os professores que precisam, nós também precisamos.”</p>

Quadro 21: Assembleia de Alunos como mecanismo que aumenta a ação dos alunos na gestão do Agrupamento segundo os Alunos da Mesa da Assembleia

Este grupo de alunos é unânime em considerar que a Assembleia de Alunos tem vindo a influenciar algumas decisões da gestão, sendo contudo patente que ainda a consideram pouco

influyente. Contudo, expressam confiança de que esta influência venha a aumentar com o decorrer do tempo, realçando que ainda existe um longo caminho a percorrer.

Como validação destas suas opiniões, os alunos ilustraram com alguns exemplos deliberações da Assembleia de Alunos que foram tidas em consideração pela direção do Agrupamento e que foram implementadas pelo Agrupamento.

Demonstram ainda considerar que são várias as vantagens trazidas pelas Assembleias de Alunos. Referem que estas se enquadram num aumento do conhecimento geral, da valorização da sua participação e da participação dos outros, do respeito pelos outros, da melhoria das capacidades de comunicação, na melhoria do agrupamento e na sua imagem para o exterior.

#### 5.1.2.5. Validação da Participação nas Assembleias de Alunos

Por fim, o último conjunto de questões colocadas, visava a “Validação da participação nas Assembleias” por parte dos alunos. Para tal, foram colocadas as seguintes questões:

- “No presente ano letivo gostavas de voltar a participar na Assembleia de Alunos/Júnior?”, questão que foi apresentada só aos alunos Participantes na Assembleia;

“- Das áreas seguintes, seleciona aquela que mais gostarias de ver debatida na Assembleia de Alunos.”, sendo solicitado em seguida que em breves palavras, justificassem a opção escolhida.

Quanto à continuidade da participação nas Assembleias de Alunos, 75% dos Alunos Participantes expressaram que gostariam de repetir a experiência, tal como se pode constatar pelos resultados obtidos na resposta a esta questão:

	Alunos participantes	
	SIM	NÃO
N.º alunos	27	9
%	75%	25%

Quadro 22: Interesse em voltar a participar nas Assembleias de Alunos

Este resultado valida assim o significado que estes alunos atribuem à Assembleia de Alunos assim como a sua vontade em participar e a ação que consideram que este órgão tem no agrupamento.

Quanto à indicação de temas que gostariam de ver debatidos na Assembleia de Alunos, as respostas encontram-se expressas na tabela seguinte:

	Alunos Participantes		Alunos não participantes	
	N.º alunos	%	N.º alunos	%
Planeamento de atividades do Agrupamento	5	14,30%	4	16,20%
Alimentação na escola	10	28,60%	7	18,90%
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	9	25,70%	17	45,90%
Questões de disciplina dos alunos	4	11,40%	2	5,40%
Conteúdos das diferentes disciplinas	0	0,00%	1	2,70%
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e corredores)	4	11,40%	1	2,90%
Trabalho dos professores com os alunos	3	8,60%	4	10,80%

Quadro 23: Temas a debater nas Assembleias de Alunos

Da análise da tabela pode-se constatar que quer para os Alunos Participantes como para os Alunos Não Participantes, a Alimentação da Escola e o Arranjo de Mobiliário são os principais temas que gostariam de ver debatidos.

Revelando assim estes dados que os alunos, de uma forma geral, consideram a Assembleia de Alunos um órgão do Agrupamento no qual devem ser discutidos temas que interferem com a sua vida quotidiana na escola, temas com os quais se confrontam diariamente. As questões relativas à disciplina ou as questões pedagógicas/didáticas/curriculares não representam para estes alunos temas com lugar a discussão nestes fóruns.

Os Alunos Participantes apresentaram como justificação para as suas escolhas os argumentos que a seguir se apresentam:

Temas	Argumentos
Planeamento de atividades do Agrupamento	<p>“Acho que a escola se torna um ambiente bom para os alunos, quando o mesmo tem atividades diferentes e para todos os gostos.”</p> <p>“Seria interessante os alunos poderem planejar as próprias atividades.”</p> <p>“O planeamento de atividades porque ajuda a dar motivação às aulas.”</p> <p>“Gostava que houvesse mais atividades (torneios).”</p> <p>“Para se fazerem mais atividades.”</p>
Alimentação na escola	<p>“Pois acho que a comida da escola poderia ser melhor, porque há vários alunos que não almoçam devido a não gostar da comida ou mesmo porque acham que o dinheiro que se paga é muito (caro) para o que se come. Na minha opinião acho que deviam aumentar um pouco mais os preços mas também aumentar a qualidade da comida .”</p> <p>“A comida da escola, pois acho que já foi melhorada, mas mesmo assim acho que poderia melhorar muito mais. Acho que também seria interessante debater isto na</p>

	<p>assembleia de alunos.”</p> <p>“Porque a comida do refeitório não tem sabor e os alunos já não querem ir lá comer por isso não comem.”</p> <p>“Porque tem muitas crianças e adolescentes que reclamam da comida então podiam melhorar a comida.”</p> <p>“Porque alguns dos alunos da nossa escola queixam-se da alimentação que nos dão.”</p> <p>“Antes a comida da escola era ruim e agora melhorou.”</p> <p>“Porque há muitos meninos no lanche que só trazem bolos e doces.”</p> <p>“Porque a comida do refeitório podia ser melhor.”</p>
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	<p>“Não é só importante a forma como aprendemos, mas também o ambiente em que aprendemos. Se tivermos chão sujos, ou com buracos, por exemplo, não vamos estar atentos em aprender, porque vamos estar demasiado distraídos a pensar, quando é que podemos ir embora.”</p> <p>“Eu escolhi a opção "Arranjo mobiliário", porque existem muitas coisas estragadas e em estado lastimável.”</p> <p>“Considero que o funcionamento da escola depende da qualidade do material disponível.”</p> <p>“Porque acho que as coisas na escola que precisam ser arranjadas.”</p> <p>“Os alunos vão para a escola mais alegres se esta tiver um bom aspeto.”</p> <p>“Como aluno sei quais os materiais que estão danificados.”</p> <p>“Porque há papéis molhados no tecto das casas de banho.”</p> <p>“Para melhorar a nossa escola.”</p> <p>“São coisas que fazem falta.”</p>
Questões de disciplina dos alunos	<p>“Às vezes alguns alunos (principalmente os mais velhos) são injustos para com os mais novos, como por exemplo: passar à frente na fila e ter uma linguagem menos adequada.”</p> <p>“Queria ajudar a disciplina dos meus colegas.”</p> <p>“Porque os meninos se portam mal.”</p>
Conteúdos das diferentes Disciplinas	-----
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e corredores)	<p>“Porque é desagradável estar no intervalo a brincar ou simplesmente a falar com os colegas e estar a pisar lixo, ou a ver.”</p> <p>“Na minha opinião, a escola tem vários lugares cheios de lixo (como o pátio), e gostaria que estivessem mais limpos.”</p> <p>“É muito importante a escola estar limpa para os alunos sentirem-se melhor.”</p>
Trabalho dos professores com os alunos	<p>“Acho que seria um ponto interessante aprofundar este tema e debater sobre o mesmo, porque às vezes alguns alunos não têm muitas oportunidades para colocar dúvidas por exemplo por vergonha ou mesmo com medo da reação dos professores.”</p> <p>“Para ajudar a professora a não falar tão alto com os alunos.”</p>

Quadro 24: Justificação para a indicação dos temas a debater nas Assembleias de Alunos, segundo os Alunos Participantes

Pode constatar-se com a análise das respostas dadas que os Alunos Participantes demonstram conhecer os problemas da escola, identificando-os e demonstrando interesse em debatê-los na Assembleia de Alunos.

Muitas das respostas destes alunos revelam a vontade em debater estes temas com os colegas e em contribuir desta forma para a melhoria da escola.

Nenhuma resposta indica argumentação em abordar os temas relacionados com os conteúdos das diferentes disciplinas, o que vem confirmar que mesmo os Alunos Participantes não reconhecem como função da Assembleia de Alunos a discussão de questões curriculares.

Por sua vez, os Alunos Não Participantes apresentaram os seguintes argumentos:

Temas	Argumentos
Planeamento de atividades do Agrupamento	<p>“Porque as atividades em grupo são mais divertidas.”</p> <p>“Porque ajudava a escola com ideias.”</p> <p>“Ter mais atividades na escola”</p>
Alimentação na escola	<p>“Porque os alunos têm outras ideias para atividades na escola.”</p>
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	<p>“Acho que no bar, por exemplo, o mobiliário devia estar em melhores condições. é facto que são os próprios alunos que destroem mas nesse caso deveriam ser aplicadas medidas.”</p> <p>“Porque assim da para não ficar o cheiro la no WC.”</p> <p>“Para que a nossa escola seja mais bonita e mais funcional.”</p> <p>“Nos balneários que estão ao pé do Ginásio não há cortinas, e eu tenho amigas minhas que já quiseram tomar banho lá só que não queriam porque não havia cortinas lá.”</p> <p>“Porque sem portas, estores, papel na casa de banho e outros exemplos poderão comprometer as aulas ou mesmo as necessidades dos alunos.”</p> <p>“Acho que o arranjo de mobiliário da escola seria importante porque acho que é uma das coisas em que a escola está mais atrasada.”</p> <p>“Melhorar os wcs arranjar as janelas partidas principalmente a do bar que fica ao lado da porta.”</p> <p>“Porque por exemplo as portas das casas de banho, algumas estão fechadas e outras não fecham.”</p> <p>“No pavilhão no tecto as vezes não se pode jogar porque a agua infiltra-se para o pavilhão.”</p> <p>“Porque devemos ser a única escola sem cacifos e os alunos tratam mal a escola.”</p> <p>“Deveria ser melhorado a apresentação da escola para com os alunos.”</p> <p>“Porque no WC estão muitas portas partidas e no ginásio não há porta.”</p> <p>“Nem todas as portas estão arrançadas e estas são precisas.”</p> <p>“Há sítios em que precisam de manutenção.”</p> <p>“Porque não tem muitas condições.”</p> <p>“Porque temos que proteger o nosso património.”</p>
Questões de disciplina dos Alunos	<p>“Porque os alunos são muito mal educados, e deviam ser os alunos a pensar sobre isso.”</p>
Conteúdos das diferentes disciplinas	-----
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e corredores)	<p>“Porque assim fica melhor apresentável.”</p>
Trabalho dos professores com os alunos	<p>“Porque os alunos deviam pedir aos professores para eles darem mais trabalho e matérias.”</p> <p>“Porque acho que podia ajudar os professores a trabalhar melhor.”</p> <p>“Porque os professores não deviam falar alto com os alunos.”</p> <p>“Para os professores comunicarem mais.”</p>

Quadro 25: Justificação para a indicação dos temas a debater nas Assembleias de Alunos, segundo os Alunos Não Participantes

Pela análise deste quadro pode constatar-se que os Alunos Não Participantes também demonstram conhecer os problemas da escola, demonstrando interesse em debatê-los na Assembleia de Alunos visando a melhoria da escola.

Tal como para os Alunos Participantes, estes também não indicam qualquer argumentação que justifique abordar os temas relacionados com os conteúdos das diferentes disciplinas, o que vem confirmar que não estabelecem relação entre as funções da Assembleia de Alunos e a discussão de questões curriculares.

Relativamente aos Alunos das Mesas das Assembleias, o seu interesse em participar novamente nas Assembleias e o papel que gostariam de desempenhar encontra-se patente no quadro abaixo:

<b>Continuidade da participação</b>	<p>“Se me dessem essa oportunidade, eu adorava voltar”</p> <p>“Se eu tivesse essa oportunidade, voltaria com certeza”</p> <p>“Sim, claro que sim, gostaria de voltar, é uma experiência que nunca esquecerei.”</p> <p>“Por vezes até gostaria de estar na assembleia mas...”</p> <p>“Eu queria voltar também...”</p>
<b>Papel a desempenhar na Assembleia</b>	<p>“...desta vez apenas representando a turma...Porque eu gosto muito de debates, gosto de dar a minha opinião, debater a minha opinião e a dos outros em conjunto”</p> <p>“Na mesa não tive essa oportunidade, eu era vice-presidente, ou seja, eu ouvia o que se estava a falar mas não podia dar opinião sobre o que estava a acontecer. Porque se estou na Mesa tenho que ser imparcial.”</p> <p>“...iria, para representante da turma. Porque também adoro debates e podia discutir a minha opinião com pessoas”</p> <p>“E como o ano passado fiz parte da mesa seria só representante, para ter novas experiências, não ser só aquilo e pronto. Ter as duas opiniões, ter como foi estar na mesa e como foi estar como representante de turma, e a seguir comparar o que foi melhor. As vantagens e diferenças, e tentar perceber como é estar lá em cima e estar cá em baixo. Ver o ponto de vista das pessoas que nos estavam a ouvir.”</p> <p>“Não num posto assim tão alto como presidente e como a Catarina era vice-presidente até achava que eu devia ser vice-presidente, pois eu era assim muito envergonhado....Até gostaria de estar como representante da turma, mas se estivesse na Mesa da Assembleia gostaria de estar como secretário.”</p> <p>“mas não queria ser da Mesa. Porque quando eu ficava na mesa só ficava a ouvir, e eu queria muito mas muito dar a minha opinião e só ficava a ãh, ãh (ouvir e anuir).”</p> <p>“É bom.” (estar na Mesa)</p> <p>“Nem por isso.” (estar na Mesa)</p> <p>“É bom, mas se calhar estar lá em baixo a poder discutir e poder dar a nossa opinião, deve ser ainda melhor.”</p> <p>“Eu também, o que não gosto da Mesa é que não podemos falar à nossa vontade. Não podemos dar a nossa opinião, temos que ficar só a ouvir a dos outros. Dá mais vontade de nós falarmos a nossa.”</p> <p>“quem está na Mesa é alguém que gosta de controlo, gosta de controlar. Alguém que tenha uma grande capacidade de imparcialidade, porque estás na Mesa estás a ouvir o que estão a dizer, e tu tens uma opinião, és um ser que tens opiniões sobre certos assuntos, e não podes dar a tua opinião. ... Mesmo que tu não concordes com o que ele esteja a dizer, ou seja, é aliciante no início? É. Mas a própria personalidade da pessoa que vai para a Mesa tem que ser tida em conta, para saber se a pessoa vai ou não gostar ou amar estar na Mesa. Alguém que não goste muito de discutir, goste mais de controlar, seja muito imparcial. Eu gosto de discutir, estar ali a ouvir as pessoas a discutir e não poder dar a minha opinião era muito...sabe a pouco. É stressante.”</p> <p>“Eu também, o que não gosto da Mesa é que não podemos falar à nossa vontade. Não podemos dar a nossa opinião, temos que ficar só a ouvir a dos outros. Dá mais vontade de nós falarmos a nossa.”</p> <p>“É uma grande vantagem.” (A rotação da constituição da Mesa da Assembleia)”</p> <p>“.. tu podes fazer duas coisas. Podes tanto exercer o poder mas também podes fazer parte do público e falar a tua opinião. E ter essas duas vertentes é muito enriquecedor a nível pessoal, porque a tua imparcialidade aumenta, consegues pô-la mais em prática quando estás na Mesa. Mas depois voltas para o público e podes dizer a tua opinião, podes discordar ou não. ... Ou seja, ter essas duas vertentes, da parcialidade e da imparcialidade, num só ano é muito bom.”</p> <p>“Fez-me bem ser presidente o ano inteiro. Acho que a iniciativa fez-me falar diferente dos outros Saber opiniões diferentes que as pessoas têm.”</p> <p>“Mais responsabilidade.” (de quem está na Mesa)</p> <p>“Acho que é muito pouca a diferença. Porque, a única diferença que tens da pessoa que está na mesa, que é presidente, para quem está a debater é que, tem o direito a mandar parar de falar para ouvir a opinião de outra pessoa. ... Bem como manter a ordem dentro ... do auditório, e acho que não tem muito mais responsabilidade para além disso. A diferença que há entre estes</p>

	<p>dois cargos é muito pouca.”</p> <p>“Tem vantagens e tem desvantagens, tem diferenças... Na Mesa tens que saber mais ou menos o que vais falar, tu tens que saber que propostas é que foram apresentadas...e tens que perceber os conteúdos. Nós às vezes reunimo-nos enquanto Assembleia de Alunos e líamos mesmo as propostas, para não chegarmos lá no dia e lermos só o título ... Enquanto na plateia, eles vão discutindo o que acham, tentando perceber o que são as propostas, mas dizem o que acham. E na Mesa não ... é mais difícil.”</p> <p>“a diferença entre o Presidente e a Plateia. A parte do Vice-Presidente, que era a que eu desempenhava, também era muito mínima. Eu recebia as propostas e entregava ao vice-secretário. O vice-secretário e o secretário eram quem tinha os cargos mais importantes, digamos assim. Porque o presidente coordenava tudo, era importante. Eu apenas recebia as propostas e substituí a presidente caso faltasse onde também tinha que ter essa postura de, “tu falas, agora podes falar tu,...”, tem que saber controlar. O secretário, escreve a ata. É muito importante ele conseguir recolher tudo o que foi dito e decidido em ata, e apenas recolher a informação é muito importante, para não por para lá o que for palha. O Vice-secretário era quem guardava tudo, de propostas a atas. Por isso acho que estes dois cargos, a nível de organização e de importância para quando não estávamos em reuniões, era mais importante. Porque o escrever o que estava a ser dito era muito importante, para depois quando entregarmos exemplo, à Direção, eles saibam o que nós estivemos a falar naquela reunião. E depois quem tem as atas, todos os documentos, daquelas reuniões, tem um grande peso às costas, porque és responsável por aqueles papéis. ... Por isso acho que o peso é maior nestas duas pessoas que desempenham estes dois cargos, do que propriamente o Presidente e o Vice-presidente, quando estão em reuniões.”</p>
--	--

Quadro 26: Validação da participação nas Assembleias de Alunos pelos Alunos das Mesas das Assembleias

Relativamente à continuidade na Assembleia de Alunos, os Alunos das Mesas das Assembleias foram unânimes em mostrar vontade em continuar a participar nos trabalhos deste órgão.

Contudo, a maioria expressou a vontade de não voltar a fazer parte da Mesa da Assembleia, pois consideram que estar na Mesa impossibilita a sua participação na discussão dos temas com os restantes colegas. Valorizaram assim a componente de debate das Assembleias e de partilha de opiniões.

Referiram também que os elementos das Mesas devem ser imparciais e gostar de controlar, pelo que a personalidade dos elementos da Mesa deve ser tida em conta, mas salientaram que as funções a desempenhar na Mesa lhes conferem mais responsabilidade e mais conhecimento sobre as propostas apresentadas.

## 5.2. Análise por objetivos do estudo e grupos de inquiridos

### 5.2.1. Alunos com presença nas Assembleias de Alunos (Alunos Participantes)

#### 5.2.1.1. Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia

Para este grupo de alunos, Democracia assume diversos significados. Sendo contudo de referir que um conjunto elevado de alunos (29,40%) admite que não sabe qual o significado deste termo.

Para os que expressaram uma opinião, a maioria divide-se entre:

- Regime em que todos participam e se decide pela maioria dos votos (17,60%);
- Forma de organização que permite ouvir a opinião de todos (14,70%);
- Forma de promover o respeito pela opinião de todos (14,70%);
- Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos (14,70%).

Quanto ao conceito de Cidadão, as opiniões são mais convergentes. A maioria das respostas indica fundamentalmente três significados:

- O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados (30,60%);
- O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger (27,80%);
- O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos direitos humanos (25%).

Encontra-se aqui um eixo comum nas análises a estas questões, o qual reflete que os Alunos Participantes nas Assembleias de Alunos consideram que um Cidadão é aquele que participa na vida da sociedade, zelando pelos seus direitos e deveres. E que esta atitude se encontra de acordo com a vida em Democracia, onde se promove a mudança através da participação de todos, expressa pela opinião e voto.

#### **5.2.1.2. Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos**

Quanto às questões colocadas com o objetivo de validar a participação nas Assembleias por parte dos Alunos Participantes, estes foram questionados em primeiro lugar sobre a aspiração em voltar a participar e em seguida foi-lhes solicitado que indicassem temas que gostassem de ver debatidos nas Assembleias.

Após a análise das respostas constata-se que 75% dos Alunos Participantes expressaram que gostariam de repetir a experiência, o que demonstra a relevância que atribuem a este órgão e ao que lá se processa.

No que concerne aos temas indicados para discussão, a “Alimentação na escola” (28,60%) e o “Arranjo do Mobiliário” (25,70%), são os que mais merecem preocupação dos alunos. Não mostrando interesse em discutir nas sessões das Assembleias de Alunos os “Conteúdos das diferentes disciplinas” e pouco interesse em discutir o “Trabalho dos professores com os alunos”.

Como fundamento para as suas opções os alunos fizeram várias referências à falta de qualidade da comida no refeitório mas também às más opções de alimentação que muitos alunos têm, como se pode constatar numa das argumentações apresentadas:

“A comida da escola, pois acho que já foi melhorada, mas mesmo assim acho que poderia melhorar muito mais. Acho que também seria interessante debater isto na Assembleia de Alunos.” Ou como referiu outro, “Porque há muitos meninos no lanche que só trazem bolos e doces.”

Podemos ainda constatar a forma como validam as suas opiniões sobre o Arranjo do Mobiliário na seguinte citação ilustrativa:

“Não é só importante a forma como aprendemos, mas também o ambiente em que aprendemos. Se tivermos chão sujos, ou com buracos, por exemplo, não vamos estar atentos em aprender, porque vamos estar demasiado distraídos a pensar, quando é que podemos ir embora.”

Mais concretamente no que respeita à perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos, após análise dos dados recolhidos podemos concluir que os Alunos Participantes consideram que a Assembleia de Alunos é Muito Relevante para alcançar os seguintes objetivos:

- Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola (26 respostas)
- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos (26 respostas).

A maioria dos alunos (22 alunos) consideraram também ser Relevante a possibilidade de “Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem” nas Assembleia de Alunos.

Pode ainda constatar-se que os alunos consideram ser Muito Relevante ou Relevante o trabalho na Assembleia de Alunos para:

- Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola;
- Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente;
- Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade (1.º, 2.º e 3.º ciclos).

Torna-se também claro que para estes alunos a participação nas Assembleias de Alunos não representa um “Momento para que os alunos se ausentem das aulas”, pois a maioria afirmou que este objetivo era Pouco Relevante (14 alunos) ou Nada Relevante (11 alunos).

Assim, conclui-se neste ponto que os Alunos Pertencentes à Assembleia de Alunos atribuem muita relevância a este órgão para a partilha de opiniões sobre o Agrupamento e para o desenvolvimento da autonomia e sentido de responsabilidade dos alunos.

Consideram também que a participação nestas Assembleias são Relevantes para que os alunos se tornem ativos na comunidade envolvente e tomem decisões sobre os atos de gestão do Agrupamento. Assim como valorizam ainda o convívio entre todos os ciclos de escolaridade proporcionado pelas Assembleias.

### **5.2.1.3. Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento**

Relativamente à perceção dos Alunos Participantes sobre o seu papel na gestão do Agrupamento, a maioria dos alunos (72,20%) consideram que devem poder participar mais na gestão do Agrupamento. A maioria das argumentações apresentadas reflete a convicção destes alunos de que como elementos integrantes da organização-escola são cientes dos problemas destas e das melhores soluções a apresentar, e assim têm o direito de apresentar as suas opiniões para auxiliar a escola. De sublinhar que um conjunto expressivo de alunos referiu o direito em dar opinião.

Além da vontade em opinar sobre a vivência da escola, alguns alunos afirmaram ainda que é importante conhecer as decisões que são tomadas em prol de todos.

Os alunos que não desejam participar na gestão do Agrupamento, justificaram fundamentalmente a sua posição com o facto de considerarem que a gestão é da responsabilidade dos adultos, mas também que consideram ter pouca idade e/ou experiência de vida e houve quem referisse a falta de disponibilidade.

### **5.2.1.4. Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do agrupamento**

Neste grupo de alunos, 80,60% considera que Algumas Vezes as decisões tomadas nas Assembleias de Alunos foram consideradas pela Direção, sendo que só 16,70% considera que foram consideradas Muitas vezes. Ao exemplificarem de que forma a Direção deu resposta a decisões da Assembleia, os alunos enunciaram fundamentalmente a colocação de microondas no Bar dos Alunos, a reabilitação do mobiliário e a aquisição de novos materiais. Também a melhoria da limpeza, a melhoria do comportamento nos espaços exteriores, a comunicação com a direção e a alimentação, esta residual, foram referidos.

Assim, no que concerne ao reconhecimento das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento, constata-se que os Participantes nas Assembleias de Alunos identificam de facto várias decisões deste órgão consideradas pela Direção, e assim reconhecem que as Assembleias permitem aumentar a sua ação sobre a gestão do Agrupamento.

Nesta questão só um aluno referiu fundamentadamente que a Direção nunca valorizou as decisões da Assembleia, apresentando a não disponibilização de cacifos aos alunos como justificação.

No que respeita à ação dos Alunos Participantes nas Assembleias sobre a gestão do Agrupamento, a maioria dos alunos (74,30%) considera que a sua participação Influencia (nível 3) de facto a gestão. Sendo que 14,30% considera mesmo que Influencia Muito.

## **5.2.2. Alunos sem presença nas Assembleias de Alunos (Alunos Não Participantes)**

### **5.2.2.1. Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia**

A Democracia é ainda um conceito ambíguo para os Alunos Não Participantes, sendo que 25,75% revelaram mesmo que desconhecem o seu significado. Dadas as respostas, observa-se que consideram ser uma forma de organizar a sociedade e de promover o respeito pela opinião de todos. Mas quase em igual número referem que é um regime em que todos participam na construção de soluções, em que todos participam no desenvolvimento de soluções e em que se decide pela maioria dos votos.

Estes alunos atribuem pouco valor ao aspeto da mudança através da participação e também ao voto como sinónimo de Democracia.

Quanto à noção de Cidadão, as ideias destes alunos são mais claras, referindo a maioria destes alunos ser um indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger (27,80%) ou também que é quem mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos direitos humanos (27,80%). Além destes dois significados, também é significativa a percentagem (22,20%) de alunos que considera cidadãos aquele que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados.

Este grupo de alunos revelou não considerar cidadão, aquele que age pela sustentabilidade ecológica ou se mostra solidário (valor residual).

### **5.2.2.2. Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos**

Visando apurar se os Alunos Não Participantes validam a participação dos alunos nestas assembleias, foi-lhes solicitado que identificassem quais as áreas que mais gostariam de ver debatidas na Assembleia de Alunos e que justificassem a sua seleção.

A área mais identificada por estes alunos para debate nas Assembleias foi o arranjo do mobiliário (45,90%), seguido pela alimentação na escola (18,90%) e pelo planeamento de atividades do Agrupamento (16,20%).

Sendo que o arranjo do mobiliário predominou nas respostas dos alunos, a maioria das justificações dadas refere que o património da escola deve ser protegido e refletem como são valorizados no seu quotidiano os problemas relacionados com as WC's ou os balneários. Sendo claro que consideram que estes temas devem ser debatidos pelos alunos na Assembleia e assim encaminhar estas preocupações à Direção do Agrupamento.

Quanto à proposta de atividades para o Agrupamento, os alunos referiram que têm outras ideias para atividades na escola e realçaram a necessidade de continuar a debater a qualidade da alimentação na escola, principalmente no refeitório.

Através da análise dos dados recolhidos, podemos constatar ainda que os Alunos Não Participantes consideram que a Assembleia de Alunos é Muito Relevante para alcançar os seguintes objetivos:

- Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola (22 respostas);
- Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade (20 respostas).

A maioria dos alunos consideraram também ser Relevante a possibilidade de:

- Partilhar as atividades que as diferentes turmas desenvolvem nas Assembleias de Alunos (21 alunos);
- Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do agrupamento (24 alunos);
- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos (21 alunos).

Pode ainda constatar-se que os alunos consideram ser Muito Relevante ou Relevante o trabalho na Assembleia de Alunos para:

- Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas (10 Muito Relevante e 13 Relevante);
- Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente (19 Muito Relevante e 14 Relevante).

Assim, pode-se concluir neste ponto que os Alunos Não Pertencentes à Assembleia de Alunos atribuem muita relevância a este órgão para a partilha de opiniões sobre o Agrupamento e para promover o convívio entre alunos dos três ciclos de escolaridade do Agrupamento. E que consideram também que este órgão é significativo na partilha das atividades que as diferentes turmas

desenvolvem, facilita a participação dos alunos na tomada de decisões sobre atos de gestão do agrupamento e desenvolve a autonomia e o sentido de responsabilidade dos alunos.

### **5.2.2.3. Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento**

Quanto a esta rúbrica, ao observar-se os dados pode-se constatar que os Alunos Não Participantes encontram-se muito divididos quanto à sua participação na gestão do Agrupamento. Quando questionados quanto ao direito em participar mais na gestão do Agrupamento só 51,40% expressou essa vontade.

Os argumentos apresentados que validam a intenção em participar mais na gestão do Agrupamento, podem agrupar-se em cinco conjuntos de respostas: cientes dos problemas; colegialidade das decisões; direito à opinião; elementos da organização; e auxiliar a escola.

De forma sumária, os argumentos referem que os alunos são mais conhecedores dos problemas da escola do que os adultos pois são elementos substanciais da organização, acentuam a importância das decisões serem tomadas de forma colegial e a maioria reclama o direito a partilhar a sua opinião visando a melhoria da escola.

Por outro lado, os alunos que consideram que não deveriam participar na gestão do Agrupamento fundamentam essa crença com o facto de julgarem que este tipo de intervenção é da responsabilidade dos adultos pois os alunos não têm experiência e conhecimentos para participar na gestão do agrupamento.

De referir também que alguns alunos referiram que não desejavam participar na gestão do agrupamento porque já se sentem representados pelos seus Delegados de Turma. Não compreendendo que, mesmo representados estão a tomar decisões e a opinar sobre a Gestão do agrupamento.

### **5.2.2.4. Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento**

A grande maioria (62%) dos Alunos Não Participantes refere que desconhece se as decisões tomadas nas Assembleias de Alunos foram consideradas pela Direção.

Dos restantes alunos, 32,40% refere que as decisões tomadas na Assembleia de Alunos foram Algumas Vezes consideradas. Como exemplos da consideração tida pela Direção sobre as decisões

das Assembleias de Alunos, é feita referência à colocação de Microondas no Bar dos alunos, a melhoria da comunicação com a direção e a reabilitação do mobiliário da escola.

No que respeita à influência que a pertença à Assembleia de Alunos exerce sobre a ação dos alunos na gestão do Agrupamento, os Alunos Não Participantes graduam-na entre a Pouca Influência (40,50%) e a Alguma Influência (43,20%). Sendo pequena a percentagem de alunos que considera que pertencer à Assembleia de Alunos tem Muita Influência sobre a Gestão do Agrupamento.

### 5.2.3. Alunos das Mesas das Assembleias

#### 5.2.3.1. Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia

Os alunos que pertenceram às Mesas das Assembleias expressaram que a palavra Democracia reflete a necessidade de atentar a opinião de todos e estabelecer consensos (“É ouvir a opinião de todos,..., quase toda a gente fique feliz...”, “...é por isso que existem vários partidos, porque várias pessoas têm várias opiniões.” e “...todos se ouvem uns aos outros sem discussão...”), assim como a sua ligação ao sentido de organização e que assume como consequência a mudança (“...é mudar as coisas. Cada um dá a sua opinião...”).

Quanto ao conceito de Cidadão, referem que este é o indivíduo que na comunidade possui direitos e deveres, e a obrigação de os defender (“...pessoa com uma série de direitos e deveres na comunidade...e que os deve proteger...”), e ainda a proatividade do mesmo, ou seja, aquele que se envolve na tomada de decisões, que vota, que participa na mudança (“todos são considerados cidadãos, mas o máximo de cidadãos... é aquele que quer estar relacionado com as decisões tomadas. ....é o que participa nas decisões...como no simples ato de votar.”; “O cidadão é o que tenta participar ativamente, no que pode e acha que deve ser mudado.”)

O grupo entrevistado fez ainda um paralelismo entre um país e uma escola concluindo que, após troca de impressões, na escola alunos e professores são os cidadãos da escola. E na escola em causa, neste momento, por virtude da Assembleia de Alunos todos podem dar opinião. (“Os cidadãos da escola são os alunos, porque quem tem mais poder são os alunos...cada professor dá a sua opinião enquanto que os alunos andam por aí.” “Tendo em conta...a Assembleia de Alunos, isto não acontece. Na Assembleia de Alunos os professores não falam, quem toma as decisões são os alunos.” “...a Direção faz um óptimo trabalho em incluir os alunos e também todas as pessoas que convivem dentro desta escola, que podem querer mudar alguma coisa, fazem muito bem em incluir essas opiniões, essas novas ideias para melhorar o que pode vir a ser esta escola.” “Entre todas as opiniões

podemos fazer aqui uma coisa nova, e agradar dois mundos. Neste caso são centenas de alunos, não será possível agradar a todos, mas agradar a um grande número de alunos, professores, funcionários e membros da Direção, porque também são cidadãos. Também querem ver a escola onde eles estão a lecionar e que estão a dirigir prosperar.” “Tal como num país normal, os membros dos órgãos de soberania são todos cidadãos, acontece o mesmo com esta escola”.)

Constata-se assim que estes alunos estabelecem uma ligação entre o papel ativo de um cidadão e a organização democrática.

### **5.2.3.2. Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos**

Nas respostas deste grupo de alunos constata-se que consideram que as Assembleias de Alunos são relevantes “para se falar sobre o que falta na escola e dar algumas opiniões” e para “fazer chegar aos adultos o que vai na cabeça dos alunos, o que falta na escola. Para fazer chegar à Direção, a quem manda nisto tudo, as nossas opiniões.” Curioso ainda que tenham também referido que as Assembleias fossem um “melhoramento (upgrade)” da escola pois “em todas as Assembleias há mudanças, opiniões, discussões e novas coisas a inovar.”

Foi também referido o seu papel interventivo na escola, “São tantas as coisas que ali (na Assembleia de Alunos) foram ditas, que eu tenho a certeza que os professores quando ouviram disseram: “A sério? Precisam mesmo disso?” .

A perspetiva colegial das decisões também foi sublinhada, “A Assembleia de Alunos é quase uma mini-Assembleia da República. Onde não são só algumas pessoas a decidirem.”, e assim realçaram a relevância das assembleias representativas e o papel de todos os alunos.

No grupo de alunos entrevistados um aluno concluiu então desta forma, “por isso é que a Assembleia de Alunos também é importante, porque os alunos têm mais noção das coisas que estão a acontecer no seu espaço do que os professores.”

Estabeleceram assim uma ligação entre a presença e o trabalho dos alunos nas assembleias e o seu papel de cidadãos numa sociedade democrática.

### **5.2.3.3. Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento**

Para a “Validação da participação nas Assembleias” por parte dos alunos, estes foram questionados quanto à continuidade da sua participação nas Assembleias.

Tal como referiu a maioria dos Alunos Participantes, também os alunos das Mesas das Assembleias foram unânimes em demonstrar que voltariam a participar, “Se me dessem essa oportunidade, eu adorava voltar” ou “Se eu tivesse essa oportunidade, voltaria com certeza”.

Também foram unânimes em expressar que gostariam de desempenhar outro papel nas Assembleias. Segundo o ponto de vista destes alunos, o desempenho das diversas funções da Mesa, limita a sua participação pessoal na discussão dos temas. Tal como afirmou uma aluna, “...desta vez apenas representando a turma...Porque eu gosto muito de debates, gosto de dar a minha opinião, debater a minha opinião e a dos outros em conjunto...na mesa não tive essa oportunidade. Porque se estou na Mesa tenho que ser imparcial.” Uma outra aluna afirmou que gostaria de compreender “as vantagens e diferenças, e tentar perceber como é estar lá em cima e estar cá em baixo. Ver o ponto de vista das pessoas que nos estavam a ouvir.”

Das afirmações dos alunos das Mesas das Assembleias, conclui-se que estes consideram que devem participar na Gestão do Agrupamento pois “as crianças podem ter opiniões que os professores podem não saber”. Na sua perspectiva “...pois por mais que os adultos tentem compreender e compreendam as crianças... nada melhor do que perguntar a uma criança ou adolescente o que ela quer...e é por isso que eu acho que a Assembleia de Alunos foi uma ótima iniciativa. ... A forma de organização foi muito bem pensada: discutam entre turma, tragam o que querem que mudemos ou arranjemos, ou que querem que evolua na escola, a vossa opinião, e depois os vossos representantes que venham cá e nos digam isso. E essas Assembleias de Alunos permitem que todas as turmas do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, digam o que querem mudar.”

#### **5.2.3.4. Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do Agrupamento**

No que concerne à perspetiva dos ex-membros das Mesas, os alunos referiram que “a Assembleia de Alunos ainda tem um longo caminho a fazer...está a ter resultado. Mas, ainda existe uma grande diferença entre a quantidade de propostas chegadas (à Assembleia) e a quantidade de propostas que foram realizadas. Como é o início dá para perceber que é muita coisa ao mesmo tempo, e eles (direção) vão fazendo pouco a pouco.” Para um dos alunos “como a Assembleia de Alunos ainda é nova, acho que o percurso desde que a ideia é tida, a ideia é debatida e a ideia é realizada, ainda é longo. Mas, com o passar do tempo, a partir do momento em que este processo seja todo mais agilizado, esse período de tempo vai diminuir.” Todos concordaram que alguns dos temas discutidos pelos alunos nas Assembleias tiveram solução, como ilustrou uma outra aluna

“Algumas coisas foram faladas e depois melhoraram. É o barulho nos corredores, não se houve barulho nos corredores ...”.

#### **5.2.4. Alunos Participantes *versus* Alunos Não Participantes *versus* Alunos das Mesas das Assembleias**

##### **5.2.4.1. Comparação entre as percepções dos Alunos Participantes e dos Alunos das Mesas com as dos Alunos Não Participantes, relativamente ao papel das Assembleias na gestão do Agrupamento**

Neste ponto ao compararmos as percepções dos diferentes grupos de alunos, é possível constatar um facto óbvio, as percepções são bastante diferentes.

No que concerne à comparação entre a percepção dos alunos que dirigiram as Mesas das Assembleias e a dos restantes colegas, quanto ao papel das Assembleias de Alunos na gestão do Agrupamento, o seu entendimento é semelhante. Valoriza o trabalho desenvolvido ao longo do ano e as aprendizagens adquiridas. Sublinharam nas suas respostas a relevância que atribuem à Assembleia de Alunos com alguns exemplos as aprendizagens desenvolvidas através do trabalho nas Assembleias. Assim, “a participação na Assembleia de Alunos traz muita aprendizagem e muita cultura geral. O conhecimento de outras opiniões que desconhecemos, ...” e “aumenta muito a capacidade dele (o aluno) para falar em público. Principalmente das pessoas que estão na mesa, porque é uma componente cada vez mais importante no trabalhador de hoje em dia, fazer apresentações, saber falar.” Foi ainda dito que, “também pode influenciar a imagem que se tem do Agrupamento, ... o Agrupamento pode melhorar” e “para nós, quando nós melhoramos as coisas ficamos mais confortáveis. Então melhora a escola.”

No que respeita à ação das Assembleias de Alunos sobre a gestão, a opinião de Alunos Participantes e Alunos das Mesas também converge, considerando a grande maioria destes que a gestão do Agrupamento considerou “Algumas Vezes” as deliberações tomadas pela Assembleia de Alunos. Ilustrando os dois grupos de alunos com algumas dessas decisões. Contudo, 62% dos Alunos Não Participantes refere desconhecer se as propostas da Assembleia de Alunos foram consideradas pela direção, e aproximadamente 32% encontram-se de acordo com os colegas dos outros grupos de estudo.

Por fim, quanto à influência das Assembleias de Alunos sobre a gestão do Agrupamento, as opiniões variam bastante. Os Alunos Participantes têm claramente uma ideia de Influência (74%

Influencia e 14% Influencia Muito) deste órgão sobre a gestão, tal como os Alunos das Mesas que salientam a influência que já existe mas ainda com um longo caminho a percorrer para que se possa afirmar que a gestão é efetivamente participada pelos alunos.

Para os Alunos Não Participantes, a sua opinião é também aqui bastante diferente. Pois aproximadamente 41% considera que a Assembleia de Alunos influencia pouco a gestão do agrupamento e só 43% considera que tem alguma influência.

## **6. Considerações finais**

Neste ponto proceder-se-á então à análise das diferentes conclusões obtidas através dos dados recolhidos neste estudo para as diversas categorias de inquiridos. Conclusões estas que serão cruzadas com as referências bibliográficas recolhidas, visando assim por rúbricas de análise obter as respostas a que este estudo inicialmente se propôs.

### **6.1. Perceção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia**

Como se pode constatar nos capítulos anteriores quer os alunos Participantes na Assembleia de Alunos quer os Não Participantes, referem em acentuado número que desconhecem o significado do termo Democracia.

Pelos resultados obtidos neste estudo constata-se que os alunos que atribuíram um significado consideram que democracia envolve ouvir a opinião de todos, sendo que esta é respeitada e se decide pela maioria dos votos. Esta opinião vai ao encontro ao afirmado por Rocha (2016, pg. 889).

De realçar que os alunos que pertenceram às Mesas das Assembleias expressaram que a palavra Democracia reflete a necessidade de auscultar a opinião de todos e estabelecer consensos, estando também relacionada ao funcionamento de uma organização e promovendo a mudança. Estes alunos demonstraram desta forma possuir uma maior consciência do significado de Democracia.

Paixão (2000) citando Sampaio, tal como expresso no primeiro capítulo deste estudo, transmite-nos uma ideia globalizante de cidadania, na qual assinala o sentido de responsabilidade

comum, da consciência de direitos e deveres, da solidariedade, da participação, da partilha, ação perante a injustiça, inovação e risco e ainda de ação refletida.

Neste âmbito, de uma forma geral, os três grupos de alunos, demonstraram que não possuem ainda uma ideia concreta sobre o conceito de Cidadão, e assim não tão ampla e completa como a que cita Paixão. Estes alunos focam-se fundamentalmente na ideia de que o indivíduo deve participar de forma responsável na sociedade visando proteger o conjunto de direitos e deveres que possui.

Ao contrário, dos participantes, os alunos que não participaram nas Assembleias de Alunos revelaram ainda perceberem que o cidadão revela respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos direitos humanos.

As restantes vertentes de um Cidadão não são valorizadas por estes alunos, pois ou são pouco referenciadas, como a Solidariedade ou não têm mesmo referência alguma, como a ação pela sustentabilidade ecológica.

Por seu lado, os Alunos das Mesas das Assembleias, revelam possuir uma visão um pouco mais lata, pois referem também a proatividade do cidadão na sociedade, sendo aquele que se envolve na tomada de decisões, que vota, que participa na mudança. Conclui-se assim que este grupo de alunos estabelece uma relação maior entre o papel do cidadão e a organização democrática, indo ao encontro de Gomes da Silva (2014) quando refere a cidadania como forma de atenuar conflitos e produzir consensos através do exercício de uma cidadania consciente.

Em suma, constata-se de uma forma geral que os alunos não conhecem o significado da palavra Democracia, e mesmo a maioria dos que participam nas Assembleias de Alunos não conseguem encontrar significado para este conceito. Porém, a relação que mais se verifica nas respostas dadas é a da auscultação e respeito pela opinião de todos e a da deliberação pela maioria dos votos.

Quanto a Cidadão, os alunos também demonstraram possuir uma ideia limitada do conceito, focando a sua percepção na participação do indivíduo na sociedade para proteção dos seus direitos e deveres. Só os Alunos das Mesas das Assembleias demonstraram possuir uma ideia um pouco mais abrangente referindo que a ação do cidadão em democracia visa a mudança.

## **6. 2. Perceção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos**

Relembrando Nogueira & Saavedra (2000), “o trabalho em grupos, o debate de assuntos (...), o envolvimento dos estudantes nas estruturas administrativas da escola (...) são ações positivas de educação para a cidadania (...)”.

Esta é uma ideia que é reforçada pela maioria dos alunos deste agrupamento ao referirem que consideram a Assembleia de Alunos Muito Relevante para permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola, para desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos (principalmente os Alunos Participantes), para permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente e ainda para permitir um momento de convívio entre alunos dos diferentes ciclos de escolaridade (principalmente os Alunos Não Participantes).

Estes alunos também consideram as Assembleias de Alunos de Relevante importância para a partilha das atividades que as diferentes turmas desenvolvem e para possibilitar aos alunos que tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola.

As suas considerações vão também assim ao encontro de Beckman & Trafford (2007) quando estes referem que para aumentar o interesse na cidadania ativa, devemos provar aos alunos durante a sua formação que devem tomar parte nas tomadas de decisões comuns.

Tal como já citado neste estudo, e segundo Araújo (2018), também os alunos revelam considerar as Assembleias de Alunos um espaço de diálogo, negociação e construção participada, constituindo-se como pilares de ação e de mudança na vida da escola.

Este grupo de alunos demonstra assim atribuir significado ao trabalho desenvolvido pela Assembleia de Alunos conferindo-lhe relevância para o seu percurso escolar e cívico. Identificando que é neste órgão que têm a possibilidade de fazer ouvir a sua voz e assim participar na gestão do Agrupamento, e que este contribui também para o desenvolvimento da sua autonomia e do sentido de responsabilidade.

### **6.3. Perceção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento**

Como se pode constatar pelos dados recolhidos, a maioria dos alunos que passaram pela experiência de participar nas Assembleias de Alunos consideram que deveriam poder participar mais nas decisões tomadas pela Direção da escola. Contudo, os alunos que não participaram apresentam opiniões muito divididas, não sendo claro que a maioria deseje participar neste tipo de decisões.

Através das respostas obtidas pode-se concluir que os alunos menos envolvidos nas atividades da Assembleia de Alunos não valorizam tanto este órgão como os seus colegas que participam, o que vem ao encontro das ideias sobre Democracia preconizadas por António Sérgio (1934) que não a considera como objetivo em si mesma, mas como caminho que se constrói, um processo. Estes dados reforçam ainda o que diz o mesmo autor, quando afirma que todos os alunos desde cedo devem vivenciar as práticas da cidadania ativa, da democracia e da participação para que todos valorizem a Democracia e a gestão democrática.

De um modo geral, a maioria dos alunos refere que considera ter direito a dar a sua opinião sobre as decisões da Gestão do agrupamento, uma vez que são elementos fundamentais da organização e cuja posição na organização lhes permite estar mais cientes dos problemas desta. Estes alunos salientaram também que as deliberações apresentadas à Direção representam a palavra de todos os alunos, o que se afigura como um argumento significativo para a sua intenção em participar nas decisões da gestão.

Estas conclusões vão desta forma ao encontro dos pressupostos de Beckman e Trafford (2007), quando estes referem os benefícios que a gestão democrática confere às escolas ao nível da melhoria da competitividade das escolas e da garantia em assegurar a existência futura de democracias sustentáveis. Uma vez que o desenvolvimento do sentido democrático será tanto maior quanto maior o grau de influência que é conferido aos alunos.

Em suma, os alunos demonstraram valorizar o seu conhecimento e a sua opinião sobre a sua organização escolar e sobre a gestão da mesma, reclamando o direito em participar nas decisões da Direção.

#### **6.4. Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do agrupamento**

Neste estudo, a maioria dos Alunos Participantes consideram que a Direção do Agrupamento tomou em consideração as suas deliberações e/ou solicitações, constatando-se também que a grande maioria dos Alunos Não Participantes menciona que Não Sabe se as decisões tomadas nas Assembleias de Alunos foram consideradas.

Concluiu-se portanto que os Alunos Participantes encontram-se mais conscientes das deliberações tomadas pela Assembleia de Alunos, assim como da influência desta sobre a ação da gestão do Agrupamento (Direção). Esta conclusão é perceptível pelas várias enumerações de deliberações tomadas em Assembleia de Alunos e que foram tidas em consideração pela gestão do agrupamento, enquanto que os Alunos Não Participantes revelaram dificuldades maiores em identificar tais atos.

Conclusões estas que confluem com o referido por Backman e Trafford (2007), quando estes referem que a participação dos vários atores do processo educativo é um instrumento-chave para uma efetiva escola-democrática. Assim as afirmações dos alunos devem contribuir para uma reflexão da gestão do agrupamento visando o aprofundamento e efetivação, para todos os alunos, da sua influência numa verdadeira gestão democrática.

Também no que concerne diretamente à influência das Assembleias de Alunos sobre a gestão do agrupamento, 73% dos Alunos Participantes referiu que tem alguma influência e 14% considerou mesmo que tem muita influência. A diferença de opinião entre estes e os seus colegas Não Participantes é enorme, considerando aproximadamente 41% destes últimos que as Assembleias de Alunos têm pouca influência, e 11% nenhuma influência, sobre a gestão do agrupamento. Mesmo observando que 43% refere a Alguma Influência, claramente a maioria das respostas dos Alunos Não Participantes não atribui relevância significativa à influência da Assembleia de Alunos sobre a gestão.

Desta forma, os alunos deste agrupamento assumem a sua concordância com Araújo (2008), considerando também que as Assembleias de Alunos privilegiam o diálogo, a negociação e a construção participada, onde os alunos assumem um papel de ação e mudança, com impacto na vida da comunidade escolar.

Da análise das respostas obtidas, constata-se ainda que estes alunos, pela sua experiência, chegaram a conclusões semelhantes a Backman & Trafford (2007) no que respeita aos benefícios da gestão democrática de escolas. Fundamentalmente concluem que as Assembleias de Alunos permitem auxiliar a escola (tornar a escola mais competitiva e melhorar a aprendizagem), contribuem para melhorar a comunicação/autonomia/sentido de responsabilidade (reduzir os conflitos) e para incentivar a cidadania ativa (assegurar a existência futura de democracias sustentáveis).

Quer os Alunos Participantes quer os Não Participantes declararam ainda em grande maioria que a Assembleia de Alunos traz Alguns ou Muitos Benefícios ao Agrupamento, sendo de salientar contudo que aproximadamente 16% dos Não Participantes referiu que este órgão não traz quaisquer benefícios. Sublinhando-se também aqui a existência de uma diferença de opiniões entre os Alunos Participantes e Não Participantes.

Contudo, a maioria dos dois grupos de alunos estão de acordo que este tipo de órgãos auxilia a escola e contribui para a melhoria da comunicação vertical, sendo que alguns dos Alunos Participantes referem o papel das assembleias como incentivo ao desenvolvimento da autonomia dos alunos e os Não Participantes realçam o incentivo à promoção da cidadania ativa e do sentido de responsabilidade.

Pela opinião demonstrada, na qual revelam reconhecer a importância que as Assembleias de Alunos assumem na influência sobre a escola, o espaço que é de todos na comunidade, vêem assim os alunos ao encontro de Nogueira e Saavedra (2000) quando estes afirmam que a participação livre e crítica dos educandos, o diálogo e a discussão visando a partilha e a construção coletiva de conhecimento, são metodologias de construção democrática, naquilo que é uma educação como prática de liberdade e democracia. E assim reconhecer a influência da ação das Assembleias de Alunos sobre a gestão do agrupamento.

Em resumo, também neste campo as opiniões se diferenciam entre Alunos Participantes e Não Participantes, revelando os participantes uma ideia mais objetiva e fundamentada sobre a intervenção da Assembleia de Alunos na gestão do Agrupamento. Estes alunos reconhecem que o trabalho desenvolvido pela Assembleia de Alunos, e as suas deliberações, tiveram eco na gestão do Agrupamento tendo constatado que algumas foram aceites e implementadas por esta em prol da comunidade escolar, uma vez que reconhecem que este órgão dá origem a muitos benefícios.

#### **6.5. Perceção dos elementos da Mesa das Assembleias, relativamente ao papel das Assembleias de Alunos**

Os alunos que fizeram parte das Mesas das Assembleias de Alunos demonstraram valorizar a função das Assembleias dos Alunos, quer no desenvolvimento de uma gestão democrática do agrupamento quer como elemento que promove o enriquecimento da sua aprendizagem como cidadãos. Tal como os seus colegas, referiram que através das Assembleias de Alunos a voz dos alunos é considerada na identificação e resolução das necessidades do agrupamento. Curiosamente, fizeram um paralelismo entre um país e uma escola concluindo que, após troca de impressões, na escola alunos e professores são os cidadãos da escola. E na escola em causa, neste momento, por virtude da Assembleia de Alunos todos podem dar opinião. Sublinharam o papel fundamental deste órgão no desenvolvimento das capacidades de comunicação e empatia/respeito pelos outros.

Salientaram ainda que assumir funções na mesa da assembleia, apesar de não se revelar tão estimulante para quem gosta de discutir pontos de vista, desenvolve ainda mais as capacidades de comunicação e de gestão de conflitos.

No que concerne ao papel das Assembleias sobre a gestão do agrupamento, estes alunos assumiram que a participação dos alunos através deste órgão pode influenciar muito a resolução de problemas do agrupamento, assim como a própria imagem do mesmo e desta forma contribuir para a sua melhoria, sendo que neste momento ainda existe um caminho a percorrer pela direção do Agrupamento até poderem considerar que a influência é efetivamente grande.

Talvez nesta última conclusão os alunos se aproximem de Follett, citado por Backman & Trafford (2007), quando refere que a democracia é um caminho, um processo, alcançando nós a democracia por meio de a vivenciarmos. Este Agrupamento estará então a construir o seu caminho democrático.

Assim, este grupo de alunos são os que se revelam mais conscientes do papel da Assembleia de Alunos e demonstram mais a valorizar. Assim como assinalam a intervenção da Assembleia na gestão do Agrupamento, são também capazes de assinalar fundamentadamente a sua ainda reduzida

influência na gestão. Contudo, encaram este facto como o início de um percurso que se tem que percorrer.

### **6.6. Validação da participação nas Assembleias**

Quer os Alunos Participantes quer os Alunos das Mesas das Assembleias, validaram de forma expressiva o papel interventivo destas Assembleias, afirmando tanto o desejo em voltar a participar nestas sessões como apresentando vários novos temas para debate na Assembleia de Alunos. Também os Alunos Não Participantes enunciaram a necessidade de debater novos temas na Assembleia de Alunos validando assim a relevância dada ao trabalho deste órgão.

Pela voz dos alunos é aqui ilustrada a capacidade de *empowerment* conferida aos alunos através dos trabalhos de grupo e dos debates, assim como o envolvimento dos estudantes nas estruturas administrativas, referida por Nogueira e Saavedra (2000), e que neste Agrupamento são colocadas em prática através da Assembleia de Alunos.

Relativamente à reflexão sobre as áreas de intervenção destas assembleias os alunos reconheceram que a Assembleia de Alunos lhes dá espaço próprio para fazer ouvir as suas opiniões e deliberarem sobre temas que interferem com a sua vida quotidiana na escola. Contudo não consideram que este fórum seja espaço para debater questões relativos à disciplina ou a conteúdos pedagógicos/didáticos/curriculares.

Por fim, referir que todos os grupos de alunos inquiridos validaram a sua participação nas Assembleias de Alunos, reconhecendo assim que estas assumem um papel importante para os capacitar de poder efetivo de intervenção na vida da sua organização escolar. De realçar também que não validam a Assembleia de Alunos para a discussão de todos os temas relacionados com a vida escolar, pois excluem a disciplina e as questões pedagógicas/didáticas/curriculares.

## CONCLUSÃO

Ao terminar esta dissertação cabe agora apresentar uma síntese conclusiva sobre todo o processo desenvolvido, salientando desde já que, e visto que este estudo incidiu apenas sobre um agrupamento de escolas, não existe propósito de proceder a generalizações dos resultados alcançados sendo estes somente aplicáveis ao objeto estudado.

Pode-se afirmar, que a realização deste estudo consistiu num momento de construção e enriquecimento de saberes, na medida em que proporcionou a análise de experiências, de conceitos e muita pesquisa sobre o tema em estudo.

Este caminho foi encetado com o considerável enquadramento teórico onde foram valorizados os diferentes conceitos. Posteriormente, com o enquadramento empírico, foi explorado um caminho com diferentes etapas com o propósito de responder à questão de partida: *Como avaliam os alunos as Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática?*

Pretende-se, com este estudo, contribuir para o conhecimento sobre a participação dos alunos na gestão democrática das escolas através da participação nas Assembleias de Alunos. Para tal, e uma vez que são os principais agentes neste âmbito, foram interpelados tanto alunos que participaram na Assembleia de Alunos como alunos que não participaram nestas sessões. Este estudo visa ainda contribuir para a evolução da gestão democrática no agrupamento de escolas em estudo, permitindo assim que a voz de todos os seus elementos possa contribuir para o processo de planeamento, organização, direção e controlo dos recursos que se encontram à disposição da gestão do Agrupamento.

De referir também a forma como foi realizada a recolha de dados no âmbito deste estudo. Relativamente ao questionário apresentado, este foi construído especificamente no âmbito deste estudo, tendo por base conceitos mencionados na literatura crítica e visando ser claro, rigoroso, relevante e adequado ao objetivo do estudo e à faixa etária dos inquiridos do Agrupamento de Escolas Amarelo do concelho de Sesimbra. Também a entrevista *focus group* foi realizada tendo por base um guião para orientação, o qual se revelou adequado, uma vez que visava analisar as perspetivas dos membros das Mesas das Assembleias de Alunos sobre o tema, possibilitando recolher uma diversidade de informações e a sua confrontação com as dos restantes inquiridos.

A discussão dos resultados proporcionados pelas respostas dos inquiridos e entrevistados, permitiu elaborar uma síntese dos aspetos considerados pertinentes no âmbito deste estudo e assim, com as perceções dos alunos responder às principais questões apresentadas.

No final deste estudo pode-se concluir que os alunos do Agrupamento de Escolas Amarelo consideram que a cidadania assenta fundamentalmente na ideia de participação, e na defesa dos

direitos e deveres, não valorizando as vertentes de solidariedade e de intervenção ambiental. A noção de democracia é mais frágil, tanto para alunos que participaram como para alunos que não participaram, constatando-se mesmo que a maioria dos alunos que não participaram nas Assembleias de Alunos revelam não conhecer o significado deste conceito. Assim, verifica-se que o conhecimento sobre estes conceitos é maior para os Alunos Participantes nas Assembleias de Alunos, pelo que se pode estabelecer uma relação entre a sua participação efetiva e o domínio dos conceitos em causa.

Tal como Kymlicka (2016) refere, a saúde de uma democracia depende das qualidades dos seus cidadãos, e estes devem ser educados em contextos experienciais práticos (Paixão, 2000).

De um modo geral, também se pode constatar que os alunos valorizam a sua intervenção na Assembleia de Alunos e reconhecem que este é o mecanismo que lhes permite intervir na gestão do Agrupamento de acordo com as suas opiniões e propostas. Neste tópico as considerações dos alunos não revelam grande variância de opinião, sendo assim consensual a relevância deste órgão para as duas categorias de alunos estabelecidas na gestão do agrupamento.

Os alunos das Mesas das Assembleias revelaram estar mais conscientes dos papéis desempenhados por cada elemento das Assembleias de Alunos, e demonstraram ainda possuir uma crença profunda sobre a necessidade de permitir que os alunos comuniquem os problemas da escola aos adultos, sejam eles professores ou elementos da gestão, num órgão que lhes permite debater entre si esses problemas e respetivas soluções. Revelaram ainda estar mais conscientes dos conceitos de cidadão e democracia e do importante papel que as Assembleias de Alunos desempenham na gestão do agrupamento.

Pelos dados recolhidos, os alunos demonstraram de uma forma substancial estar em concordância com a ideia sergiana de *self-government*, considerando que se devem organizar para na prática desempenhar papéis sociais da cidadania e assumir pela vivência de experiências a responsabilidade dos seus atos.

Com a análise dos dados fica claro que a grande maioria dos alunos que participaram nas sessões das assembleias considera que estas são mecanismos que aumentam a ação sobre a gestão do Agrupamento, verificando-se uma considerável discrepância de considerações para os alunos que não participaram. Facto que vem corroborar as ideias de Backman & Trafford (2007), amplamente expostas no enquadramento teórico deste trabalho, mas que referem que o grau de influência dos alunos será tanto mais sustentável quanto maior for o grau de influência que lhes é conferido. No caso dos Alunos não Participantes torna-se claro que não têm o conhecimento suficiente sobre as deliberações tomadas pela Assembleia e assim a influência destas na gestão do Agrupamento. Este facto pode revelar uma dificuldade na comunicação das mensagens da Assembleia de Alunos para as

turmas, o que constitui um obstáculo à engrenagem estabelecida para o funcionamento de assembleias representativas.

Relativamente à perceção dos elementos das Mesas das Assembleias, pode constatar-se que estão em maior conformidade com as dos Alunos Participantes sobre a generalidade das questões apresentadas.

O aumento da autonomia neste agrupamento de escolas através do PPIP, permitiu desenvolver um conjunto de metodologias e atividades que visam a intervenção dos alunos na comunidade escolar, entre os quais se encontra a Assembleia de Alunos. Porém, só os alunos pertencentes às Mesas das Assembleias de Alunos referiram existir uma ligação entre a nova realidade do agrupamento e a criação deste novo órgão. Portanto não foi possível confirmar a hipótese inicialmente traçada que estabelecia uma ligação direta entre o aumento da autonomia e a intenção dos alunos participarem na gestão do agrupamento.

Sendo de realçar contudo que, apesar dos alunos não conseguirem relacionar a influência do aumento da autonomia do Agrupamento com o trabalho da Assembleia de Alunos, o modelo de gestão participativa que vem sendo estabelecido pela gestão deste Agrupamento encontra nesta variável um pilar para o seu crescimento. Tal como refere Luck (2000) a autonomia é mais significativa na política referente à capacidade de tomar decisões compartilhadas, constituindo a descentralização um meio para a construção da autonomia e esta, um meio para a formação democrática dos alunos.

E assim não foi possível confirmar a hipótese traçada inicialmente de que o reforço da autonomia do agrupamento através do PPIP aumentou a intenção dos alunos participarem positivamente na gestão do agrupamento.

Considerando os resultados obtidos, confirmou-se a hipótese inicial em que se considerava que os alunos assumem as Assembleias de Alunos como mecanismos que facilitam a comunicação com a direção do agrupamento para que estes tomem conhecimento das suas preocupações, assim como lhes permite agir sobre a gestão do agrupamento.

Como já referido anteriormente, confirmou-se também a hipótese traçada de que os delegados de turma possuem diferentes perceções sobre a ação das Assembleias de Alunos na escola relativamente aos restantes colegas.

Outra hipótese que se apresentou no início deste estudo considerava que os alunos assumem que as Assembleias de Alunos são mecanismos criados para que a direção do agrupamento tome conhecimento das suas preocupações, a qual ficou também claramente confirmada. Assim como se confirmou a hipótese referente à assunção de que as Assembleias de Alunos são mecanismos criados para dar aos alunos a possibilidade de agir sobre a gestão do agrupamento.

A análise dos dados, permitiu ainda constatar que os delegados de turma (presentes nas assembleias) e os seus colegas não participantes possuem diferentes perceções sobre a ação das Assembleias de Alunos na escola. Concluindo-se que esta clivagem de opiniões é maior ao nível do grau de influência da Assembleia de Alunos sobre a gestão do agrupamento, pois os Alunos Não Participantes reconhecem uma influência bastante menor que os seus colegas. Estas conclusões vêm assim confirmar outra das hipóteses iniciais do estudo.

Por fim, cabe agora responder à questão de partida estabelecida para este estudo, a qual se subdividiu em três questões visando uma maior objetividade para a análise do tema e da questão que deu origem ao presente trabalho.

Assim, respondendo à primeira subquestão constata-se que os alunos reconhecem o papel das Assembleias de Alunos na perspetiva da gestão democrática do agrupamento, atribuindo um papel importante a estas na audição da sua voz e opiniões junto da direção. Quanto à ação deste órgão, reconhecem que a sua intervenção na gestão é ainda pequena, referindo que poucas foram as deliberações das Assembleias de Alunos que foram consideradas e aplicadas no agrupamento, mas conclui-se também que consideram que este é um processo ainda em construção.

Contudo, referem que a Assembleia de Alunos possui várias vantagens, entre as quais se destacam a partilha de opiniões, a melhoria da comunicação vertical (alunos/direção) e a participação na melhoria da escola, demonstrando intenção em continuar a participar nas suas sessões e em agir na escola através deste órgão.

Em suma, os alunos avaliam de forma positiva a Assembleia de Alunos na perspetiva da gestão democrática do Agrupamento de Escolas Amarelo, considerando que constituem um órgão fundamental para se sentirem ouvidos e parte integrante da comunidade escolar. Atribuem-lhe diversas vantagens, mas referem que apesar do potencial demonstrado a sua ação sobre a gestão ainda é pequena.

No final deste trabalho, conclui-se que as perguntas iniciais obtiveram todas resposta sendo de salientar a sua pertinência para a continuidade do trabalho deste órgão visando ir ao encontro de uma cada vez maior e mais sólida gestão democrática no Agrupamento de Escolas Amarelo. Cabendo ao Agrupamento olhar para as conclusões deste estudo e criar as condições adequadas para que cada aluno na sua unicidade seja nesta comunidade escolar ator e construtor de um futuro melhor, reconhecendo a relevância do seu papel e a sua capacidade de intervenção.

De referir por último que várias questões paralelas surgiram ao longo deste trabalho, as quais poderiam suscitar temas para novos estudos, tais como a análise das dificuldades de comunicação entre representantes da turma nas Assembleias de Alunos e as respetivas turmas, ou a pertinência da discussão de conteúdos curriculares e pedagógicos nas Assembleias de Alunos, ou mesmo a influência do grau de autonomia na Gestão Democrática do agrupamento.

Além destas questões que foram surgindo ao longo do desenvolvimento deste trabalho que tem como pano de fundo o envolvimento dos alunos na gestão do agrupamento, outras propostas se foram configurando no sentido de potenciar este envolvimento. Assim, estudar a possibilidade dos alunos integrarem grupos de análise da indisciplina na escola, com emissão do devido parecer, ou de

participarem num grupo/comissão para o desenvolvimento do Plano Anual de Atividades, poderiam constituir-se como estratégias a implementar neste sentido. Desta forma, poderia assim reconhecer-se a intenção da maioria dos alunos, e demonstrada neste estudo, em participar ativamente na gestão do agrupamento aumentando a sua ação, e caminhando assim para a construção de uma organização cada vez mais com todos e para todos.

O estudo de todas estas questões contribuiria certamente para uma compreensão maior de algumas das limitações encontradas no desenvolvimento do trabalho das Assembleias de Alunos, facilitando assim a construção de um caminho cada vez mais sólido para uma efetiva gestão democrática neste agrupamento.

**BIBLIOGRAFIA**

Abrantes, P. (2003). *Os Sentidos da escola, Identidades Juvenis e Dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta Editora.

Almeida, J.F., & Pinto, J. M. (1976). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Araújo, U. (jullho/dezembro de 2008). *Resolução de conflitos e assembleias escolares*. Cadernos de Educação, pp. 115-131.

Audagier, François. (2000). *Basic Concepts and core competencies for education for democratic citizenship*. Strasbourg: Council of Europe.

Backman, E., & Trafford, B. (2007). *Democratic governance of schools*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Backman, Elisabeth; Trafford, Bernard (2007). *Learning and living democracy: democratic governance of schools*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Barroso, João. (1995). *Para uma abordagem teórica da reforma da administração escolar: a distinção entre "direcção" e "gestão"*. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 8, n. 1, p. 33-56.

Barroso, J. (1996). *Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Carvalho, M., Alão, P., & Magalhães, J. (2017). *Da indisciplina ao clima de escola: a voz dos alunos*. Revista Portuguesa de Investigação Educacional, pp. 42-60.

Contrato de Autonomia do Agrupamento de Escolas da Boa Água (2014).

Council of Europe (2008). *Teaching democracy: a collection for democratic citizenship and human rights education*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Council of Europe (2010). *Growing up in democracy*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Delors, J. (1996). *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (UNESCO)*. Porto: ASA.

Dias, T. e Menezes, I. (2009). *O desenvolvimento do pensamento político em crianças de pré-escolar e ensino básico numa triangulação de referências: criança, família e escola*. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho.

Erickson, F. (1986). *Qualitative Methods in Research on Teaching*. Los Angeles: University of California.

Estrela, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes*. Porto: Porto Editora.

- Faulks, Keith (2000). *Citizenship*. 1ª edição. NY.: Routledge.
- Fernandes, António Sousa (1985), *A Gestão democrática das escolas – Notas sobre a Experiência das escolas Secundárias Portuguesas após a Revolução do 25 de abril, O ensino*.
- Ghiglione, R.; Matalon, B. (2001), *Inquérito: teoria e prática*, 4ª ed. . Oeiras: Celta.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gouveia, D. d. (2013). *A Gestão da Escola e a Participação dos Atores Educativos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Guerreiro, C. (2013). *A participação dos alunos na organização e gestão das escolas*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Haro, Fernando et al (2016). *Investigação em Ciências Sociais: Guia Prático do Estudante*. Lisboa: Pactor.
- INCLUDE-ED Project. (2011). *Strategies for inclusion and social cohesion in Europe from Education*. Universitat de Barcelona: Cordis, European Commission.
- Hill, M. M. e Hill, Andrew (1998). A Construção de um Questionário, WP11. Lisboa: ISCTE, Dinâmia.
- Lima, Licínio C. & Afonso, Almerindo J. (1990). *Participação discente e socialização normativa: na perspectiva de uma sociologia das organizações educativas*. Aprender, 11, 29-37.
- Lima, Licínio (1998). *A escola como a organização e a participação na organização escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. e Afonso, A. (1990). *Participação discente e socialização normativa: na perspectiva de uma sociologia das organizações educativas*. Revista Aprender, n.º11. Portalegre: Escola Superior de Educação de Portalegre.
- Luck, H. (fev./jun.,2000). Perspetivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores. Em Aberto, pp.11-13.
- Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey--Bass.
- Ministério da Educação (2007). *Guião da Educação para a Cidadania em contexto escolar*. Boas práticas.
- Nogueira, Conceição e Saaverdra, Luísa (2001). *Educar para uma cidadania ativa: (re)pensar o papel dos professores*. In Leandro S. Almeida, Bento Duarte da Silva, Atas do VI Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Vol.2 e identidade. Atas da 1ª conferência internacional de filosofia da educação, pp.159-164, 2000.
- Paixão (2000), M.L. *Educar para a Cidadania*, Lisboa: Lisboa Ed.

Pedro, A. P. & Pereira, C. M. (set./dez., 2010). Participação escolar: representações dos alunos do 3.º ciclo de Aveiro. *Educação e Pesquisa*, pp.747-762.

Pinto, António C. (2013). *A qualidade da Democracia em Portugal. A visão dos cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Quivy, R. e Campenhout, L.V.(1998).*Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Lda.

Rocha, A. d. (2016). *Filosofia da Democracia*. *Revista Portuguesa de Filosofia*, Vol.72, pp.889-928.

Sebastião (2013)

Silva, I. S.; Veloso, A. L. e Keating, J. B. (2014). *Focus group: considerações teóricas e metodológicas*. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175-190.

Silva, C. G. da (2014). *Cidadania e autoridade na Escola Pública Democrática*. Lisboa: ISCTE, IUL.

Tuckman, B. w. (2005). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Veldhuis (2000) Project “Education for democratic citizenship”. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Veloso, L.; Craveiro, D.; Rufino, I. (out./dez. 2012). *Participação da comunidade educativa na gestão escolar*. *Educação e Pesquisa*, pp.815-832.

Sites electrónicos:

<http://journals.openedition.org/ras/740>; DOI: 10.4000/ras.740 (Eugénio Alves da Silva, «As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais», *Revista Angolana de Sociologia*[Online], 12 | 2013, posto online no dia 01 março 2015, consultado no dia 20 fevereiro 2019.)

[https://criticanarede.com/leit\\_cidadania.html#footer](https://criticanarede.com/leit_cidadania.html#footer) (Kymlick, Will. Tradução de Desidério Murcho (1998). *Citizenship*, in E. Craig (org.) Routledge Encyclopedia of Philosophy. London:Routledge)

<http://www.dge.mec.pt/ppip>

<http://dge.mec.pt/comunidades-de-aprendizagem>

<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/view/3108/2729> ( Schmidt, Felipe . *A democracia no fim da Idade Média: as concepções de Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockman*. *Direito e democracia*, v.17, n.º2, jul./dez 2016 )

[http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

<http://creaub.info/included/approach/methodology/main-characteristic/>

<https://www.priberam.pt/dlpo/democracia>

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/>

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/europeias2014/>

<http://www.dgidc.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>

<https://pt.linkedin.com/pulse/democracia-em-constru%C3%A7%C3%A3o-na-escola-participa%C3%A7%C3%A3o-dos-alunos-david>

Legislação:

Constituição da República Portuguesa, Lei Constitucional n.º1/2005, de 12 de agosto

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º49/2005 de 30 de agosto

Despacho n.º 5908/2017 da Secretaria de Estado da Educação (Despacho para a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018)

Torres, L. e Palhares, J. (2009). *Estilos de liderança e escola democrática*. Revista Lusófona de Educação. URL: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n14/n14a06.pdf>

## APÊNDICES

**Apêndice 1:** Guião de entrevista em Focus Group realizada a 5 alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior (3 da Mesa da Assembleia de Alunos e 2 da Assembleia Júnior)

**Temática:** Testemunho de alunos acerca da Assembleia de Alunos/Júnior

### Objetivos da entrevista

- Caracterizar os entrevistados;
- Identificar a percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia;
- Identificar a percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos;
- Identificar a percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento;
- Compreender se os alunos consideram que as Assembleias de Alunos são mecanismos que aumentam a sua acção sobre a gestão do agrupamento;
- Compreender a percepção dos elementos das Mesas das Assembleias relativamente ao papel das Assembleias de Alunos.

**Entrevistados:** Alunos do 1.º ciclo – Aluno A4 e aluna A5

Aluna do 2.º ciclo – Aluna A3

Alunos do 3.º ciclo – Aluno A1; Aluna A2

**Data:** 11 de janeiro de 2019 às 18h

Designação dos blocos	Tópicos	Sugestão de questões, por bloco	Observações ao longo da entrevista
<b>Bloco A</b> Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação entrevistador/entrevistados</li> <li>• Motivos da entrevista</li> <li>• Objetivos da entrevista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estou a fazer um trabalho de investigação sobre gestão democrática de escolas e o papel das Assembleias de Alunos neste campo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista semidiretiva em <i>focus group</i></li> <li>• Usar linguagem apelativa e adaptada ao entrevistado</li> <li>• Tratar o entrevistado com</li> </ul>
<b>Bloco B</b> Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito de democracia</li> <li>• Conceito de cidadão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que para vós significa a palavra “democracia”?</li> <li>• E o que é um “cidadão”?</li> <li>• Se considerarmos a escola como uma organização, tal como um país, quem são os cidadãos de uma escola?</li> </ul>	

<p><b>Bloco C</b></p> <p>Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de Alunos e Assembleia Júnior</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevância das Assembleias dos Alunos para os alunos</li> </ul>	<p>E para que servem as Assembleias de Alunos?</p>	<p>delicadeza e recebê-lo num local aprazível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedir para gravar a entrevista</li> <li>• Estar atento às reações de entrevistado e anotá-las por escrito</li> </ul>
<p><b>Bloco D</b></p> <p>Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas decisões da Gestão do Agrupamento</li> </ul>	<p>Na vossa opinião, consideram que os alunos deveriam poder participar mais nas decisões da Gestão (direcção) da escola?</p>	
<p><b>Bloco E</b></p> <p>Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a acção dos alunos sobre a gestão do agrupamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de influência das Assembleias de Alunos</li> </ul>	<p>Na vossa opinião qual o grau de influência que a Assembleia de Alunos/Junior teve sobre a gestão do agrupamento?</p> <p>Consideram que as decisões tomadas pelos alunos na Assembleia de Alunos/Junior têm sido consideradas pela Gestão do Agrupamento?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mostrar disponibilidade e abertura para a compreensão das situações apresentadas</li> <li>- Ter atenção aos comportamentos não-verbais denunciadores de certas reações ao discurso do entrevistado</li> </ul>
<p><b>Bloco F</b></p> <p>Percepção dos elementos da Mesa das Assembleias, relativamente ao papel da Assembleia de Alunos e a Assembleia Júnior</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevância atribuída à Assembleia de Alunos pelos elementos das Mesas</li> </ul>	<p>E em termos de benefícios/vantagens ou desvantagens. O que poderá trazer a participação dos alunos na Assembleia de Alunos para o Agrupamento?</p>	
<p><b>BLOCO G</b></p> <p>Validação da participação nas Assembleias</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade da participação</li> <li>• Papel a desempenhar na Assembleia</li> </ul>	<p>Se vos fosse dada a oportunidade de voltar a participar na Assembleia de Alunos, a vossa resposta era sim ou não? E se sim, em que papel, como representantes da turma ou na Mesa?</p> <p>E a responsabilidade de quem preside à Assembleia é</p>	

---

		diferente da dos outros? Ou a responsabilidade de quem está na Assembleia é igual para todos?	
--	--	---	--

**Apêndice 2:** Protocolo da Entrevista em Focus Group realizada a 5 alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior (3 da Mesa da Assembleia de Alunos e 2 da Assembleia Júnior).

Legenda:

E – entrevistadora

A1 – aluno Presidente da Mesa da Assembleia de Alunos (3.º ciclo)

A2 – aluna Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Alunos (3.º Ciclo)

A3 – aluna Vice-Secretária da Mesa da Assembleia de Alunos (2.º ciclo)

A4 – aluno Presidente da Presidente da Mesa da Assembleia Júnior (1.º ciclo)

A5 – aluna Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Júnior (1.º ciclo)

**E.: O que para vocês significa a palavra “democracia”?**

A2.: É ouvir a opinião de todos, da melhor forma possível tentar inculcar um pouco do que cada um quer para na decisão final, quase toda a gente fique feliz com o resultado. Por isso é que há vários partidos, porque várias pessoas têm várias opiniões.

A1.: Para mim, democracia é sinónimo de organização. Todos falam quando podem, ou quando lhes é permitido, neste caso. Todos ouvem-se uns aos outros sem discussão. E como A2 já disse, podemos colocar em prática aquilo que nós quisermos ou acharmos melhor de forma ordeira.

A5.: Acho que a democracia é mudar as coisas. Cada um dá a sua opinião e um dia podemos mudar.

A3.: Concordo com eles. É isto tudo junto.

**E: E o que é um “cidadão”?**

A1.: Para mim um cidadão é uma pessoa com uma série de direitos e deveres na comunidade, que deve para com a comunidade e que os deve proteger, tanto os seus como os dos outros.

A2.: Eu vou fazer uma comparação. Uma vez vi um filme em que eram apenas considerados cidadãos aqueles que eram soldados, as pessoas eram consideradas pessoas daquele país, tinham vários direitos, mas os considerados cidadãos tinham mais direitos. Eu acho que, neste momento, todos são considerados cidadãos, mas o “máximo” de cidadãos para mim é aquele que quer estar relacionado com as decisões tomadas. Quer no país como na...é o que participa nas decisões. Por exemplo, com o simples ato de votar. Alguns não votam porque não gostam

deste ou daquele e decidem não votar. O cidadão é o que tenta participar mais ativamente, no que pode e acha que deve ser mudado.

A3.: Cidadão é uma pessoa que tem deveres e direitos e que deveriam cumpri-los, quer os direitos quer os deveres.

**E.: Se considerarmos a escola como uma organização, tal como um país, quem são os cidadãos de uma escola?**

A5.: Os cidadãos da escola são os alunos, porque quem tem mais o poder são os professores. E também como se fosse um país, cada professor dá a sua opinião enquanto que os alunos são cidadãos que andam por aí, não mais.

A3.: Tendo em conta os projetos que temos na escola e a Assembleia de Alunos, isto que A5 está a dizer não acontece. Na Assembleia de Alunos os professores não falam, quem toma as decisões os alunos...

A2.: (interrompe A3 para corrigir) os alunos eleitos pelos outros alunos.

A3.: Exato, os Delegados e os Subdelegados. Os professores não estão a dizer: “tens que fazer isto !”, não mandam em ti. E mesmo no PIPP (Projeto Piloto de Inovação Pedagógica) que se trabalha em grupo, os professores dão ideias, mas os alunos também contribuem para propor temas, nas discussões,... Os alunos é que basicamente começam o trabalho, por exemplo, o meu professor de Português basicamente deixa-nos dar a aula. A aula é basicamente nossa.

**E.: A A5 disse que os alunos são os cidadãos porque os professores é que têm o poder.**

A5.: Mas também...é como se fosse uma pirâmide. Os Delegados também têm o poder, mas não é tão poderoso como o dos professores ou o das “continas” (auxiliares de educação), que também fazem as regras.

**E.: Então no teu (A5) ponto de vista, os professores não são cidadãos da escola. (Cidadãos) são os alunos, e os professores mandam?**

A2.: Os professores também são cidadãos.

**E.: Só quero compreender a tua ideia, não estou a dizer que a dizer que esteja certo ou errado.**

A5.: Mas os cidadãos também podem dar a sua opinião e os professores também. Todos podem.

A2.: Eu vejo a escola como um país, não como Portugal que não é tão desenvolvido. Mas mais como a Noruega, porque o próprio método de ensino e também a forma como nos deixam expressar opiniões que nos “obrigam” a entrar em certas actividades, por exemplo o ano passado fiz teatro com a minha professora de Português. Se ela não dissesse que íamos fazer uma peça de teatro, eu não ia fazer uma peça de teatro. Então, no ponto de vista de A5, eu percebo que os alunos não vão chegar aqui e dizer como as coisas devem ser feitas. Mas, como num país, têm que existir regras, senão era uma anarquia total, uma confusão, um caos. Mas a forma como os professores e a direcção, as pessoas que coordenam a escola, acho que

fazem um óptimo trabalho em incluir os alunos e também todas as pessoas que convivem dentro desta escola, que podem querer mudar alguma coisa, fazem muito bem em incluir essas opiniões, essas novas ideias para melhorar o que pode vir a ser esta escola. Esta escola já é muito boa, é uma escola piloto, está a explorar novos caminhos, pode chegar muito longe. Na minha opinião é por este caminho, que é: o que tu queres, fala comigo. Entre todas as opiniões podemos fazer aqui uma coisa nova, e agradar dois mundos. Neste caso são centenas de alunos, não será possível agradar a todos, mas agradar a um grande número de alunos, professores, funcionários e membros da direcção, porque também são cidadãos. Também querem ver a escola onde eles estão a leccionar e que estão a dirigir prosperar.

A1.: A meu ver esta escola tem órgãos de soberania. O que é que eu quero dizer com isto... Imaginemos, o director tem o poder executivo - executa as leis, o poder legislativo somos nós - os alunos na Assembleia de Alunos, e o poder judiciário é por exemplo as auxiliares, os professores e o próprio director, se for necessário.

Tal como num país normal, os membros dos órgãos de soberania são todos cidadãos, acontece o mesmo com esta escola. Pelo menos a meu ver.

**E.: Na vossa opinião pessoal, consideram que os alunos deveriam poder participar mais nas decisões da Gestão (direcção) da escola?**

A2.: Eu acho que os alunos devem participar. Pois por mais que os adultos tentem compreender e compreendam a crianças, e saibam mais ou menos o que elas querem e pensam, nada melhor do que perguntar a uma criança adolescente o que ela quer. É muito mais fácil fazer isso do que estar a especular em longas reuniões, e é por isso que eu acho que a Assembleia de Alunos foi uma óptima iniciativa. Porque não juntam todos os alunos no mesmo sítio, pois ia dar demasiada confusão e não íamos chegar ao objectivo para o qual a Assembleia de Alunos foi criada. A forma de organização foi muito bem pensada: discutam entre turma, tragam o que querem que mudemos ou arranjemos, ou que querem que evolua na escola, a vossa opinião, e depois os vossos representantes que venham cá e nos digam isso. E essas Assembleias de Alunos permitem que todas as turmas do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, digam o que querem mudar.

A3.: Respondo sim à pergunta. E completando o raciocínio da A2, não seria possível estar ali a escola inteira, os alunos todos seria muita bagunça. Mas acaba por ser a mesma coisa. Se juntarmos todos os Delegados, estão todas as turmas, está lá a escola inteira.

A4.: Sim, devem participar. As crianças podem ter opiniões que os professores podem não saber.

**E.: Sobre a vossa vida, sobre o vosso ponto de vista sobre a escola?**

A5.: Nós temos direito. Mas também não é pedir um “caminhão” dentro da escola.

**E.: E de uma forma muito concreta, para que servem as Assembleias de Alunos?**

A5.: Eu acho que é para se falar sobre o que falta na escola e dar algumas opiniões.

A3.: É para fazer chegar aos adultos o que vai na cabeça dos adultos, o que falta na escola. Para fazer chegar à Direção, a quem manda nisto tudo, as nossas opiniões.

A1.: Neste caso a Assembleia é como se fosse um upgrade à escola. E em todas as Assembleias há mudanças, opiniões, discussões e novas coisas a inovar. Quer em salas, quer em projetos, na parte estrutural da escola, está sempre a haver uma mudança. O que é bom quer para os alunos, quer para os professores e funcionários.

**E.: Portanto achas que promove a mudança na escola?**

A1.: Exato.

**E.: Mas uma mudança no sentido de actualizar?**

A1.: Exatamente.

A3.: A Assembleia de Alunos é quase uma mini- Assembleia da República. Onde não são só algumas pessoas a decidirem. Os professores por mais que tentem perceber o que falta, não conseguem. São tantas as coisas que ali (na Assembleia de Alunos) foram ditas, que eu tenho a certeza que os professores quando ouviram disseram: “A sério? Precisam mesmo disso?”. E sim, precisamos mesmo. E os professores não têm esse ver. Por isso é que a Assembleia de Alunos também é importante, porque os alunos têm mais noção das coisas que estão a acontecer no seu espaço do que os professores.

**E.: Na vossa opinião, e pensando no trabalho realizado no ano passado, qual o grau de influência que a Assembleia de Alunos/Junior teve sobre a gestão do Agrupamento?**

A2.: Acho que a Assembleia de Alunos ainda tem um longo caminho a fazer. No ano passado pedimos o arranjo das WCs, já as temos. Ou seja, está a ter resultado. Mas, ainda existe uma grande diferença entre a quantidade de propostas chegadas (à Assembleia) e a quantidade de propostas que foram realizadas. Como é o início dá para perceber que é muita coisa ao mesmo tempo, e eles (direção) vão fazendo pouco a pouco. Também as coisas não se fazem num estalar de dedos. Como foi o primeiro ano em que se realizou a Assembleia de Alunos, o director também ainda se está a habituar à ideia de que os alunos também dão opinião. E essa opinião, que foi debatida, chegou a eles e deve ser tida em conta em reuniões que realizem sobre o que se vai fazer na escola. Então como a Assembleia de Alunos ainda é nova, acho que o percurso desde que a ideia é tida, a ideia é debatida e a ideia é realizada, ainda é longo. Mas, com o passar do tempo, a partir do momento em que este processo seja todo mais agilizado, esse período de tempo vai diminuir.

A5: Eu ainda não sei se as escolas do 1.º ciclo mudaram, porque eu mudei de escola (foi para o 5.º ano).

A4: (Na minha escola) mudou a questão dos caixotes do lixo nas salas. Agora já existem caixotes para separarem o lixo nas salas.

E.: E relativamente aos outros temas que falamos na Assembleia Júnior: o barulho nos corredores, os horários, o material informático... Notaste alguma diferença? (20:58)

A4: O resto ainda não melhorou muito.

**E.: Consideram que as decisões tomadas pelos alunos na Assembleia de Alunos/Júnior têm sido consideradas pela Direção do Agrupamento?**

A4: Ouviu umas partes mas outras não.

E.: Podem ilustrar a vossa opinião com um exemplo?

A2: As casas de banho.

A2 e A3: Os horários.

A2: Mas também há muitas opiniões divididas quanto aos horários. Na minha turma aposto que a maior parte não aceitou muito bem o facto de ter duas horas juntas e um intervalo de 15 min. Porque antes os intervalos antes eram o primeiro de 5min e os outros de 10min. Na cabeça de muitos dos meus colegas a distribuição agora não é justa. O ano passado tinham solicitado a diminuição da carga horária e isso não aconteceu.

A3: Na minha turma há poucos alunos que digam que não gostam dos horários. Porque o meu horário é perfeito, embora nada seja perfeito, o horário é mesmo fantástico. Existem pessoas que dizem que os horários continuam pequenos, o que ainda não compreendi. Mas, a A2 estava a dizer que algumas aulas são muito grandes. E acho que não porque até parece igual ao horário passado, pois estar a falar em grupo, a debater e a fazer, dá gosto. O tempo passa a correr.

A2: Diz-me só uma coisa, estás em turmas normais ou em turmas PIPP?

A3: Em turmas PIPP.

A2: Pois. Nós no 9.º ano, ainda estamos em turmas “normais”. Eu percebo o que estás a dizer, há muita dinâmica entre vocês, vocês falam muito, são muitas opiniões ao mesmo tempo, fazem muita coisa ao mesmo tempo. O nosso tipo de aulas também vai melhorando gradualmente ao longo do tempo. Por exemplo, faço mais trabalhos do que o ano passado. Mas, o facto de ser uma turma PIPP também ajuda no facto de vocês acharem que o tempo passa muito depressa. Nas turmas normais nós ainda temos um sistema tradicional. Nós ainda temos um professor à frente do quadro a falar sobre o que estamos a trabalhar, escreve no quadro e nós copiamos. O facto das vossas turmas serem PIPP aumenta exponencialmente o diálogo entre colegas e a dinâmica entre o professor e a turma.

**E.: E em termos de benefícios/vantagens ou desvantagens. O que poderá trazer a participação dos alunos na Assembleia de Alunos para o Agrupamento, quer para o Agrupamento quer para os alunos ?**

A1: A participação na Assembleia de Alunos traz muita aprendizagem e muita cultura geral. O conhecimento de outras opiniões que desconhecemos, pois o facto de sermos humanos permite que exista uma grande diversidade de opiniões e que sejamos todos diferentes, o que

é muito bom. Mas de vez em quando pode correr para o lado errado, como por exemplo o racismo ou coisas do género. Mas neste caso é uma coisa muito boa.

A2: Ao nível do aluno em si, eu acho que aumenta muito a capacidade dele para falar em público. Principalmente das pessoas que estão na mesa, porque é uma componente cada vez mais importante no trabalhador de hoje em dia, fazer apresentações, saber falar. Fazem-te uma pergunta e não fiques tipo... "está no currículo, vão ver". É um exemplo. Então essa capacidade de falar em público, de não ficar uma estátua à frente a debitar palavras para que as pessoas percebam, ter essa dinâmica entre a pessoa que está a falar e a plateia que está a ouvir e a ver o que ele está a dizer, é cada vez mais importante. E a Assembleia de Alunos também ajuda o aluno em si que é o representante da turma, a melhorar essa componente que entra para avaliação, quer agora quer no futuro em termos de trabalho. No Agrupamento, eu acho que... (confusão entre pensamentos) vai ajudar mais para a frente, quando o processo ficar mais agilizado e conseguirem, não vou dizer ouvir melhor, mas como já disse anteriormente conseguirem por em prática mais rápido as coisas que são faladas no ano anterior. E também pode influenciar a imagem que se tem do Agrupamento, eu não estou a dizer que é má, nunca ouvi coisas más, já ouvi muitas coisas boas sobre o agrupamento, mas pode haver não sei o que vai na cabeça dos outros. Mas o que pode acontecer é, aumentar... como é que eu hei-de dizer... o Agrupamento pode melhorar.

A5: Bem para o Agrupamento ainda não pensei nada. Mas bem, para nós, quando nós melhoramos as coisas ficamos mais confortáveis. Como por exemplo quando temos que segurar as portas da casa-de-banho, ou temos que pedir a alguém para as segurar... e agora estamos mais confortáveis porque já as podemos fechar. Então melhora a escola.

E.: As condições da escola... neste caso...

A5.: Sim.

E.: A4 ainda estás do outro lado, ... O que tu achas que a tua participação, e a vossa participação como alunos na Assembleia de Alunos possa ter trazido de benefícios para ti ou para a escola? Podes achar que não trouxe nada de especial.

A4.: Pois, para os outros acho que consegue trazer algumas coisas que nós por vezes não conseguimos ter. Melhorar a nossa escola, como por exemplo melhorar estas luzes.

E.: Melhorar as condições da escola é isso?

A4: Sim.

E: É os alunos poderem informar, dar opinião sobre aquilo que consideram não estar bem? Neste caso, estamos a falar das condições físicas da escola. Mas poderem participar e reclamar, ao fim ao cabo, é isso? É dizer não são só os professores que precisam, nós também precisamos. Nós precisamos?

A4: É isso.

**E: E agora uma pergunta final. Se agora vos desse a oportunidade de voltar a participar na Assembleia de Alunos, a vossa resposta era sim ou não? E se sim, em que papel, como representantes da turma ou na Mesa?**

A2: Se me dessem essa oportunidade, eu adorava voltar mas desta vez apenas representando a turma. O ano passado eu fiz parte da mesa, e desta vez gostaria do outro lado. Porque eu gosto muito de debates, gosto de dar a minha opinião, debater a minha opinião e a dos outros em conjunto. Na mesa não tive essa oportunidade, eu era vice-presidente, ou seja, eu ouvia o que se estava a falar mas não podia dar opinião sobre o que estava a acontecer. Porque se estou na Mesa tenho que ser imparcial. Então se eu pudesse voltar, gostava muito de ser “apenas” a representante da turma, porque assim poderia falar a minha opinião sobre as coisas que se estavam a debater naquelas reuniões e não apenas ficar a ouvir e a discutir com o presidente quem é que era a seguir, e as questões de organização.

A1: Se eu tivesse essa oportunidade, voltaria com certeza e iria, tal como disse A2, para representante da turma. Porque também adoro debates e podia discutir a minha opinião com pessoas que tinham as suas opiniões e ideias diferentes, e conseguir de alguma forma um cinzento, nem o preto nem o branco. Mas, ao mesmo tempo expor as minhas ideias e as ideias da minha turma.

A3: Sim, claro que sim, gostaria de voltar, é uma experiência que nunca esquecerei. E como o ano passado fiz parte da mesa seria só representante, para ter novas experiências, não ser só aquilo e pronto. Ter as duas opiniões, ter como foi estar na mesa e como foi estar como representante de turma, e a seguir comparar o que foi melhor. As vantagens e diferenças, e tentar perceber como é estar lá em cima e estar cá em baixo. Ver o ponto de vista das pessoas que nos estavam a ouvir.

A4: Por vezes até gostaria de estar na assembleia mas...

E: Mas...

A4: Não num posto assim tão alto como presidente e como a Catarina era vice-presidente até achava que eu devia ser vice-presidente, pois eu era assim muito envergonhado.

E: Mas gostarias de estar na Assembleia sem ser na Mesa, ou estar na Mesa mas não sero Presidente? Ou nem gostarias de estar na Assembleia?

A4: ... (silêncio. Pensativo.)

E: Porque podes achar que não te revês nesse papel.

A4: Até gostaria de estar como representante da turma, mas se estivesse na Mesa da Assembleia gostaria de estar como secretário.

A3: Eu queria voltar também, mas não queria ser da Mesa. Porque quando eu ficava na mesa só ficava a ouvir, e eu queria muito mas muito dar a minha opinião e só ficava a ãh, ãh (ouvir e anuir).

E: já agora aproveito e acrescento uma pergunta ao que tinha. Então qual é a dificuldade, qual é o problema que se coloca a quem está na Mesa? Não é assim tão aliciante estar na mesa, depois de passarem por lá?

A3: É bom.

A1: Nem por isso.

A3: É bom, mas se calhar estar lá em baixo a poder discutir e poder dar a nossa opinião, deve ser ainda melhor.

E: Então qual é a grande vantagem em estar na Mesa?

A2: Eu acho que quem está na Mesa é alguém que gosta de controlo, gosta de controlar. Alguém que tenha uma grande capacidade de imparcialidade, porque estás na Mesa estás a ouvir o que estão a dizer, e tu tens uma opinião, és um ser que tens opiniões sobre certos assuntos, e não podes dar a tua opinião. Tens que pensar na opinião do outro, na opinião deste e ser imparcial e dizer, agora falas tu, agora fala ele. Mesmo que tu não concordes com o que ele esteja a dizer, ou seja, é aliciante no início? É. Mas a própria personalidade da pessoa que vai para a Mesa tem que ser tida em conta, para saber se a pessoa vai ou não gostar ou amar estar na Mesa. Alguém que não goste muito de discutir, goste mais de controlar, seja muito imparcial. Eu gosto de discutir, estar ali a ouvir as pessoas a discutir e não poder dar a minha opinião era muito...sabe a pouco. É stressante.

A4: Eu também, o que não gosto da Mesa é que não podemos falar à nossa vontade. Não podemos dar a nossa opinião, temos que ficar só a ouvir a dos outros. Dá mais vontade de nós falarmos a nossa.

**E: Então, este ano vamos colocar em prática o que se tinha pensado o ano passado sobre a rotação da Presidência da Mesa. Consideram então que isso é uma vantagem e uma desvantagem?**

Todos: É uma grande vantagem.

A2: Porque, como a maior parte das pessoas falou tu podes fazer duas coisas. Podes tanto exercer o poder mas também podes fazer parte do público e falar a tua opinião. E ter essas

duas vertentes é muito enriquecedor a nível pessoal, porque a tua imparcialidade aumenta, consegues pô-la mais em prática quando estás na Mesa. Mas depois voltas para o público e podes dizer a tua opinião, podes discordar ou não. Podes dizer “eu não acho isso, por isto assim, assim e assim... Então não acha sr. Presidente?” Ou seja, ter essas duas vertentes, da parcialidade e da imparcialidade, num só ano é muito bom.

A4: Fez-me bem ser presidente o ano inteiro. Acho que a iniciativa fez-me falar diferente dos outros. Saber opiniões diferentes que as pessoas têm.

**E: E a responsabilidade de quem preside à Assembleia é diferente da dos outros? Ou a responsabilidade de quem está na Assembleia é igual para todos?**

A2, A3, A4: Mais responsabilidade.

A1: Acho que é muito pouca a diferença. Porque, a única diferença que tens da pessoa que está na mesa, que é presidente, para quem está a debater é que, tem o direito a mandar parar de falar para ouvir a opinião de outra pessoa. E a mesma coisa para os dois lados. Bem como manter a ordem dentro da sala, bem neste caso no auditório, e acho que não tem muito mais responsabilidade para além disso. A diferença que há entre estes dois cargos é muito pouca.

A3: O que eu queria dizer é que, tem vantagens e tem desvantagens, tem diferenças. Na Mesa eu estive praticamente em todos os cargos, e sei bem como é que eles são todos. E sei que, eu fiz uma vez de Presidente e não tinha nada para dizer, não tinha nenhum papel e não tinha nada preparado. Enquanto os outros da plateia não têm tudo preparado, pois sabem o que vão discutir, porque cada turma tem a sua opinião, cada pessoa tem a sua opinião. Na Mesa tens que saber mais ou menos o que vais falar, tu tens que saber que propostas é que foram apresentadas. Se leres a proposta na hora, tu não vais perceber sequer o que estás a ler, e tens que perceber os conteúdos. Nós às vezes reunimo-nos enquanto Assembleia de Alunos e líamos mesmo as propostas, para não chegarmos lá no dia e lermos só o título e nós depois nós querermos dizer uma coisa e era outra. Enquanto na plateia, eles vão discutindo o que acham, tentando perceber o que são as propostas, mas dizem o que acham. E na Mesa não, tens que saber mais ou menos do que estás ali a falar e ... é mais difícil.

A2: Eu vou falar sobre a diferença entre o Presidente e a Plateia. A parte do Vice-Presidente, que era a que eu desempenhava, também era muito mínima. Eu recebia as propostas e entregava ao vice-secretário. O vice-secretário e o secretário eram quem tinha os cargos mais importantes, digamos assim. Porque o presidente coordenava tudo, era importante. Eu apenas recebia as propostas e substituía o presidente caso faltasse onde também tinha que ter essa postura de, “tu falas, agora podes falar tu,...”, tem que saber controlar. O secretário, escreve a ata. É muito importante ele conseguir recolher tudo o que foi dito e decidido em ata, e apenas recolher a informação é muito importante, para não por para lá o que for palha. O Vice-secretário era quem guardava tudo, de propostas a atas. Por isso acho que estes dois cargos, a nível de organização e de importância para quando não estávamos em reuniões, era mais importante. Porque o escrever o que estava a ser dito era muito importante, para depois quando entregarmos, por exemplo, à Direção, eles saibam o que nós estivemos a falar naquela reunião. E depois quem tem as atas, todos os documentos, daquelas reuniões, tem um grande peso às costas, porque és responsável por aqueles papéis. Se perderes a culpa é tua. Por isso

acho que o peso é maior nestas duas pessoas que desempenham estes dois cargos, do que propriamente o Presidente e o Vice-presidente, quando não estão em reuniões.

E: Caros, agradeço. Têm mais alguma coisa a dizer sobre a Assembleia de Alunos? Mais alguma opinião que queiram partilhar?

A3: Eu queria dizer uma coisa entretanto. Na pergunta sobre a importância da Assembleia, esqueci-me depois de dizer. Algumas coisas foram faladas e depois melhoraram. É o barulho nos corredores, não se houve barulho nos corredores.

A2: Ah, pois é.

A3: Agora quando estamos nas aulas não se houve barulho, quando vamos para o intervalo já se houve barulho.

E: E acham que isso se deve à alteração dos horários?

A2: Também, pode ser sim. Mas também tem a ver com as campainhas. Não sei porquê, parecia que fazia alguma coisa no cérebro que quando tocava a campainha começavam a falar, e também falavam muito alto. Agora sem as campainhas, é hora de sair vamos sair. E vamos para o intervalo mais calmos, não falam a gritar. Como falavam antes.

E: Uma vez mais agradeço a vossa participação.

**Apêndice 3:** Grelha de análise da entrevista em Focus Group realizada a 5 alunos das Mesas das Assembleias de Alunos e Júnior (3 da Mesa da Assembleia de Alunos e 2 da Assembleia Júnior)

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo
<b>Bloco A- O perfil dos entrevistados</b>	Os alunos	<p>“no ano passado estava no 3.º ano”  “eu estava no 4.º ano”  “eu no 5.º ano”  “no ano passado estava no 8.º”  “estava no 9.º ano”  “este ano não pertencemos à Assembleia de Alunos”</p>
<b>Bloco B- Percepção dos alunos sobre o papel de um cidadão em democracia</b>	Conceito de democracia	<p>“É ouvir a opinião de todos, da melhor forma possível tentar incutir um pouco do que cada um quer para na decisão final, quase toda a gente fique feliz...”  “...é por isso que existem vários partidos, porque várias pessoas têm várias opiniões.”  “...sinónimo de organização...todos se ouvem uns aos outros sem discussão...”  “...podemos colocar em prática aquilo que nós quisermos ou acharmos melhor de forma ordeira...”  “...é mudar as coisas. Cada um dá a sua opinião...”</p>
	Conceito de cidadão	<p>“...pessoa com uma série de direitos e deveres na comunidade...e que os deve proteger...”  “todos são considerados cidadãos, mas o máximo de cidadãos... é aquele que quer estar relacionado com as decisões tomadas. ....é o que participa nas decisões...como no simples ato de votar.”  “O cidadão é o que tentar participar ativamente, no que pode e acha que deve ser mudado.”  “Os cidadãos da escola são os alunos, porque quem tem mais poder são os alunos...cada professor dá a sua opinião enquanto que os alunos andam por aí.” “Os cidadãos podem dar a sua opinião e os professores também. Todos podem.”  “Tendo em conta...a Assembleia de Alunos, isto não acontece. Na assembleia de Alunos os professores não falam, quem toma as decisões são os alunos.”  “...eu percebo que os alunos não vão chegar aqui e dizer como as coisas são feitas ...têm que existir regras...”  “...a direcção faz um óptimo trabalho em incluir os alunos e também todas as pessoas que convivem dentro desta escola, que podem querer mudar alguma coisa, fazem muito bem em incluir essas opiniões, essas novas ideias para melhorar o que pode vir a ser esta escola.”  “Entre todas as opiniões podemos fazer aqui uma coisa nova, e agradar dois mundos. Neste caso são centenas de alunos, não será possível agradar a todos, mas agradar a um grande número de alunos, professores, funcionários e membros da direcção, porque também são cidadãos. Também querem ver a escola onde eles estão a leccionar e que estão a dirigir prosperar.”  “Tal como num país normal, os membros dos órgãos de soberania são todos cidadãos, acontece o mesmo com esta escola”.</p>
<b>Bloco C – Percepção dos alunos sobre o seu papel nas Assembleias de</b>	<b>Relevância das Assembleias de Alunos para os alunos</b>	<p>“para se falar sobre o que falta na escola e dar algumas opiniões”  “fazer chegar aos adultos o que vai na cabeça dos alunos, o que falta na escola. Para fazer chegar à Direcção, a quem manda nisto tudo, as nossas opiniões.”  “a Assembleia é como se fosse um upgrade à escola. E em todas as Assembleias há mudanças, opiniões, discussões e novas coisas a inovar.”  “A Assembleia de Alunos é quase uma mini- Assembleia da República. Onde não são só algumas pessoas a decidirem.”  “São tantas as coisas que ali (na Assembleia de Alunos) foram ditas, que eu tenho a</p>

		<p>certeza que os professores quando ouviram disseram: “A sério? Precisam mesmo disso?”.</p> <p>“Por isso é que a Assembleia de Alunos também é importante, porque os alunos têm mais noção das coisas que estão a acontecer no seu espaço do que os professores.”</p>
<b>Bloco D - Percepção dos alunos sobre o seu papel na gestão do Agrupamento</b>	<b>Participação nas decisões da Gestão do Agrupamento</b>	<p>“...os alunos devem participar. Pois por mais que os adultos tentem compreender e compreendam a crianças... nada melhor do que perguntar a uma criança adolescente o que ela quer...e é por isso que eu acho que a Assembleia de Alunos foi uma ótima iniciativa. ... A forma de organização foi muito bem pensada: discutam entre turma, tragam o que querem que mudemos ou arranjemos, ou que querem que evolua na escola, a vossa opinião, e depois os vossos representantes que venham cá e nos digam isso. E essas Assembleias de Alunos permitem que todas as turmas do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, digam o que querem mudar.”</p> <p>“Se juntarmos todos os Delegados, estão todas as turmas, está lá a escola inteira.”</p> <p>“...devem participar. As crianças podem ter opiniões que os professores podem não saber”</p>
<b>Bloco E- Papel das Assembleias de Alunos como mecanismos que aumentam a ação dos alunos sobre a gestão do agrupamento</b>	<b>Grau de influência das Assembleias de Alunos</b>	<p>“a Assembleia de Alunos ainda tem um longo caminho a fazer. No ano passado pedimos o arranjo das WCs, já as temos. Ou seja, está a ter resultado. Mas, ainda existe uma grande diferença entre a quantidade de propostas chegadas (à Assembleia) e a quantidade de propostas que foram realizadas. Como é o início dá para perceber que é muita coisa ao mesmo tempo, e eles (direção) vão fazendo pouco a pouco.”</p> <p>“Como a Assembleia de Alunos ainda é nova, acho que o percurso desde que a ideia é tida, a ideia é debatida e a ideia é realizada, ainda é longo. Mas, com o passar do tempo, a partir do momento em que este processo seja todo mais agilizado, esse período de tempo vai diminuir.”</p> <p>“(Na minha escola) mudou a questão dos caixotes do lixo nas salas. Agora já existem caixotes para separarem o lixo nas salas. O resto ainda não melhorou muito.”</p> <p>“Ouvii umas partes mas outras não.( As casas de banho, os horários).”</p> <p>“Algumas coisas foram faladas e depois melhoraram. É o barulho nos corredores, não se houve barulho nos corredores ... Agora quando estamos nas aulas não se houve barulho, quando vamos para o intervalo já se houve barulho.”</p>
<b>Bloco F- Percepção dos elementos da Mesa das Assembleias, relativamente ao papel da Assembleia de Alunos e a Assembleia Júnior</b>	<b>Relevância atribuída à Assembleia de Alunos pelos elementos das Mesas</b>	<p>“A participação na Assembleia de Alunos traz muita aprendizagem e muita cultura geral. O conhecimento de outras opiniões que desconhecemos, pois o facto de sermos humanos permite que exista uma grande diversidade de opiniões e que sejamos todos diferentes, o que é muito bom. Mas de vez em quando pode correr para o lado errado, como por exemplo o racismo ou coisas do género. Mas neste caso é uma coisa muito boa.”</p> <p>“aumenta muito a capacidade dele para falar em público. Principalmente das pessoas que estão na mesa, porque é uma componente cada vez mais importante no trabalhador de hoje em dia, fazer apresentações, saber falar.”</p> <p>“Assembleia de Alunos também ajuda o aluno em si que é o representante da turma, a melhorar essa componente que entra para avaliação, quer agora quer no futuro em termos de trabalho.”</p> <p>“...vai ajudar mais para a frente, quando o processo ficar mais agilizado e conseguirem por em prática mais rápido as coisas que são faladas no ano anterior.”</p> <p>“ também pode influenciar a imagem que se tem do Agrupamento, ... o Agrupamento pode melhorar.”</p> <p>“para nós, quando nós melhoramos as coisas ficamos mais confortáveis. Então melhora a escola.”</p> <p>“ É os alunos poderem informar, dar opinião sobre aquilo que consideram não estar bem... poderem participar e reclamar...É dizer não são só os professores que precisam, nós também precisamos.”</p>

<b>Bloco G - Validação da participação nas Assembleias</b>	Continuidade da participação	“Se me dessem essa oportunidade, eu adorava voltar” “Se eu tivesse essa oportunidade, voltaria com certeza” “Sim, claro que sim, gostaria de voltar, é uma experiência que nunca esquecerei.” “Por vezes até gostaria de estar na assembleia mas...” “Eu queria voltar também...”
--	------------------------------	---

	<p><b>Papel a desempenhar na Assembleia</b></p>	<p>“...desta vez apenas representando a turma...Porque eu gosto muito de debates, gosto de dar a minha opinião, debater a minha opinião e a dos outros em conjunto”</p> <p>“Na mesa não tive essa oportunidade, eu era vice-presidente, ou seja, eu ouvia o que se estava a falar mas não podia dar opinião sobre o que estava a acontecer. Porque se estou na Mesa tenho que ser imparcial.”</p> <p>“...iria, para representante da turma. Porque também adoro debates e podia discutir a minha opinião com pessoas”</p> <p>“E como o ano passado fiz parte da mesa seria só representante, para ter novas experiências, não ser só aquilo e pronto. Ter as duas opiniões, ter como foi estar na mesa e como foi estar como representante de turma, e a seguir comparar o que foi melhor. As vantagens e diferenças, e tentar perceber como é estar lá em cima e estar cá em baixo. Ver o ponto de vista das pessoas que nos estavam a ouvir.”</p> <p>“Não num posto assim tão alto como presidente e como a Catarina era vice-presidente até achava que eu devia ser vice-presidente, pois eu era assim muito envergonhado....Até gostaria de estar como representante da turma, mas se estivesse na Mesa da Assembleia gostaria de estar como secretário.”</p> <p>“mas não queria ser da Mesa. Porque quando eu ficava na mesa só ficava a ouvir, e eu queria muito mas muito dar a minha opinião e só ficava a ãh, ãh (ouvir e anuir).”</p> <p>“É bom.” (estar na Mesa)</p> <p>“Nem por isso.” (estar na Mesa)</p> <p>“É bom, mas se calhar estar lá em baixo a poder discutir e poder dar a nossa opinião, deve ser ainda melhor.”</p> <p>“Eu também, o que não gosto da Mesa é que não podemos falar à nossa vontade. Não podemos dar a nossa opinião, temos que ficar só a ouvir a dos outros. Dá mais vontade de nós falarmos a nossa.”</p>
--	---	---

	<p>“quem está na Mesa é alguém que gosta de controlo, gosta de controlar. Alguém que tenha uma grande capacidade de imparcialidade, porque estás na Mesa estás a ouvir o que estão a dizer, e tu tens uma opinião, és um ser que tens opiniões sobre certos assuntos, e não podes dar a tua opinião. ... Mesmo que tu não concordes com o que ele esteja a dizer, ou seja, é aliciante no início? É. Mas a própria personalidade da pessoa que vai para a Mesa tem que ser tida em conta, para saber se a pessoa vai ou não gostar ou amar estar na Mesa. Alguém que não goste muito de discutir, goste mais de controlar, seja muito imparcial. Eu gosto de discutir, estar ali a ouvir as pessoas a discutir e não poder dar a minha opinião era muito...sabe a pouco. É stressante.”</p> <p>“Eu também, o que não gosto da Mesa é que não podemos falar à nossa vontade. Não podemos dar a nossa opinião, temos que ficar só a ouvir a dos outros. Dá mais vontade de nós falarmos a nossa.”</p> <p>“É uma grande vantagem.” (A rotação da constituição da Mesa da Assembleia)</p> <p>“.. tu podes fazer duas coisas. Podes tanto exercer o poder mas também podes fazer parte do público e falar a tua opinião. E ter essas duas vertentes é muito enriquecedor a nível pessoal, porque a tua imparcialidade aumenta, consegues pô-la mais em prática quando estás na Mesa. Mas depois voltas para o público e podes dizer a tua opinião, podes discordar ou não. ... Ou seja, ter essas duas vertentes, da parcialidade e da imparcialidade, num só ano é muito bom.”</p> <p>“Fez-me bem ser presidente o ano inteiro. Acho que a iniciativa fez-me falar diferente dos outros. Saber opiniões diferentes que as pessoas têm.”</p> <p>“Mais responsabilidade.” (de quem está na Mesa)</p> <p>“Acho que é muito pouca a diferença. Porque, a única diferença que tens da pessoa que está na mesa, que é presidente, para quem está a debater é que, tem o direito a mandar parar de falar para ouvir a opinião de outra pessoa. ... Bem como manter a ordem dentro ... do auditório, e acho que não tem muito mais responsabilidade para além disso. A diferença que há entre estes dois cargos é muito pouca.”</p> <p>“Tem vantagens e tem desvantagens, tem diferenças... Na Mesa tens que saber mais ou menos o que vais falar, tu tens que saber que propostas é que foram apresentadas...e tens que perceber os conteúdos. Nós às vezes reunimo-nos enquanto Assembleia de Alunos e líamos mesmo as propostas, para não chegarmos lá no dia e lermos só o título ... Enquanto na plateia, eles vão discutindo o que acham, tentando perceber o que são as propostas, mas dizem o que acham. E na Mesa não ... é mais difícil.”</p> <p>“a diferença entre o Presidente e a Plateia. A parte do Vice-Presidente, que era a que eu desempenhava, também era muito mínima. Eu recebia as propostas e entregava ao vice-secretário. O vice-secretário e o secretário eram quem tinha os cargos mais importantes, digamos assim. Porque o presidente coordenava tudo, era importante. Eu apenas recebia as propostas e substituía o presidente caso faltasse onde também tinha que ter essa postura de, “tu falas, agora podes falar tu,...”, tem que saber controlar. O secretário, escreve a ata. É muito importante ele conseguir recolher tudo o que foi dito e decidido em ata, e apenas recolher a informação é muito importante, para não por para lá o que for palha. O Vice-secretário era quem guardava tudo, de propostas a atas. Por isso acho que estes dois cargos, a nível de organização e de importância para quando não estávamos em reuniões, era mais importante. Porque o escrever o que estava a ser dito era muito importante, para depois quando entregarmos, por exemplo, à Direção, eles saibam o que nós estivemos a falar naquela reunião. E depois quem tem as atas, todos os documentos, daquelas reuniões, tem um grande peso às costas, porque és responsável por aqueles papéis. ... Por isso acho que o peso</p>
--	---

		é maior nestas duas pessoas que desempenham estes dois cargos, do que propriamente o Presidente e o Vice-presidente, quando não estão em reuniões.”
Depois as entrevistas devem ser trianguladas, cruzadas de acordo com o que cada aluno disse dentro de cada uma das categorias.		



**Apêndice 4:** Guião do questionário aplicado aos Delegados de Turma**Inquérito por Questionário**

Este questionário destina-se a recolher informação para um projeto de investigação integrado no Mestrado de Gestão e Administração de Escolas, da Escola Superior de Ciências Empresarias/ Escola Superior de Educação de Setúbal. A investigação tem como objectivo recolher dados sobre a avaliação que os *alunos fazem da sua ação na Assembleia de Alunos/Júnior na perspetiva da gestão democrática do agrupamento*.

A população “alvo” deste inquérito por questionário são os alunos que participaram na Assembleia Júnior/Assembleia de Alunos neste agrupamento de escolas no ano letivo de 2017/2018 e as questões directamente relacionadas com o tema em questão.

Dado que a tua opinião é fundamental, e não existem respostas certas ou erradas pedimos que respondas com a máxima sinceridade, clareza e objectividade. Se te enganares risca a tua resposta e preenche novamente.

O questionário é anónimo, não deves por isso colocar a tua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

**A – Dados pessoais**

1. Sexo:                    M                     F
  
2. Qual a tua idade?  
7  8  9  10  11  12  13  14
  
3. Ano de escolaridade que frequentaste no ano lectivo 2017/2018:  
3.º  4.º  5.º  6.º  7.º  8.º  9.º
  
4. No ano letivo anterior, 2017/2018, em que papel participaste na Assembleia Júnior/Assembleia de Alunos?  

Delegado	<input type="checkbox"/>	Sub-delegado	<input type="checkbox"/>	Representante da turma	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	--------------	--------------------------	------------------------	--------------------------
  
5. Para ti o que é a “democracia”?  
(selecciona a opção que consideras mais correta)

Uma forma de ouvir a opinião de todos	
Uma forma de organizar a sociedade	
Forma de promover o respeito pela opinião de todos	
Regime em que todos participam na construção de propostas	
Regime em que todos participam no desenvolvimento das soluções	
Regime em que se decide pela maioria dos votos	
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos	
Um regime em que todos votam	
Não sei o que significa	

6. Para ti o que é um “cidadão”?  
(selecciona a opção que consideras mais correta)

O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger	
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade	
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa	
O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais	
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados	
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos	
O indivíduo que se mostra solidário	
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica	

7. Consideras que, como aluno, deverias poder participar mais nas decisões da Gestão (direcção) da tua escola?

Sim	
-----	--

Não	
-----	--

7.1. Justifica a tua opinião em 7.

8. Assinala com uma (X) o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos da Assembleias de Alunos:

<b>Objetivos da Assembleia de Alunos</b>	<b>Muito Relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Pouco Relevante</b>	<b>Nada Relevante</b>
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola				
Partilhar as actividades que as diferentes turmas desenvolvem				
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas				
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola				
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos				
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente				
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade (1.º, 2.º e 3.º ciclos)				

9. Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos na Assembleia de Alunos/Júnior têm sido consideradas pela Direcção do Agrupamento?

Muitas Vezes	
--------------	--

Algumas Vezes	
---------------	--

Nunca	
-------	--

9.1 – Se respondeste **“Muitas Vezes”** ou **“Algumas Vezes”** em 9. Dá um exemplo.

9.2 – Se respondeste **“Nunca”** indica uma decisão para a qual gostarias de ter visto resposta por parte da Direção.

10 – Consideras que a Assembleia de Alunos/Júnior tem influência sobre a acção dos alunos na gestão do Agrupamento? Em que grau?

1 nenhuma influência	2 pouca influência	3 alguma influência	4 muita influência
-------------------------	-----------------------	------------------------	-----------------------

11- Consideras que a participação dos alunos na Assembleia de Alunos traz benefícios para o Agrupamento?

1 Nenhum	2 poucos	3 alguns	4 muitos
-------------	-------------	-------------	-------------

11.1 – Se em seleccionaste 2, 3 ou 4, indica um desses benefícios.

12 – No presente ano lectivo gostavas de voltar a participar na Assembleia de Alunos?

Sim		Não	
-----	--	-----	--

13- Das áreas seguintes, selecciona (X) aquele que mais gostarias de ver debatido na Assembleia de Alunos:

Planeamento de atividades do Agrupamento	
Alimentação na escola	
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	
Questões de disciplina dos alunos	
Conteúdos das diferentes disciplinas	
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e corredores)	
Trabalho dos professores	

13.1. Em breves palavras, justifica a opção anterior.

Obrigado pela colaboração.

Profª Ana Pereira

**Apêndice 5:** Guião do questionário aplicado aos alunos sem cargos**Inquérito por Questionário**

Este questionário destina-se a recolher informação para um projeto de investigação integrado no mestrado de Gestão e Administração de Escolas, da Escola Superior de Ciências Empresarias/ Escola Superior de Educação de Setúbal. A investigação tem como objectivo recolher dados sobre a avaliação que os *alunos fazem da sua ação na Assembleia de Alunos/Júnior na perspetiva da gestão democrática do agrupamento*.

A população “alvo” deste inquérito por questionário são os alunos que participaram na Assembleia Júnior/Assembleia de Alunos neste agrupamento de escolas no ano letivo de 2017/2018 e as questões directamente relacionadas com o tema em questão.

Dado que a tua opinião é fundamental, e não existem respostas certas ou erradas pedimos que respondas com a máxima sinceridade, clareza e objectividade. Se te enganares risca a tua resposta e preenche novamente.

O questionário é anónimo, não deves por isso colocar a tua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

**A – Dados pessoais**

1. Sexo: M  F
2. Qual a tua idade?  
7  8  9  10  11  12  13  14
3. Ano de escolaridade que frequentaste no ano lectivo 2017/2018:  
3.º  4.º  5.º  6.º  7.º  8.º  9.º
4. Para ti o que é a “democracia”?  
(selecciona a opção que consideras mais correta)

Uma forma de ouvir a opinião de todos	
Uma forma de organizar a sociedade	
Forma de promover o respeito pela opinião de todos	
Regime em que todos os participam igualmente na construção de propostas	
Regime em que todos os participam no desenvolvimento das soluções	
Regime em que se decide pela maioria dos votos	
Regime que permite a mudança através da participação dos cidadãos	
Um regime em que todos votam	
Não sei o que significa	

5. Para ti o que é um “cidadão”?  
(selecciona a opção que consideras mais correta)

O indivíduo que tem um conjunto de direitos e deveres que os deve proteger	
O indivíduo que participa ativamente na vida da comunidade	
O indivíduo que agride outro e reclama o direito à sua própria defesa	

O indivíduo que vota em todos os atos eleitorais	
O indivíduo que participa de forma responsável na sociedade, zelando para que os seus direitos não sejam violados	
O indivíduo que mostra respeito pela diversidade humana e cultural e atua de acordo com os princípios dos Direitos Humanos	
O indivíduo que se mostra solidário	
O indivíduo que age pela sustentabilidade ecológica	

6. Consideras que, como aluno, deverias poder participar mais nas decisões da Gestão (direcção) da tua escola?

Sim	
-----	--

Não	
-----	--

6.1. Justifica a tua opinião em 6.

7. Assinala com uma (X) o grau de relevância que atribuis aos seguintes objetivos da Assembleia de Alunos:

Objetivos da Assembleia de Alunos	Muito Relevante	Relevante	Pouco Relevante	Nada Relevante
Permitir que os alunos dêem opinião sobre os assuntos de interesse para o Agrupamento/Escola				
Partilhar as actividades que as diferentes turmas desenvolvem				
Criar um momento para que os alunos se ausentem das aulas				
Permitir que os alunos tomem decisões sobre atos de gestão do Agrupamento/Escola				
Desenvolver a autonomia e a responsabilidade dos alunos				
Permitir aos alunos que sejam ativos na comunidade envolvente				
Permitir um momento de convívio entre alunos de diferentes ciclos de escolaridade (1.º, 2.º e 3.º ciclos)				

8. Na tua opinião, as decisões tomadas pelos alunos na Assembleia de Alunos/Júnior têm sido consideradas pela Direcção do Agrupamento?

Muitas Vezes	
--------------	--

Poucas Vezes	
--------------	--

Nunca	
-------	--

8.1 – Se respondeste “*Muitas Vezes*” ou “*Algumas Vezes*” em 9. Dá um exemplo.

8.2 – Se respondeste “**Nunca**” indica uma decisão para a qual gostarias de ter visto resposta por parte da Direção.

9 – Consideras que a Assembleia de Alunos/Junior tem influência sobre a acção dos alunos na gestão do Agrupamento? Em que grau?

1 nenhuma influência	2 pouca influência	3 alguma influência	4 muita influência
-------------------------	-----------------------	------------------------	-----------------------

10- Consideras que a participação dos alunos na Assembleia de Alunos traz benefícios para o Agrupamento?

1 nenhum	2 poucos	3 alguns	4 muitos
-------------	-------------	-------------	-------------

10.1 – Se em 10. seleccionaste 2, 3 ou 4, indica um desses benefícios.

11- Das áreas seguintes, selecciona (X) aquele que mais gostarias de ver debatido na Assembleia de Alunos:

Planeamento de atividades do Agrupamento	
Alimentação na escola	
Arranjo de mobiliário (portas, janelas, WC, ...)	
Questões de disciplina dos alunos	
Conteúdos das diferentes disciplinas	
Limpeza dos espaços exteriores (pátios e corredores)	
Ação (didáctica) dos professores	

13.1. Em breves palavras, justifica a opção anterior.

Obrigado pela colaboração.

Profª Ana Pereira